



Universidades Lusíada

Rocha, Paulo Sérgio Ribeiro Sousa

A "ascensão pacífica" da República Popular da China

<http://hdl.handle.net/11067/6880>

Metadados

Data de Publicação

2022

Resumo

A presente dissertação dedica-se ao estudo do tema “A «Ascensão Pacífica» da República Popular da China” e constitui um elemento de avaliação com o objetivo da obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais pela Universidade Lusíada (Porto), com a orientação do Professor Doutor Paulo Amorim. Ora, com base na problemática escolhida, este trabalho está estruturado em três partes distintas, seguindo a lógica dos trabalhos académicos. A primeira parte, que constitui o enquadramento teórico-co...

The present dissertation dedicates itself to the following theme: “The «Peaceful Rise» of People’s Republic of China” and it constitutes an evaluation moment with the purpose of obtaining a Master’s degree in International Relations from Lusíada University of Porto, by guidance of Professor Paulo Amorim. Following the themes’s logic, this dissertation is divided into three parts. The first part concerns itself with the elaboration of an epistemological compilation in regards with the theme, wher...

Palavras Chave

Relações Internacionais, Política externa - Evolução histórica - República Popular da China, República Popular da China

Tipo

masterThesis

Revisão de Pares

Não

Coleções

[ULP-FD] Dissertações

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-23T12:52:24Z com informação proveniente do Repositório



UNIVERSIDADE LUSÍADA (PORTO)

**A “ASCENSÃO PACÍFICA” DA REPÚBLICA POPULAR DA
CHINA**

Paulo Sérgio Ribeiro Sousa Rocha

Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em Relações Internacionais.

PORTO

2022



UNIVERSIDADE LUSÍADA (PORTO)

**A “ASCENSÃO PACÍFICA” DA REPÚBLICA POPULAR DA
CHINA**

Paulo Sérgio Ribeiro Sousa Rocha

Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre em Relações Internacionais.

Orientador: Professor Doutor Paulo Jorge Ribeiro de Azevedo Amorim.

PORTO

2022

*“O meu humanismo não quer apenas um bocado de pão;
quer uma consciência e uma plenitude”*

Vergílio Ferreira

Agradecimentos

Uma vez que esta etapa, tal como na vida em geral, não se concluiu sozinha, aproveito aqui para agradecer a ajuda preciosa que me foi providenciada durante este caminho.

Assim, agradeço em primeiro lugar à minha família e amigos que, direta ou indiretamente, muito contribuíram para a elaboração desta dissertação, quer pelo apoio, pela confiança, pelo diálogo e pelos momentos de quebra, que muito importantes foram.

Um agradecimento à Biblioteca da Universidade Lusíada do Porto, na pessoa da Dra. Olinda Martins, e à Biblioteca Pública Municipal do Porto, na pessoa da Dra. Inês Vila, pelo apoio dado ao longo de todo o percurso.

À Embaixada da República Popular da China em Portugal, na pessoa do Senhor Embaixador Zhao Bentang, e à Embaixada de Portugal na China, na pessoa do Senhor Embaixador José Augusto Duarte, pela cedência de informações institucionais.

Ao Professor Doutor Raoul Bunskoek, da Universidade de Bayreuth (Alemanha) pelo auxílio prestado na seleção de fontes e bibliografia.

Ao Professor Doutor Paulo Amorim, pela orientação, disponibilidade, vontade e aconselhamento.

E um agradecimento em especial ao meu Avô e à minha Avó, pelo cuidado. Ao meu Tio Sérgio, pela persistência. E ao meu Padrinho, por tudo. O meu muito, e mais sincero, Obrigado. Sem vocês, não seria possível.

Índice

Resumo	V
Abstract	VI
Palavras-Chave	VII
Lista de Abreviaturas.....	VIII
Introdução	10
Estado da Arte	13
Capítulo I: Enquadramento Teórico-Conceptual	15
1. Paradigmas das Relações Internacionais	16
1.1. Wendt, o Construtivismo e a Anarquia Internacional	27
2. Ferramentas de Investigação: Análise de Política Externa (APE).....	31
3. A “Escola Chinesa”	36
4. Soft Power e Sharp Power	44
Capítulo II: A República Popular da China: Um Ator em ascensão.....	50
1. O Confucionismo	51
1.1. Sobre o indivíduo e a autocultivação.....	51
1.2. Sobre o poder político e a sociedade.....	58
2. Caracterização e Evolução Histórica da Política Externa da República Popular da China.....	64
2.1. O Revolucionário Mao Zedong.....	64
2.2. A era de Deng Xiaoping.....	68
2.3. A relação Sino-soviética.....	73
3. A China no Século XXI	78
3.1. A “Ascensão Pacífica” e a Estratégia Pomba da Paz	81
3.2. A proatividade de Xi Jinping	88
Capítulo III: Estudo de Caso: Belt And Road Initiative.....	98
1. Revivalismo Histórico: a nova Rota da Seda	99
2. Narrativas e Enquadramentos da BRI	108
2.1 A BRI como veículo para o Sonho Chinês	117
2.2 O papel do Confucionismo	120
Conclusão	129
Bibliografia.....	131

Resumo

A presente dissertação dedica-se ao estudo do tema “A «Ascensão Pacífica» da República Popular da China” e constitui um elemento de avaliação com o objetivo da obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais pela Universidade Lusíada (Porto), com a orientação do Professor Doutor Paulo Amorim. Ora, com base na problemática escolhida, este trabalho está estruturado em três partes distintas, seguindo a lógica dos trabalhos académicos. A primeira parte, que constitui o enquadramento teórico-conceitual desta dissertação, caracteriza algumas ferramentas analíticas usadas nesta dissertação, nomeadamente a teoria Construtivista das Relações Internacionais que serviu de “lente” neste estudo; o método e as técnicas do recente *sub-field* de análise de política externa, a Análise de Política Externa (APE); os principais paradigmas da “Escola Chinesa”, procurando expor a visão chinesa das Relações Internacionais e, por fim, explicitamos a valência dos conceitos de *Soft Power* e de *Sharp Power* na interpretação dos interesses subsumidos na política externa chinesa. A segunda parte procura constituir um contributo para a caracterização da emergência da China como uma das grandes potências mundiais. Para tal, será explicitada a ascensão da China a partir da segunda metade do séc. XX, a partir da vitória de Mao Zedong e o estabelecimento da República Popular da China, até 2021. Pretende-se, assim, identificar historicamente, continuidades e ruturas na política externa chinesa. Por fim, na terceira parte, apresentamos o nosso *case study*, descrevendo os desafios inerentes à prossecução do projeto chinês da Belt and Road Initiative (BRI), distinguindo os interesses políticos e económicos associados da narrativa pública legitimadora, com recurso aos conceitos como “o Sonho Chinês”, “a Comunidade de Destino Comum” e o “Sistema de *Tianxia*”.

Abstract

The present dissertation dedicates itself to the following theme: “The «Peaceful Rise» of People’s Republic of China” and it constitutes an evaluation moment with the purpose of obtaining a Master’s degree in International Relations from Lusíada University of Porto, by guidance of Professor Paulo Amorim. Following the themes’s logic, this dissertation is divided into three parts. The first part concerns itself with the elaboration of an epistemological compilation in regards with the theme, where its approached the Constructivist theory of International Relations, the more recent theoretical sub-field Foreign Policy Analysis, the “Chinese School” of thought on International Relations, where its going to be explored some chinese scholars and, at last, the conceptualization of Soft Power and the more recent Sharp Power. The second part contextualizes the rise of China as a great power in the International System. As such, it will be analyzed from the moment Mao Zedong came into power and established the People’s Republic of China, up until 2021, and it will seek to illustrate continuity lines in Chinese foreign policy. Lastly, the third part is responsible for an analysis on the Belt and Road Initiative (BRI). This serves as a case study for this dissertation, describing the inherent challenges in pursuit of the RBI by describing the political and economic interests associated to the legitimizing public narrative of the BRI, through concepts of the “Chinese Dream”, the Community of Shared Future and *Tianxia System*.

Palavras-Chave

Relações Internacionais

China

Política Externa

Belt and Road Initiative

Xi Jinping

Sonho Chinês

Confucionismo

Fator Ideacional

Lista de Abreviaturas

APE – Análise de Política Externa

APEC – Cooperação Económica Ásia-Pacífico (do inglês: Asia-Pacific Economic Cooperation)

ASEAN – Associação de Nações do Sudeste Asiático

BAI – Banco Asiático de Investimento e Infraestrutura

BEI – Banco Europeu de Investimento

BM – Banco Mundial

BRI – Belt and Road Initiative

BRICS – Acrónimo criado a partir das iniciais dos seguintes países: Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul (do inglês: *South Africa*)

EUA – Estados Unidos da América

FMI – Fundo Monetário Internacional

IDE – Investimento Direto Estrangeiro

KMT – Kuomintang

MCO – Mar da China Oriental

MSC – Mar do Sul da China

OCX – Organização de Cooperação de Xangai

OI – Organizações Internacionais

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONG – Organizações Não-Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PCC – Partido Comunista da China

PIB – Produto Interno Bruto

PLA – Exército de Libertação Popular (do inglês: People’s Liberation Army)

RCEP – Parceria Económica Regional Abrangente (do inglês: Regional Comprehensive Economic Partnership)

RI – Relações Internacionais

RMB – Renmimbi (Yuan)

RPC – República Popular da China

SBS – Snyder, Burton e Sapin

SLOC – Linhas Marítimas de Comunicação (do inglês: Sea Lines of Communication)

TPP – Parceria Transpacífica (do inglês: Trans-pacific Partnership)

USD – (US Dollar) Dólar americano

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ZEE – Zona Económica Especial

Introdução

Esta dissertação, subordinada ao tema *A “Ascensão Pacífica” da República Popular da China*, constitui a conclusão de uma investigação realizada no âmbito do Mestrado em Relações Internacionais da Universidade Lusíada (Porto). Procura, assim, ser um contributo para o estudo da importância da República Popular da China, enquanto *player* competitivo nas Relações Internacionais atuais.

Sendo a política externa chinesa a nossa problemática, elegemos como questão de partida a importância da Belt and Road Initiative no novo posicionamento da República Popular da China nas relações internacionais atuais. Neste sentido, fomos confrontados com algumas questões prévias que serviram de fio condutor para o nosso trabalho:

- Quais são as melhores ferramentas analíticas para o estudo da política externa chinesa?
- Quais são os principais paradigmas da “Escola Chinesa” que fundamentam e legitimam a política externa chinesa?
- Quais são as principais condicionantes históricas da política externa chinesa?
- Quais são os principais interesses catalisadores da “nova rota da seda”?

Com base nas questões de base desta investigação, dividimos o nosso trabalho em três capítulos.

O primeiro capítulo, destinado ao enquadramento teórico-conceitual desta dissertação, explicita algumas ferramentas analíticas usadas nesta dissertação, nomeadamente a Teoria Construtivista das Relações Internacionais que serviu de “lente” neste estudo; o método e as técnicas do recente *sub-field* das Relações Internacionais, a Análise de Política Externa (APE); os principais paradigmas da “Escola Chinesa”, procurando expor a visão chinesa das Relações Internacionais e, por fim, explicamos a valência dos conceitos de *Soft Power* e de *Sharp Power* na interpretação dos interesses subsumidos na política externa chinesa.

O segundo capítulo procura constituir um contributo para a explicação da emergência da China como uma das grandes potências mundiais. Para tal, será caracterizada a ascensão da China a partir da segunda metade do séc. XX, desde a vitória de Mao Zedong e o

estabelecimento da República Popular da China, até 2021. Pretende-se, assim, identificar historicamente, continuidades e rupturas na política externa chinesa.

Por fim, no terceiro capítulo, apresentamos o nosso *case study*, descrevendo os desafios inerentes à prossecução do projeto chinês da Belt and Road Initiative (BRI), distinguindo os interesses políticos e económicos associados, da narrativa pública legitimadora, com recurso aos conceitos como “o Sonho Chinês”, “a Comunidade de Destino Comum” e o “Sistema de *Tianxia*”.

A escolha da República Popular da China como problemática central justifica-se pela sua pertinência e oportunidade. As Relações Internacionais atravessam hoje um período complexo, tanto de indefinição da Ordem Internacional, como de redistribuição de poder no Sistema Internacional. Esta redefinição da hierarquia mundial implica uma reavaliação dos critérios de poder dos Estados. Um *hegemon* (potência hegemónica) necessita reunir três condições fundamentais: a capacidade para ser (em termos materiais e ideacionais), a vontade de ser, ou seja, a vontade de liderança, e o reconhecimento da comunidade internacional. Os Estados Unidos da América (EUA) foram o *hegemon* desde o final da Guerra Fria. No entanto, a partir da Administração Trump, fatores endógenos (agenda política centrada nos assuntos internos) e exógenos (crise económica internacional) puseram em causa a liderança mundial dos EUA, em resultado da perda de capacidade (económica) e do menor empenho/vontade de liderar o Sistema Internacional. Paralelamente, a China consegue aumentar o seu poder (sobretudo económico), transformando-se na segunda maior economia do Mundo, destronando o Japão, o que lhe permite ter a capacidade e a expectativa de poder ser um *hegemon* e liderar, nomeadamente os países orientais, passando a competir, sobretudo em termos económicos, com os EUA. A sua capacidade económica possibilita o financiamento de projetos internacionais de larga escala como o Belt and Road Initiative (BRI) e de instituições próprias que procuram rivalizar as do ocidente como o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (BAII). Mesmo com a recém-eleita Administração Biden e a renovada vontade dos EUA em liderar o Sistema Internacional a influência americana poderá vir a ser visivelmente mais limitada.

O estudo das Relações Internacionais foi tradicionalmente fundamentado por duas grandes teorias – o Liberalismo e o Realismo. O Realismo traz para as Relações Internacionais uma lógica de poder, competição e unilateralismo, em que os Estados e os Interesses Nacionais se sobrepõem a tudo o resto no cenário internacional. O Liberalismo,

por sua vez, acredita na racionalidade do decisor estatal, no multilateralismo e na paz, promovendo a cooperação como fator chave no campo da política internacional.

Com o objetivo de alargar a análise das Relações Internacionais além dos fatores materiais, muito presente nas duas grandes escolas de pensamento das Relações Internacionais – sem negar, no entanto, a sua importância – e seguindo a linha inicialmente apresentada por autores como Alexander Wendt, Nicholas Onuf ou Emmanuel Adler, é pretendido, com esta dissertação, focar a análise do processo de decisão num ponto-chave pouco desenvolvido pelas teorias suprarreferidas: o fator ideacional. O Construtivismo é a teoria sociocultural das Relações Internacionais que, privilegiando as ideias, identidades, valores e princípios, explica as decisões de determinado decisor político com base nas suas interpretações subjetivas de determinada situação. Esta subjetividade na formulação de posições, com base nas imagens, valores e ideias do decisor, serve de filtro para a construção das visões do Mundo. Deixa, portanto, de assumir a existência de um Estado monolítico e unitário na prossecução da política externa – mas sim um Estado composto por diferentes decisores que, com base em diferentes interpretações de uma determinada situação, tomam determinadas decisões. Não é procurada a supremacia do fator ideacional sobre os fatores materiais, mas sim a consciencialização de que uma abordagem analítica sobre determinado tema só estará verdadeiramente completa se tiver em conta ambas as vertentes aqui apresentadas. Aliado ao Construtivismo, e num momento em que se assiste a uma mudança nos paradigmas do estudo da Política Externa, será utilizado o recente *subfield* teórico das Relações Internacionais, a APE (Análise de Política Externa), no nosso modelo de análise.

Posto isto, importará compreender, para efeito desta tese, a interligação entre os aspetos privilegiados pela teoria construtivista – identidade, ideias, normas e cultura – e o processo de decisão em política externa chinesa. Para esse efeito, será analisado de que forma é perceptível a influência das narrativas por detrás da BRI, e entender de que forma conceitos como o “Sonho Chinês”, a “Comunidade de Destino Comum” e o “sistema de *Tianxia*” – do confucionismo – se relacionam com a iniciativa. Caberá ao último capítulo esta missão. É escolhido Confúcio, e o confucionismo, devido à preponderância que este teve – durante milénios – na formulação de ideias e de identidades dos decisores e da sociedade chinesas, e devido à relevância que os seus ensinamentos voltam a ganhar, depois de combatidos e proibidos por Mao Zedong durante a Revolução Cultural, um movimento que duraria dez anos – entre 1966 e 1976 – em que o principal objetivo foi de impor o Maoísmo como forma de pensamento dominante.

Estado da Arte

Relativamente ao Estado da Arte, este seguir-se-á estruturado em duas partes. A primeira, sobre a produção literária pertinente ao tema desta dissertação de proveniência ocidental. A segunda abordará os esforços da academia chinesa em contrariar aquilo que apelidam de “hegemonia ocidental” (Barbosa, 2021, p. 4) no que toca à produção académica nas Relações Internacionais.

Convém, contudo, fazer uma apreciação global da produção académica na área, no que toca a dissertações de mestrado. Em Portugal, no ano de 2021, foram produzidas cerca de 156 dissertações de Mestrado, de acordo com o RCAAP¹.

Assim, em conformidade com o tema, importa, antes de mais, atender à conceptualização de *Sharp Power*, de Christopher Walker, segundo a qual desenvolve um conceito de política externa referente à utilização do poder que se traduz na tentativa de manipulação das instituições democráticas, utilizado pelos Estados autoritários, como a Rússia e/ou a China, em *What Is "Sharp Power"?*.

Quanto ao estudo da China e do seu papel nas Relações Internacionais, há que ter em atenção os trabalhos de Cármen Amado Mendes, entre os quais, *Política Externa Chinesa: um jogo em vários tabuleiros* e *A China e a cooperação Sul-Sul*. John Mearsheimer aborda a questão da ascensão pacífica da China em *Can China Rise Peacefully* e *China's Unpeaceful Rise*. John Ikenberry, por sua vez, explora a questão do potencial perigo que a China representa quanto à sobrevivência da ordem internacional liberal em *The rise of China and the future of the West-Can the liberal system survive*. Raquel Vaz-Pinto explora a ascensão pacífica da China ao ter em conta o excecionalismo chinês, em *Peaceful rise and the limits of Chinese exceptionalism*. Barry Buzan contribui para esta discussão em *China in International Society: Is "Peaceful Rise" Possible?*, e Bonnie S. Glaser e Evan Medeiros, em *The changing ecology of foreign policy-making in China: the ascension and demise of the theory of "peaceful rise"*, conceptualizam o conceito de Ascensão Pacífica. Por sua vez, Xin Li e Verner Worm abordam a questão da ascensão pacífica através da influência do *Soft Power*, em *Building China's Soft Power for a Peaceful Rise*. Já Falk Harting explora a ascensão da China através dos Institutos Confúcio, em *Confucius Institutes and the Rise of China*.

¹ Cf: RCAAP. (2022). [Visitado em 15 de julho de 2022] <https://www.rcaap.pt/results.jsp>

Referente à análise detalhada da *Belt and Road Initiative*, Paulo Duarte destaca-se com vários trabalhos, entre os quais: “*The Belt and Road Initiative: An Old Archetype of a New Development Model*”, em co-autoria com Francisco José Leandro, “*China in the heartland: The challenges and opportunities of OBOR for Central Asia*” e “*China’s Momentum: The “One Belt One Road” Triple’s Securitisation*”. Peter Ferdinand, em *Westward ho—the China dream and ‘one belt, one road’: Chinese foreign policy under Xi Jinping*, explora a questão da *Belt and Road Initiative* como um modelo de desenvolvimento virado para oeste e Yiping Huang procura explorar as motivações e *frameworks* da iniciativa, em *Understanding China’s Belt & Road initiative: motivation, framework and assessment* e Hong Yu contribui para esta discussão em *Motivation behind China’s ‘One Belt, One Road’ initiatives and establishment of the Asian infrastructure investment bank*. Ainda na questão das narrativas, James D. Sidaway e Chih Yuan Woon exploram a temática no contexto geopolítico e imperial, em *Chinese narratives on “One Belt, One Road” (一带一路) in geopolitical and imperial contexts*. Liu, Tang, Chen e Poznanska contribuem para a temática da BRI em *The determinants of Chinese outward FDI in countries along “One Belt One Road”*, ao explorar a questão do Investimento Direto Estrangeiro ao longo dos países da BRI. Por sua vez, Alicia Garcia Herrero e Jianwei Xu abordam as possíveis vantagens que a BRI para a Europa, em *China’s Belt and Road Initiative - can europe expect trade gains*. Convém ainda referir o trabalho de Ascensão, Fahrig, Clevenger, Corlett, Jaeger, Laurence e Pereira, *Environmental Challenges for the Belt and Road Initiative*, onde é explorado os potenciais impactos climáticos da BRI.

Em relação à “escola chinesa” das Relações Internacionais, que passou por várias fases (exploradas adiante), convém referir três autores em específico, Yan Xuetong, Qin Yaqing e Zhao Tingyang. Tingyang conceptualiza, em *A political world philosophy in terms of all-under-heaven*, o Sistema de *Tianxia* para as Relações Internacionais, pelo que se tornará fundamental para o trabalho que se segue. Yan Xuetong, em conformidade com Ribeiro (2020), é a figura proeminente das Relações Internacionais da China do séc. XXI. Autor, entre outros, de *Ancient Chinese Thought, Modern Chinese Power*, conceptualiza o realismo moral e utiliza a história e cultura chinesa como fonte de produção literária para as RI. Qin Yaqing é o terceiro autor aqui salientado e responsável pela conceptualização a teoria relacional, no seu artigo *A relational theory of world politics*.

CAPÍTULO I
ENQUADRAMENTO TEÓRICO-CONCEPTUAL

1. Paradigmas das Relações Internacionais

Sousa e Mendes (2014) afirmam, na obra *Dicionário de Relações Internacionais*, que “as Relações Internacionais e as suas teorias têm uma especial relação compreensiva com a história das relações internacionais” (Sousa e Mendes, 2014, p. XXII). Ora, quer isto dizer que a análise teórico-epistemológica das Relações Internacionais não pode estar desassociada do seu contexto histórico, político, económico e social. Sousa e Mendes (2014) referem então o exemplo da interconectividade entre o surgimento da teoria idealista e o seu:

“relacionamento com as condicionalidades históricas da I Guerra Mundial e, sobretudo, sem percebermos a importância do ambiente ideacional após a I Guerra, nomeadamente com o Wilsonismo liberal-internacionalista americano e a consequente convicção (...) de que era necessário construir uma ordem internacional que evitasse a possibilidade de guerras mundiais” (Sousa & Mendes, 2014, p. XXII).

Contudo, o falhanço da ordem internacional proposta no pós-I Guerra, nomeadamente, o fracasso da Sociedade das Nações e dos Catorze Pontos de Wilson, a II Guerra Mundial e a Guerra Fria, confirmou a “crítica ao utopismo da organização internacional dos idealistas”. É neste contexto que surge, e consolida-se, a teoria realista das Relações Internacionais (Sousa & Mendes, 2014, p. XXII).

Neste sentido, resultado do aumento da complexidade das relações internacionais, nomeadamente, com o surgimento das organizações internacionais, começam a ser desenvolvidas várias teorias críticas ao empirismo intuitivo do realismo, que procuram desenvolver abordagens alternativas, “culminando na solidificação do Institucionalismo-neoliberal como a teoria concorrente principal ao Realismo” (Sousa & Mendes, 2014, p. XXIII). Face à crítica institucionalista, é desenvolvida uma resposta paralela, o Neorealismo, que vem manter o debate entre o neorealismo e o neoliberalismo durante as décadas de 1970 e 1980 (Sousa & Mendes, 2014).

As décadas finais do séc. XX vêm ser introduzido um novo tipo de dinâmica em política internacional que, segundo Gilberto Dupas, “introduz imensos desafios à prática da política mundial e tem características bem mais complexas que as que vigoravam anteriormente” (Dupas, 2007, p. 8). Chama-lhe, utilizando a nomenclatura de Beck, o *metajogo*, e introduz várias incompatibilidades: “as regras não são mais relativamente

estáveis, modificam-se no curso da partida, confundindo categorias, cenários, dramas e atores” (Dupas, 2007, p. 8). Os Estados deixam de ser considerados como os únicos atores fundamentais no Sistema Internacional e deixam de ser exclusivamente responsáveis no que diz respeito a “[regular] os sistemas de regras da ação política que definem o exercício do poder e [modificar] os cenários das ações coletivas” (Dupas, 2007, p. 8).

Na década de 1980 inicia-se um debate teórico das Relações Internacionais com vista a perceber a aplicabilidade da teoria neorrealista, uma vez que o paradigma da época avizinhava-se incerto relativo à distribuição de poder no Sistema Internacional. Surge então uma nova corrente de teóricos – os construtivistas – que criticam o foco excessivo das teorias clássicas no fator material nas relações internacionais. Apontam para a incoerência do argumento neorrealista e afirmam que um foco maior nas ideias e nas identidades dariam uma maior abrangência à análise das dinâmicas de poder no Sistema Internacional (Carvalho, 2020). Apareceu, essencialmente, como um contrapeso ao racionalismo profundamente enraizado na ciência política durante o séc. XX e criou uma revisão na discussão teórica nas Relações Internacionais (Karkalanov, 2016). Neste sentido, Valdevino (2016) afirma:

“[A] teoria construtivista das relações internacionais que se desenvolveu no final da década de 1980 como um contraponto às correntes realista e neoliberal. O construtivismo se baseia nas estruturas normativas (normative frameworks) e materiais na formação das identidades dos atores políticos e na relação mútua entre agentes e estruturas. A essência da teoria construtivista se encontra nos conceitos de estrutura e identidade. O conceito de estrutura corresponde à interação entre agentes, ideias e práticas – chamada de intersubjetividade – que é construída socialmente. Enquanto a identidade é constituída de acordo com os interesses dos atores”² (Valdevino, 2016, p. 64).

² De notar que os teóricos construtivistas foram influenciados por autores de áreas diferentes, nomeadamente, da Sociologia: Anthony Giddens, na sua obra *The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuralism* (1984), afirma que “as estruturas não são as únicas determinantes das ações dos agentes (...), tais relações são permeadas pela compreensão intersubjetiva e pelos significados atribuídos às próprias relações” (Carvalho, 2020, p. 2).

Os realistas, dada a natureza inerentemente conflituosa dos Estados na procura pelo poder, afirmam que não há oportunidade de cooperação entre os mesmos. Os liberais, por sua vez, contra-argumentam utilizando as instituições internacionais como mediadoras e facilitadoras de mecanismos de cooperação entre os Estados. Os construtivistas afirmam que “a interação não modifica a natureza egoísta dos interesses dos Estados nacionais e que as instituições são meros instrumentos dos Estados para viabilizar a cooperação”. (Stuart, 2007, p. 50) A ação concertada entre os Estados gera interesses próprios que, por sua vez, cria transformações no Sistema Internacional e altera a identidade dos atores, uma vez que “passam a partilhar valores comuns³” (Stuart, 2007, p. 50).

O Construtivismo não é inerentemente uma teoria política. Não é antiliberal e não é antirrealista por convicção ideológica e não tem um tom otimista ou pessimista. Representa a tentativa de criar uma teoria sintética das Relações Internacionais. De forma mais precisa, é uma teoria social onde as teorias construtivistas da política internacional se baseiam. Demonstra que até as instituições mais duradouras têm a sua génese em entendimentos coletivos. São estruturas abstratas que, a dado momento, foram concebidas pela consciência humana e tornaram-se de tal forma difusas e consolidadas que passaram a ser consideradas, eventualmente, “senso comum”. A União Europeia foi inicialmente planeada como uma comunidade imaginada e mais tarde materializada como uma organização institucional através do processo da construção social transnacional. A aderência a valores comuns, compreensão pelos direitos humanos, influências históricas e semelhanças religiosas permitiu a criação de uma comunidade social transnacional que construiu e realizou a ideia de uma Europa unida (Karkalanov, 2016).

Seguindo esta linha, Valdevino (2016) afirma que “A abordagem teórica construtivista (...) enfatiza o papel das normas, ideias e conhecimentos como variáveis explicativas do comportamento dos agentes na política internacional” (Valdevino, 2016, p. 50). Sousa e Mendes (2014), por sua vez, clarificam o Construtivismo, na obra *Dicionário de Relações Internacionais*, da seguinte maneira:

³ De notar, seguindo a linha das identidades partilhadas, que, segundo Karkalanov (2016): A ideia da identidade partilhada é essencial na explicação, por exemplo, do processo de tomada de decisão e integração europeia e, por sua vez, o alargamento da UE, que poderá ser considerado como, segundo Risse, a “construção de identidade” em ação (Risse, 2004). Adler estende, a partir da ideia da “identidade comum”, a exemplificação da “comunidade de segurança” que, de acordo com o pensamento construtivista, “has contributed to the convergence of national foreign policies and to a growing sense of a common international identity”, resultando na criação da PCSD – Política Comum de Segurança e Defesa.

“Apesar das suas origens reflexivistas-críticas, o Construtivismo é hoje uma teoria principal fundamental nas Relações Internacionais⁴. Embora não seja considerada por muitos uma teoria substancial sobre a paz e a guerra, ou sobre a política internacional tout court, o Construtivismo conseguiu demonstrar a importância decisiva dos debates metateóricos, nomeadamente a dialética estrutura/agência, para a análise e explicação das relações internacionais” (Sousa & Mendes, 2014, p. XXIX).

Os estudos construtivistas vieram demonstrar que as instituições não são meros instrumentos à disposição dos interesses dos Estados. É possível até que, em determinadas alturas, estas instituições desenvolvam interesses próprios que possam contrariar os dos Estados, ou até mesmo, interesses que vão ao encontro dos interesses dos Estados e, portanto, possibilitando a cooperação. Portanto, ao surgir o construtivismo, “as RI deixaram de ser dominadas por uma visão exclusivamente neoeconómica, utilitária e materialista. Por outro lado, o construtivismo originou uma melhor comunicação teórica entre as teorias mais racionalistas e as teorias mais reflexivas.” (Mendes, 2019, p. 111). O Construtivismo argumenta a interconectividade do Estado face à sociedade de Estados, uma vez que partilham valores, regras e instituições moralmente aceites por todos, permitindo assim o funcionamento do Sistema Internacional. Coloca, assim, o ênfase no “fator relacional” e “[a]tribui importância central aos fatores “ideativos”, cultura, normas, ideias, observando que em torno desses fatores se mobilizam atores de maneira mais eficaz que aqueles que procuram interesses materiais.” (Stuart, 2007, p. 60).

Embora não exista um autor que possa ser conotado como o criador da teoria, o termo “Construtivismo” foi inicialmente utilizado por Nicholas Onuf (1989), e é geralmente referido como um dos “pais” da escola construtivista das Relações Internacionais. Onuf introduz pela primeira vez o termo “construtivismo” em 1989, através da obra *World of Our*

⁴ No seguimento dos trabalhos de Peltonen (2017) acerca das origens da teoria: de acordo com Hynek e Teti, o processo de normalização da teoria construtivista fez com que esta abandonasse o seu lado crítico. Por sua vez, McCourt argumenta que o que o construtivismo perdeu foi a capacidade reflexiva sobre a construção social do conhecimento sobre objetos de estudo socialmente construídos. Hofferberth e Weber afirmam que algo importante fora perdido na tradução – *mainstreaming* – da teoria para uma audiência maior, nomeadamente, a compreensão de que as normas são constantemente renegociadas na interação social, o que resulta num *framework* de investigação mal preparado para o estudo e explicação da mudança. Portanto, Peltonen argumenta, através destes exemplos, que existe um padrão de descontentamento pela perda de algo à medida que a teoria se foi normalizando (Peltonen, 2017).

Making. O seu argumento centrava-se na ideia de que os Estados, tal como os indivíduos, vivem num “Mundo por nós criado” (Karkalanov, 2016),

“e a sua escola construtivista normativa-regulatória tem ainda algumas importantes ligações com a escola crítica de Habermas. Todavia, a adoção do Construtivismo por outros autores importantes que trabalhavam já numa abordagem sociológica institucional, crítica, do racionalismo-materialista das teorias dominantes, a revelar-se decisivas para a afirmação do Construtivismo como uma teoria das Relações Internacionais” (Sousa & Mendes, 2014, p. XXX).

Outro membro pertencente aos “pais” do Construtivismo pode ser encontrado em Alexander Wendt (será focado mais adiante) e na sua classificação do Construtivismo. Para citar Valdevino (2016), “Wendt considera que o poder é um elemento importante, no entanto, não é a única variável a moldar o comportamento e as ações dos atores. Logo, a política de poder é uma resultante da estrutura social e internacional” (Valdevino, 2016, p. 64)). Através dos trabalhos de Wendt, “o Construtivismo passou a ser uma teoria principal das Relações Internacionais e a assumir o papel de mediador entre o debate que opunha os racionalistas e os reflexivistas” (Sousa & Mendes, 2014, p. XXX).

Segundo este, a escola construtivista, na década de 1980, dividia-se em três correntes: na corrente modernista, representada por Ruggie e Kratochwill; na corrente pós-modernista nos trabalhos de Richard Ashley e R. B. J. Walker; e no construtivismo feminista de Spike Peterson e Ann Tickner. Está claro, segundo Peltonen, que desde o seu início o Construtivismo não tinha uma abordagem singular nem o monopólio do seu próprio entendimento nas Relações Internacionais (Peltonen, 2017).

O construtivismo de Onuf desvia-se da escolha entre “*the world and the word*” (o Mundo e a palavra). O realismo epistemológico enfatiza que o Mundo existe independentemente da mente. “*Word*”, neste sentido, refere-se à capacidade da mente em reger o Mundo. Onuf entende a distinção entre a realidade material e social e a importância de ambas, mas, segundo o próprio, estas realidades “contaminam-se” entre elas sem que nenhuma seja privilegiada. Segundo Onuf, estamos sempre embebidos nas nossas construções, mesmo que decidamos afastarmo-nos delas (Peltonen, 2017).

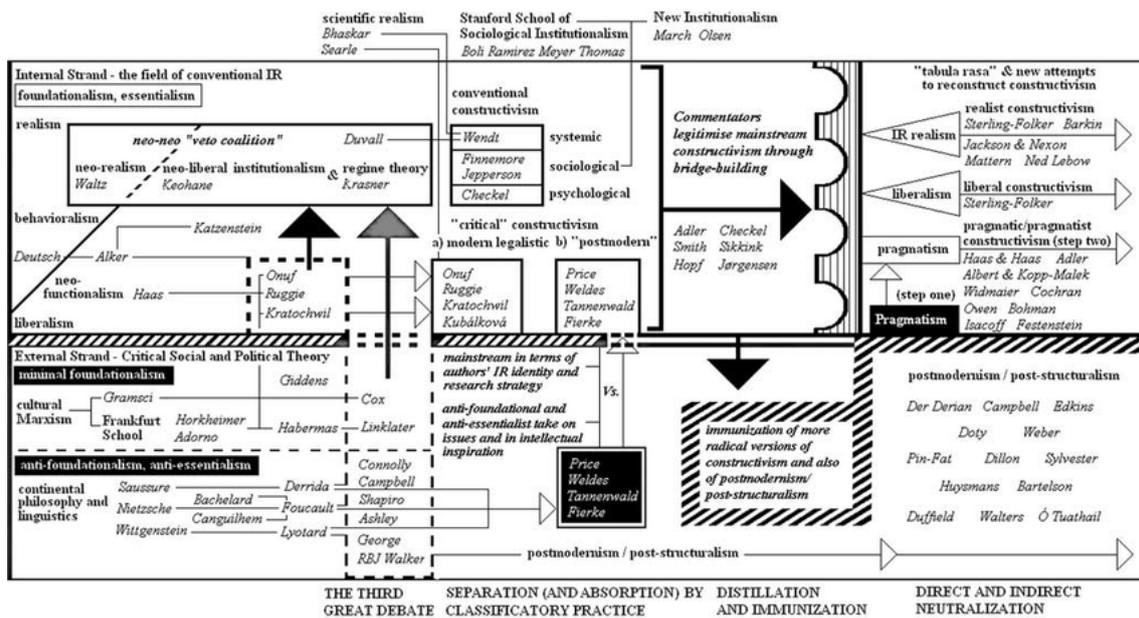
Por sua vez, na sua obra *Rules, Norms and Decisions*, Kratochwil demonstra como as regras e as normas constituem práticas que desbloqueiam o sentido de significado, uma vez que funcionam como “dispositivos de orientação”. Para Kratochwil, a linguagem e discurso desempenham papéis particularmente importantes na tomada de decisão em casos que não tenham soluções objetivas. Para Kratochwil, o significado das “coisas” é construído dentro dos seus contextos, e uma vez que a linguagem e a comunicação são o meio de interligar o Mundo e o resto, no sentido significado-construção, dever-se-á prestar especial atenção às várias funções que a linguagem desempenha (Peltonen, 2017).

Adler demonstra, em *Seizing the Middle Ground* (1997), como o construtivismo poderá ser entendido como a teoria responsável por construir pontes para as outras abordagens das Relações Internacionais. Para este, os debates não se resumem a ciência vs história (ou interpretação literária); estava em causa a natureza das ciências sociais em si, e portanto, a disciplina das Relações Internacionais. O construtivismo não é o contrapeso ao realismo ou liberalismo porque não é uma teoria política, mas uma teoria social. Adler argumenta que o Construtivismo é o meio termo entre o estruturalismo e o individualismo; entre o materialismo e o idealismo; uma vez que se foca no indivíduo dentro de estruturas sociais e não nega o Mundo material. Portanto, segundo Adler, o construtivismo não privilegia nenhum dos quatro “ismos”, mas combina as suas suposições chave sobre o Mundo social (Peltonen, 2017).

Finalmente, Wendt, em *Social Theory in International Politics*, afirma que devemos todos “fazer” ontologia, uma vez que para explicar o Sistema Internacional é necessário fazer assunções metafísicas sobre a sua estrutura. Para Wendt o poder e os interesses dos atores não se encontram no domínio do materialismo porque o seu significado e conteúdo são constituídos por ideias e cultura (Peltonen, 2017). Assim, “[p]ara Wendt, a anarquia é o que os Estados fazem dela à medida que eles formam a estrutura normativa das instituições” (Valdevino, 2016, p. 64).

Na ótica de Peltonen (2017), não existe uma teoria construtivista, mas uma variedade de posições construtivistas e, dentro de categorias tão amplas encontram-se subdivisões de posicionamentos, desde o construtivismo realista ao construtivismo feminista. A dificuldade de ordenar os construtivistas é ilustrada na topografia genealógica do construtivismo, de Hynek e Teti (2010):

Figura 1



Fonte: Hynek, N., & Teti, A. (2010). Saving identity from postmodernism? The normalization of constructivism in International Relations. *Contemporary Political Theory*, 9(2), 171-199. [referência de 15 de julho de 2022]. Disponível na Internet em: <<file:///D:/Teti2010HYNEK-TETI.CPT2010.pdf>>

Parte da razão para o leque variado de abordagens construtivistas está na falta de consenso sobre a definição do construtivismo das Relações Internacionais como ontologia, metodologia ou epistemologia. O autor refere então o exemplo de Risse e Wiener, que argumentam que o construtivismo, enquanto uma teoria menos relevante que o liberalismo e o realismo, é uma abordagem meta-teórica que oferece um tipo de ontologia que difere da escolha racional. Por sua vez, esclarece Peltonen, Barkin afirma que a teoria realista é compatível com a metodologia construtivista, e que a epistemologia construtivista é compatível com o realismo clássico (Peltonen, 2017).

Dada a discordância entre os construtivistas, Peltonen coloca a questão: “*what do they all have in common?*”. Pouliot argumenta que os factos sociais são a essência do construtivismo. Nesta linha, os factos sociais constituem a base da realidade socialmente construída. Contudo, e apesar de Peltonen (2017) considerar estar correta a observação de Pouliot, argumenta que, segundo Knorr-Cetina, ao subscrever a categorização construtivista tradicional, surge a questão da realidade baseada em factos sociais não ser unicamente pertencente aos construtivistas. Esta é a conceção da realidade de outros cientistas sociais não construtivistas e cientistas naturais. Os físicos utilizam ferramentas que dependem dos factos sociais, por exemplo. Até a distinção entre ciência social e natural é um facto social.

Os factos sociais providenciam o alicerce da realidade para tudo. Portanto, a abordagem de Pouliot é correta, não obstante, é curta, pois poderá ser utilizada numa miríade de outras áreas (Peltonen, 2017).

Adler, Kratochwil, Onuf e Wendt concordam com a posição de que as ideias têm importância. Contudo, a questão divisória é de como estudá-las e que tipo de conhecimento devemos obter. Para todos, o Mundo social é artifício, e as nossas ideias formam o seu significado. No entanto, onde Kratochwil e Onuf desafiaram as noções científicas consolidadas, Adler e Wendt procuraram um diálogo concertado com várias posições ontológicas e epistemológicas prevalentes dentro das Relações Internacionais. E segundo Peltonen, estas ambivalências resultaram no crescimento da importância da teoria. Simultaneamente, contudo, o construtivismo tornou-se numa teoria *mainstream* uma vez que, ao seguir Adler e Wendt, foi possível ter por base o entendimento da explicação científica já desenvolvida, em detrimento da alternativa mais radical oferecida por Onuf e Kratochwil (Peltonen, 2017).

Depois de uma breve introdução feita ao processo do desenvolvimento da teoria, bem como alguns dos argumentos de autores mais prevalentes, e atentando agora aos pressupostos gerais da teoria, Sousa e Mendes (2014) afirmam que:

“De um ponto de vista mais substancial, podemos dizer que o Construtivismo é uma teoria ideacional das relações internacionais que dá particular destaque às ideias, crenças, identidades e ideologias dos atores internacionais, e à sua inter-relação com o ambiente ideacional que formata e embebe historicamente determinada ordem internacional” (Sousa & Mendes, 2014, p. XXX).

A conceção fundamental desta teoria prende-se com o facto de que “todas as variáveis relevantes das teorias das RI – poder militar, transações económicas, instituições internacionais ou preferências domésticas – não são apenas importantes por serem factos materiais objetivos mas, principalmente, por terem determinados significados sociais e singulares interpretações ideacionais intersubjetivas.” (Mendes, 2019, p. 110). Quer isto dizer que os aspetos ideacionais são parte integrante, e importante, da análise das Relações Internacionais, e não unicamente os factos e a objetividade material. Uma vez que a realidade só o é porque o ser humano decide que o seja, os factos e a objetividade material não podem

ser analisados alienando as ideias que os tornam o que são. Seguindo esta linha, e citando o autor, “o Mundo político não é uma realidade física e material independente da interpretação humana.” (Mendes, 2019, p. 110). Assim, o fenómeno das percepções socialmente construídas é essencial para a função explicativa do Construtivismo, que examina a transformação das percepções normativas da natureza em interpretações epistémicas, causadas pelas estruturas mentais da mente humana. A epistemologia construtivista conclui, assim, que a ciência natural consiste em construções mentais criadas com o fim último de explicar a experiência sensorial do Mundo natural. Consequentemente, o Mundo é independente da mente humana, mas as interpretações epistémicas do Mundo resultarão, sempre, da construção individual ou social (Karkalanov, 2016).

O Construtivismo afirma que não existe uma ideia de identidade estática, trans-histórica ou cultural. Uma vez que tudo é socialmente construído, as Relações Internacionais consistem de factos sociais – factos que o são apenas por acordo humano e pela sua intersubjetividade. Portanto, o Sistema Internacional é, fundamentalmente, uma entidade socialmente construída que é melhor compreendida através das teorias do Construtivismo Social, onde a percepção de que a intersubjetividade origina a realidade percetiva é chave no entendimento do seu próprio conceito. Karkalanov (2016) dá seguimento a esta ideia, afirmando que a intersubjetividade é mais bem compreendida segundo a conceptualização dos “Três Mundos” de Karl Popper (Karkalanov, 2016).

Popper (1978), nos “Três Mundos”, divide o universo em três sub-universos, diferentes mas inter-relacionais. O Mundo 1 consiste no Mundo físico: “*stones and of stars; of plants and of animals; but also of radiation, and of other forms of physical energy*” (Popper, 1978, p. 143). Podemos ainda subdividir o Mundo físico no Mundo dos objetos físicos não-vivos e no Mundo das coisas vivas. Contudo, não é uma divisão fulgente. O Mundo 2 consiste no Mundo mental ou psicológico: “*the world of our feelings of pain and of pleasure, of our thoughts, of our decisions, of our perceptions and our observations*”. (Popper, 1978, p. 143). É o Mundo dos processos mentais e psicológicos e das experiências intersubjetivas. O Mundo 3 é o Mundo dos produtos da mente humana: “*languages; tales and stories and religious myths; scientific conjectures or theories, and mathematical constructions; songs and symphonies; paintings and sculptures. But also aeroplanes and airports and other feats of engineering.*” (Popper, 1978, p. 144). É este o Mundo essencial à obra de Popper. Epitoma os factos sociais e institucionais que ganham o estatuto de realidade ontológica ao transformar-se em algo fora de nós próprios (Karkalanov, 2016).

Popper dá alguns exemplos de objetos do Mundo 3: a Constituição americana; *The Tempest* ou *Hamlet*, de Shakespeare; a Quinta Sinfonia de Beethoven; ou a teoria da gravidade de Newton (Popper, 1978).

O Mundo intersubjetivo é assim caracterizado pela sua existência por virtude de um acordo coletivo, deduzido pelo estabelecimento de factos sociais. Assim, as crenças intersubjetivas das pessoas afetam as suas intenções e motivações e, portanto, qualquer *“attempt to understand the intersubjective meaning embedded in social life is at the same time na attempt to explain why people act the way they do”*. (Karkalanov, 2016, p. 9). Esta tentativa de analisar e explicar as dinâmicas comportamentais das unidades sociais relaciona-se com a tentativa de perceber a linha de raciocínio dos atores no Sistema Internacional e as premissas fundamentais que motivam e justificam o seu comportamento (Karkalanov, 2016).

Por sua vez, para Stuart (2007), o construtivismo centra-se, primariamente, em “questões relacionadas a processos de formação de interesses, valores e padrões de identidade” (Stuart, 2007, p. 49). Foca-se na característica mutável do Estado-nação e, por conseguinte, nos “surgimento de novos “nacionalismos” despegados da visão clássica “westfaliana”, assim como aos assuntos derivados dos múltiplos efeitos dos processos de globalização e regionalização.”. Stuart (2007) reitera que o construtivismo não tem por objetivo negligenciar por completo a importância do Estado no Sistema Internacional. Contudo, presta atenção ao surgimento de novos atores na arena internacional. Neste sentido, a ideia de Estado está fundamentalmente relacionada com a ideia de sociedade no sentido em que o Estado deixa de ser considerado como uma entidade monolítica, e passa a ser “um agente representante de uma pluralidade de interesses” (Stuart, 2007, p. 50).

Mendes (2019) descreve o Construtivismo como a “teoria social que demonstra a importância decisiva das relações constitutivas que estabelecem as ideias, o conhecimento e os factos” (Mendes, 2019, p. 110) e afirma que as principais áreas de análise devem recair na cultura política e social, na identidade e nas normas que influenciam e condicionam o comportamento dos atores nas Relações Internacionais através da análise do “entendimento partilhado relativamente aos problemas, agendas e comportamentos adequados a desenvolver perante o jogo da política internacional” (Mendes, 2019, p. 110). As estruturas no sistema e do Estado têm por base a intersubjetividade, não sendo estáticas ou unicamente materiais, e os interesses e identidades resultam de processos históricos e são socialmente construídos. Não são pré-determinados ou uma realidade objetiva. E, segundo os construtivistas, a interação entre as estruturas e os agentes “tem como base o universo

normativo.”. Ou seja, “[a]s normas (...) constituem os Estados/agentes, que em interação uns com os outros, geram novos interesses de natureza internacional” (Stuart, 2007, p. 51). Esta é a teoria ideacional do estudo das Relações Internacionais, portanto, dá especial atenção ao contexto histórico e processo evolutivo do plano internacional.

Nesta linha, o construtivismo vai de encontro a teorias como o realismo, na medida em que defende que, nas Relações Internacionais, as mudanças não resultam única e exclusivamente de fatores materiais, mas, sobretudo, de fatores ideacionais, sociais e normativos, e dá especial atenção aos novos atores internacionais, como atores transnacionais com ligações a Organizações Não-Governamentais (ONG) ou até mesmo redes de advogados transnacionais com o poder de influenciar os interesses dos governos nacionais (Mendes, 2019). Sousa e Mendes (2019) desenvolvem este ponto, argumentando que:

“Pode até ser possível uma articulação singular de interesses dos Estados, interesses das lideranças burocracias internacionais, interesses de atores não estatais transnacionais, e interesses de resistência identitária que permitem uma coligação de vontades e a construção de um interesse internacional” (Sousa & Mendes, 2014, p. XXX)

Neste sentido, segundo os mesmos:

“o Construtivismo desenvolveu um particular interesse pela explicação compreensiva do impacto dos Direitos Humanos e de outras formas de institucionalização de normas na construção do comportamento adequado em relações internacionais. Estudos construtivistas importantes vieram demonstrar que, ao contrário do que defendem as teorias racionalistas, as instituições não são somente instrumentos dos interesses dos Estados. Deste modo, em determinadas circunstâncias é possível que os líderes e as burocracias das instituições internacionais possam desenvolver interesses próprios que contrariam os interesses dos Estados” (Sousa & Mendes, 2014, p. XXX).

Para Karkalanov (2016), o construtivismo é apto a analisar as interações das entidades políticas na cena internacional, e não a apresentar as rivalidades entre Estados-nação. Os problemas resultantes destas interações são essencialmente distintos dependendo das percepções de determinado assunto. Essas diferenças, por sua vez, resultam de diferentes imagens criadas por argumentos intersubjetivos. Karkalanov (2016) refere o exemplo das armas nucleares. Concretamente, o significado completamente diferente que tem, para os Estados Unidos, a posse de armas nucleares pelo Reino Unido em relação à posse das mesmas armas nucleares pela Coreia do Norte. Isto exemplifica o argumento construtivista, que afirma que as estruturas mentais do observador originam uma interpretação epistémica única, resultado de uma herança social, consistindo de assunções – culturais, históricas, linguísticas e religiosas – intersubjetivas profundamente enraizadas na percepção cognitiva de determinada população de determinada comunidade (Karkalanov, 2016).

1.1. Wendt, o Construtivismo e a Anarquia Internacional

Este subcapítulo servirá para expor o argumento de Wendt em relação à anarquia internacional, bem como algumas considerações de alguns autores.

Karkalanov (2016) entende Alexander Wendt como a figura egrégia do estudo do Construtivismo e a sua obra, *Social Theory in International Politics*, como o sustentáculo do Construtivismo social. Wendt enfatiza o papel das ideias partilhadas e das normas na formulação do comportamento dos Estados. Existem duas conceções fundamentais que distinguem o construtivismo do realismo e liberalismo, segundo Wendt: a primeira, as estruturas internacionais são compreendidas por constituintes sociais e materiais e; a segunda, as componentes sociais, além das materiais, influenciam a identidade e os interesses dos atores. Wendt partilha assunções chave com autores realistas e neorealistas, como a existência da anarquia e a centralidade dos Estados no Sistema Internacional. Contudo, percebe a anarquia em termos culturais, e não em termos materiais. Fáz-lo ao extrapolar as visões filosóficas de Hobbes, Locke e Kant. Ao teorizar as três culturas da anarquia, caracterizadas como “hostilidade”, “rivalidade” e “amizade”, respetivamente, Wendt formula a teoria cultural da política internacional, exemplificado através das culturas de anarquia diferentes, construídas pelos próprios Estados (Karkalanov, 2016).

O racionalismo oferece, fundamentalmente, uma conceção comportamental do processo e instituições: alteram o comportamento mas não as identidades e interesses.

Partilham ainda assunções semelhantes acerca dos agentes: os Estados são os atores dominantes no Sistema Internacional e definem a segurança no sentido do interesse próprio. Apesar de discordarem do alcance da capacidade motivacional garantida pelo interesse dos Estados, utilizam-no como o ponto de partida das teorias. Este ponto de partida é benéfico para os neorrealistas uma vez que acreditam que as anarquias são necessariamente sistemas de autoajuda, onde a autoridade central ou a segurança coletiva estão ausentes. Cria, assim, as dinâmicas inerentemente competitivas do dilema de segurança e o problema da ação coletiva. Portanto, as questões acerca da identidade e formação de interesses não são relevantes. A problemática racionalista, uma vez que reduz os processos para dinâmicas de interação comportamental entre atores internacionais, define o alcance da teoria sistémica. Ao adotar este raciocínio, os liberais concedem aos neorrealistas os poderes causais da estrutura anárquica, mas ganham um argumento retoricamente concreto, nomeadamente, o de que os processos conseguem criar comportamentos de génese cooperativa, mesmo que embebidos num sistema de autoajuda (Wendt, 1992).

Um princípio social construtivista fundamental é o de que as pessoas agem, em relação a um objeto, na base do significado que este tem para si. Os Estados agem de maneiras diferentes dependendo da conceção que têm dos Estados com que interagem. Um Estado percecionado como inimigo terá uma base de relacionamento mais hostil, quando comparado com um Estado não inimigo. A anarquia e a distribuição de poder são conceitos insuficientes para determinar um Estado amigo e um Estado inimigo. O poder militar dos Estados Unidos será percecionado de forma diferente pelo Canadá e por Cuba, apesar das suas posições estruturais semelhantes, assim como os mísseis britânicos e soviéticos são entendidos de forma diferente pelos Estados Unidos. A distribuição de poder poderá afetar as calculações dos Estados, mas depende do entendimento intersubjetivo e expectativas da “distribuição de conhecimento” que constitui as conceções do próprio e dos outros (Wendt, 1992). Se os Estados Unidos e a União Soviética decidissem, a qualquer altura, que não seriam mais inimigos, a Guerra Fria teria terminado no momento, uma vez que são os significados coletivos que constituem as estruturas que organizam as nossas ações (Wendt, 1992). Portanto, “(...) a natureza da anarquia internacional é sobretudo uma construção social e o seu significado resulta do entendimento intersubjetivo dos Estados, e não apenas da sua pura objetividade material.” (Mendes, 2019, p. 110).

Os atores adquirem identidades – entendimento de funções específicas e expectativas sobre o próprio – ao participar nestes significados coletivos. A identidade é inerentemente

racional: “*Identity, with its appropriate attachments of psychological reality, is always identity within a specific, socially constructed world*” (Berger, 1966, citado em Wendt, 1992, p. 398). Por sua vez, a identidade é a base dos interesses. Os atores não detêm um portfólio de interesses independentemente do contexto social; definem os seus interesses dentro do processo de aferição da situação. Por sua vez, uma instituição é um conjunto estável de identidades e interesses. São, depois, codificadas em normas e regras formais, mas têm na sua essência a força motivacional da socialização e participação dos atores. São, fundamentalmente, entidades cognitivas que não existem separadas das ideias dos atores sobre o funcionamento do Mundo. Wendt (1992) esclarece que não tenciona afirmar que as instituições não existem e que são apenas crenças. Como conhecimento coletivo, são percebidas como uma entidade real, além dos indivíduos que as incorporam. As identidades e as cognições coletivas não existem separadas uma da outra, sendo “mutuamente constitutivas”. Ou seja, a institucionalização é o processo de internalizar novas identidades e interesses que vão além do processo comportamental, sendo um processo cognitivo (Wendt, 1992).

O processo de formação de identidades dentro da anarquia preocupa-se, fundamentalmente, com a preservação da segurança do próprio. O conceito de segurança difere, portanto, dependendo da maneira como o próprio se identifica cognitivamente com o outro e (o que Wendt pretende sugerir) é através desta variação cognitiva que o significado de anarquia e a distribuição de poder dependem. Wendt ilustra este ponto através de um *continuum*. Numa das extremidades do *continuum* está o sistema de segurança competitivo, onde os Estados se identificam negativamente entre eles. A identificação negativa numa situação de anarquia constitui os sistemas realistas de *power politics*: atores avessos ao risco que inferem intenções medidas na escala dos ganhos relativos *vs* perdas relativas. No meio encontra-se o sistema de segurança individualista, onde os Estados são indiferentes à relação entre si e os restantes. Constitui, assim, os sistemas neoliberais: Estados, ainda que focados na sua segurança, preocupados principalmente com os ganhos absolutos, em detrimento dos ganhos relativos. A posição de determinado Estado designada pela distribuição de poder deixa de ter tanta relevância e a ação coletiva passa a ser possível. Nestes dois sistemas, a segurança é encarada como algo que deve ser garantido pelo próprio Estado. No terceiro sistema, o sistema de segurança cooperativo, os Estados identificam-se positivamente entre eles e, portanto, a segurança é encarada como uma responsabilidade conjunta (Wendt, 1992).

Nesta linha, a tendência nas Relações Internacionais de perceber o poder e as instituições como explicações opostas da política externa é errônea, uma vez que a anarquia e a distribuição de poder só têm significado para a ação de um Estado em virtude dos entendimentos e expectativas que constituem identidades e interesses institucionais (Wendt, 1992).

As concepções teóricas basilares do construtivismo propostas por Wendt desafiam asunções chave neorrealistas. Ao ser inerentemente estruturalistas, o neorrealismo explica a política internacional através de uma estrutura no Sistema Internacional. Wendt contraria esta estrutura ao argumentar que os poderes subjacentes atribuídos à “estrutura” na percepção neorrealista não são naturalmente atribuídos, mas construídos socialmente. Além disso, as deduções neorrealistas são centradas em suposições estáticas sobre a forma como os atores constroem instituições e atribuem significado. Excluem, erradamente, processos de construção social e, portanto, dependem apenas do significado imposto pela estrutura no Sistema Internacional. O construtivismo, por sua vez, tem por objetivo demonstrar como são socialmente construídos os aspectos essenciais das relações internacionais. Contudo, o construtivismo não é antípoda ao realismo mas clarifica a teoria realista ao argumentar a construção histórica de conceitos como o interesse nacional e a razão do Estado (Karkalanov, 2016). Wendt não disputa a descrição neorrealista do Sistema Internacional como competitivo e de autoajuda. Discorda, contudo, da sua explicação (Wendt, 1992). Segundo Wendt, o construtivismo propõe-se a demonstrar que o significado dos motivos que regem os atores “*depend largely on the shared ideas in which they are embedded, and as such culture is a condition of possibility for power and interest explanations*” (Karkalanov, 2016, p. 7).

2. Ferramentas de Investigação: Análise de Política Externa (APE)

Com expressão no que foi anteriormente referido, será utilizado, neste trabalho, a Análise de Política Externa – APE como modelo de análise. Esta tem início, “enquanto abordagem teórica distinta (...) a seguir à Segunda Guerra Mundial” (Freire & Vinha, 2015, p. 14).

Freire & Vinha (2015), em *Política externa: as relações internacionais em mudança*, clarificam a política externa como uma ferramenta que “projecta interesses e objectivos domésticos/internos para o exterior” e, embora “tradicionalmente associada aos Estados”, está cada vez mais “associada a outros actores, como a União Europeia (UE)” (Freire & Vinha, 2015, p. 13). É um instrumento fundamental no que toca a posicionar os atores no plano internacional. Nesta linha, afirmam que “A discussão agente/estrutura é, neste quadro, um referencial fundamental com alguma discordância relativamente à prevalência do agente sobre a estrutura ou, ao invés, da condicionalidade que a estrutura impõe ao agente.” (Freire & Vinha, 2015, p. 13). Contudo, afirmam ainda que:

“Para além da tradução do debate agente/estrutura na teorização sobre política externa, outras dimensões de análise têm sido incorporadas em alguns estudos, nomeadamente questões mais subjectivas, mas não menos relevantes, como atitudes, crenças, valores e interesses subjacentes aos processos de formulação e decisão, e que têm contribuído essencialmente para a análise das motivações implicadas nos processos de política externa. Este debate implica a discussão do papel e características individuais do decisor, bem como a consideração dos quadros ideológicos em que as decisões são tomadas.” (Freire & Vinha, 2015, p. 14).

Neste sentido, “estudos recentes introduziram novas metodologias na análise de política externa, como análise de discurso, estudando a linguagem da política externa” (Freire & Vinha, 2015, p. 14). Portanto, e citando Mendes (2017):

“os fenómenos de política externa, independentemente da sua importância política e ética, podem, e devem, ser estudados como comportamentos adaptativos. Se assumirmos que a política externa diz respeito às decisões e ações que os governos

tomam – ou são obrigados a tomar – em ordem a preservar os aspetos positivos do ambiente internacional e alterar os seus aspetos negativos, não restam dúvidas que, em última análise, a política externa de um Estado é um constante reflexo da sua capacidade de adaptação ao ambiente onde se insere” (Mendes, 2017, p. 12).

Ora, quer isto dizer que, ao analisar a política externa de um Estado, a análise deverá contar sempre com o contexto em que se insere uma determinada decisão. Esta é uma das quatro ideias chave ao analisar a política externa de um Estado, segundo o autor. As restantes, e não menos importantes, são a interligação da política interna e a política externa, a dialética de continuidade/mudança dos padrões históricos e, por último, os fatores ideacionais (Mendes, 2017).

Em 2020, Mendes afirma que a APE é originalmente criada com o objetivo de contrariar alguns pressupostos realistas, uma vez que:

“contraria a ideia de que a política externa é independente da política interna (...), demonstra que o Estado não é um ator unitário e coerente que prossegue objetivos claros de acordo com um interesse nacional objetivo (...) [e] comprova que os Estados não definem os seus objetivos e decisões apenas de uma forma racional” (Mendes, 2020, p. 74).

Portanto, “baseou-se na tentativa de refutação das assunções de racionalidade, coerência, unitarismo e clarividência objetiva do interesse nacional nas decisões de política externa” e apresenta o desenvolvimento do interesse nacional como um processo “subjetivo e contextual” (Mendes, 2020, p. 74), estando na base da sua definição “as ideias dos atores e (...) seus contextos históricos e políticos” (Mendes, 2020, p. 76).

Neste sentido, Mendes (2020) continua, argumentando que “As decisões de política externa são o resultado interligado das ideias e percepções dos decisores, das pressões dos contextos políticos, internos e externos, bem como da influência dos processos organizacionais e institucionais presentes no jogo burocrático da sua formulação” (Mendes, 2020, p. 76). Portanto, e de acordo com Freire e Vinha (2015):

“Ao concentrar-se nos diferentes actores e nos diferentes processos e dinâmicas de decisão, a análise de política externa permite uma abordagem complementar que enriquece o nosso entendimento da política internacional. Mais concretamente, a análise de política externa centrada nos processos de decisão ajuda a «identificar padrões de decisão únicos e genéricos e gerar entendimentos sobre os estilos e personalidades de liderança que não podem ser revelados através de uma abordagem sistémica à política externa»” (Freire & Vinha, 2015, p. 18).

A abordagem fenomenológica da APE detém dois pressupostos essenciais, como aponta Mendes (2020): o primeiro afirma que o estudo da política externa “deve ser desenvolvido tendo em conta os vários níveis de análise”, uma vez que “[e]xistem várias fontes da política externa ligadas a diferentes níveis de análise: indivíduos, burocracias, sociedades, Sistema Internacional”. O segundo pressuposto refere-se ao processo essencial da abertura da *black box* e “espreitar lá para dentro para perceber como é que realmente se formulam as decisões de política externa dos Estados”. Ou seja, “para além dos fatores sistémicos e estruturais, o que é decisivo é estudar a agência dos decisores” (Mendes, 2020, p. 77). Como afirmam Freire & Vinha (2015), “Devido à dificuldade das teorias tradicionais dominantes em explicar a complexidade da política contemporânea, o enfoque nos indivíduos e nos processos de decisão passou a assumir um lugar central na política internacional” (Freire & Vinha, 2015, p. 16).

Em virtude do tema, será abordado o modelo Decisional de Snyder, Burton e Sapin – SBS. Freire & Vinha (2015) argumentam a importância deste modelo uma vez que “identificou o decisor humano como o principal determinante do comportamento do Estado⁵”. Ou seja, “o foco da análise centrou-se no decisor e no seu entendimento da situação. Mais concretamente, «o objectivo analítico principal é a recriação do ‘Mundo’ dos decisores conforme eles o vêem»” (Freire & Vinha, 2015, p. 15). Mendes (2020) afirma que:

⁵ Mendes (2020) nota que: “Esta abordagem fenomenológica incorpora conceitos da sociologia e da psicologia e distancia-se da conceção tradicional do Estado como ator monolítico perseguindo um interesse nacional objetivo e unitário. O trabalho de SBS continha uma visão revolucionária relativamente à visão dominante das RI pós 1945. Esta visão combinava o realismo com o cientismo e foi contrariada pelas inovações teóricas e metodológicas de SBS, nomeadamente a relação entre instituições e processos e as consequentes “variáveis psicológicas” e “variáveis sociológicas” da decisão”.

“com SBS os fatores externos deixam de ser os fatores primordiais e quase absolutos na explicação do comportamento externo do Estado. Embora os fatores internacionais não sejam descartados, eles passam a fazer parte de um conjunto de fatores contextuais que condicionam determinada situação, que é definida de acordo com a percepção dos decisores” (Mendes, 2020, p. 78).

Assim, Freire e Vinha (2015) denotam que “Snyder, Bruck e Sapin catalisou os estudos dedicados à decisão de política externa, com especial enfoque nos processos de decisão e nas estruturas dos grupos responsáveis por essas mesmas decisões.” (Freire & Vinha, 2015, p. 16). Este modelo centra-se na análise da própria decisão, em que o importante é perceber o processo de formulação da decisão (Mendes, 2017). Foi fundamental para o desenvolvimento teórico do estudo da política externa, sendo um ponto de viragem no seu estudo, nomeadamente pelo seu valor teórico. Apresenta-se como uma alternativa ao modelo tradicional do estudo da política externa, “o objeto de estudo desloca-se da análise de uma abstração reificada – o Estado – para dar lugar à análise do comportamento dos decisores humanos que atuam em nome do Estado.” (Mendes, 2017, p. 15). Portanto, quer isto dizer que o ator privilegiado deixa de ser o Estado e passam, no seu lugar, a ser os decisores que compõem o próprio Estado. Ou seja, o Estado age de acordo com as pessoas que nele habitam e que agem em nome do próprio (Mendes, 2017).

De acordo com Mendes (2020, p. 77), *Decision-making as an Approach to the Study of International Politics*, de Snyder, Bruck e Sapin, é o “primeiro grande marco da APE”, uma vez que “é a obra que inventa a APE”. Segundo o autor, “introduziram contributos teóricos inovadores que precipitaram uma reorientação no estudo da política externa.”. Estes pressupostos inovadores são (Mendes, 2017): Em primeiro lugar, a assunção que a política externa consiste em decisões tomadas por decisores políticos identificáveis e que, portanto, é esta atividade comportamental que requer explicação; em segundo lugar, a importância da percepção dos decisores relativamente à definição da situação; em terceiro lugar, a ênfase dada às origens domésticas e societárias da política externa; em quarto e último lugar, a assunção que o próprio processo de decisão pode ser uma fonte importante e independente de decisões (Mendes, 2020).

A partir daqui, o foco da análise centra-se nas fontes internas da política externa, bem como no próprio processo de decisão. Para além da importância dos fatores internos na

política externa, este modelo sugere também o próprio processo de decisão como um fator explicativo, uma vez que “é o processo de decisão que age como um filtro entre os estímulos – internos e externos – e as decisões tomadas”. Ou seja, o “porquê” da decisão não pode ser desligado do “como” (Mendes, 2017).

3. A “Escola Chinesa”

Montenegro (2015) coloca duas questões: “As teorias ocidentais explicam o comportamento da China de forma satisfatória?”; e “Existe a necessidade de se criar uma escola teórica com base em elementos da cultura e filosofia chinesas?” (Montenegro, 2015, p. 231).

O crescimento chinês e o seu recente estatuto como uma potência hegemônica criou, na comunidade internacional, interrogações acerca dos objetivos da China no Sistema Internacional. É esta discussão, no meio acadêmico e político, que surge a reivindicação de uma escola de pensamento chinesa das Relações Internacionais, de forma a melhor entender a posição chinesa. É ainda argumentado que existe a necessidade de se criar uma teoria afastada de lente ocidental, uma vez que a bagagem histórica, cultural e filosófica é invariavelmente distinta da bagagem chinesa (Montenegro, 2015).

É neste sentido que surge o termo “Escola Chinesa”, utilizado “para se descrever esse processo de desenvolvimento teórico de um pensamento chinês aplicado às Relações Internacionais” (Montenegro, 2015).

Barbosa (2021) afirma que o debate atual sobre a relação EUA-China, pela lente ocidental, é significativamente dominado por uma visão realista da política internacional. Contudo, não é esta a lente utilizada pelos pensadores chineses para explicar a relação com os americanos ou a sua própria emergência no Sistema Internacional. Assim, citando Barbosa (2021):

“O interesse em corrigir percepções e interpretações, a seu ver, erradas sobre a China e em identificar anomalias em teorias ocidentais, aliado ao fortalecimento do país no sistema de Estados, foram algumas razões para autores chineses desenvolver teorias próprias sobre história e política entre nações (...). Dessa tentativa epistemológica de construir um arcabouço teórico original de relações internacionais (RI) surgiu o Movimento Escola Chinesa⁶” (Barbosa, 2021, p. 3).

⁶ O autor clarifica que o nome por si dado não é consensual, havendo vários nomes que “caracterizam esse conjunto de formulações chinesas de RI”. Fê-lo com o intuito de conferir alguma cinesia ao conceito, demonstrando ser ainda um “processo em construção” (Barbosa, 2021).

Ribeiro (2020) expande a dialética da relação EUA-China, afirmando que:

“As relações entre China e Estados Unidos aparecem como o grande foco de análise das relações internacionais nos últimos 30 anos, chamando a atenção de cientistas políticos, sociólogos, internacionalistas, geógrafos, historiadores, jornalistas e economistas do Mundo inteiro. O impacto no Sistema Internacional da ascensão chinesa, da década de 1980 até os dias atuais, pressionam a hegemonia dos Estados Unidos em escala global. As relações voláteis entre Estados Unidos e China vem se transformando em uma relação de competição. Num cenário de maior tensão, as disputas militares no Mar do Sul da China, a guerra comercial, disputa na bacia do Indo-Pacífico, a disputa tecnológica, a Iniciativa do Cinturão e Rota (ICR) e a parceria estratégica China-Rússia. São questões que levaram o governo Trump à Nova Estratégia de Segurança americana que em 2017, classificou Pequim e Moscou com o *status* de potências rivais.” (Ribeiro, 2020, p. 623).

O pensamento chinês sobre as Relações Internacionais chega ao ocidente através de Yan Xuetong, Qin Yaqing e Zhao Tingyang e, segundo Ribeiro (2020), vários conceitos foram já teoricamente modelados pelos autores chineses, como a ascensão pacífica, a política de não-alinhamento, o fortalecimento das relações externas, o aumento da interdependência econômica, do multilateralismo e do estabelecimento de boas relações com os Estados Unidos (Ribeiro, 2020).

Os pensadores orientais não apregoam uma “Guerra Fria 2.0”, ao contrário do que o que vem a ser dito no ocidente, uma vez que o contexto internacional atual não o permitiria. Ribeiro (2020) afirma que com o “avanço da globalização, da interdependência econômica dos países, da política de não alinhamento chinesa, o desenvolvimento pacífico seriam fatores conjunturais bem distintos do sistema bipolar da Guerra Fria” (Ribeiro, 2020, p. 623). Não existia a interdependência econômica, entre o bloco ocidental e soviético, que existe atualmente. A vitória de um dos blocos, hoje, representaria, a derrota malogra do outro. Por esta razão, afirma Ribeiro (2020), os pensadores chineses, apesar de preverem uma relação de competição com os Estados Unidos, não preveem que esta evolua no sentido de uma nova guerra fria (Ribeiro, 2020).

Há um esforço nos últimos 40 anos, segundo Barbosa (2021), no sentido de desafiar a “hegemonia ocidental na produção teórica em RI e apresentar um contraponto, um conhecimento novo e essencialmente chinês” (Barbosa, 2021, p. 4). É este esforço conjunto de vários pensadores chineses em criar uma teoria das Relações Internacionais predominante e não ocidental que sustenta o Movimento Escola Chinesa. A Conferência de Xangai sobre a Teoria de RI, em 1987, marca o primeiro esforço neste sentido e:

“uma tentativa oficial, impulsionada pelo Partido Comunista Chinês, de contestar a autoridade do pensamento então vigente. Acreditava-se que as teorias ocidentais de RI se baseavam na experiência capitalista, incompatível com a realidade chinesa, devendo então ser substituída por teses calcadas na prática socialista da China” (Barbosa, 2021, p. 4).

Esta é a primeira fase de desenvolvimento da escola chinesa, onde Marx, Lenin e Mao Zedong seriam as referências ideológicas. Na década de 2000 dá-se a segunda fase, tendo como objetivo “desenvolver um arcabouço teórico mais sólido, tendo como contrapartida principal a experiência histórico-cultural-linguística da China.” (Barbosa, 2021~, p. 4). Aqui, os autores desta nova fase são beneficiados pelas traduções de textos ocidentais para o mandarim e a tradução dos próprios textos para o inglês, conferindo, assim, maior abrangência (Barbosa, 2021).

Neste sentido, ambas fases têm motivações em comum. Barbosa enumera quatro motivações distintas. A primeira é a procura de criar um contrapeso entre as teorias ocidentais e as particularidades do pensamento chinês, uma vez que os autores ocidentais não detinham conhecimentos alargados sobre a história, cultura e filosofia chinesas (Barbosa, 2021).

A segunda motivação prende-se com a intenção de “alterar a dinâmica de construção teórica em RI, marcadamente unidirecional, sendo o Ocidente fonte irradiadora única.” (Barbosa, 2021, p. 5). O autor entende aqui ser benéfica a criação de modelos teóricos não ocidentais para desenvolver a pesquisa científica como um todo. Corrobora esta posição ao argumentar a procura, por determinados autores, de áreas diferentes para a análise das Relações Internacionais, de forma a criar uma maior abrangência no desenvolvimento científico das RI (Barbosa, 2021).

O “interesse em difundir pensamentos e práticas internacionais da China ao longo da história” (Barbosa, 2021, p. 5) é a terceira motivação. Ou seja, é pretendido levantar questões previamente esquecidas pelo ocidente. Barbosa refere o exemplo do sistema tributário chinês até ao séc. XIX. Por fim, é uma oportunidade de consolidar a China como um ator fundamental no Sistema Internacional. Afirma Barbosa (2021) que:

“Sua crescente participação em diversos tabuleiros mundiais tem atraído interesse em pensadores e ideias chinesas, o que abriria uma porta para difundir o modo de pensar local e para adequar conceitos e procedimentos de organizações internacionais criadas sob forte influência da tradição ocidental a uma nova realidade em que a região asiática e a China terão função de destaque” (Barbosa, 2021, p. 5-6).

Neste sentido, de forma a ter sucesso em afirmar-se no Mundo científico das RI, a escola chinesa deverá recolher duas características fundamentais: “originar-se do contexto histórico, filosófico e geocultural chinês e adquirir significado e comprovação universais” (Barbosa, 2021, p. 6).

Ribeiro (2020) argumenta a capacidade parca das teorias ocidentais em explicar a ascensão da China no séc. XXI. Nomeadamente, teorias como a teoria do equilíbrio do poder, uma vez que as teorias dominantes ocidentais pressupõem algum tipo de violência e animosidade na ascensão de um Estado emergente (Ribeiro, 2020). Neste sentido, Barbosa (2021) destaca três contribuições de autores distintos que ganharam alguma notoriedade, nomeadamente: Zhao Tingyang e a adaptação do conceito de *Tianxia* para as Relações Internacionais; Qin Yaqing e a teoria relacional das RI; e Yan Xuetong e o realismo moral. Segundo o autor:

“Os três teóricos trazem em comum o objetivo de trazer contribuições novas ao debate sobre teoria de RI, tendo como base a experiência política chinesa. Todos recorrem a exemplos da história, cultura e filosofia do país como ponto de partida para suas teses, as quais sugerem adaptações nos cânones das principais correntes de RI, especificamente realismo, liberalismo e construtivismo.” (Barbosa, 2021, p. 10).

O realismo moral de Yan Xuetong é o principal influenciador do pensamento chinês das Relações Internacionais no início do séc. XXI. Este pretende “construir um pensamento universal das relações internacionais, a partir de uma base na produção cultural chinesa” (Ribeiro, 2020, p. 625). O próprio Yan Xuetong nega a concepção de uma Escola Chinesa das RI, como propõe Yaqing, e desta rutura surgem dois grupos de pensadores. O primeiro grupo, o idealismo cultural, onde se inserem Qin Yaqing e Zhao Tingyang, e o segundo grupo, o realismo moral, onde se insere Yan Xuetong. De acordo com Ribeiro (2020):

“Qin Yaqing e Zhao Tingyang (...) compartilham um forte ethos idealista fundamentado na história, cultura e identidade chinesas. (...) Yan Xuetong, prefere usar a filosofia chinesa para entender as possíveis dinâmicas de um sistema de anarquia interestatal, assim, abraçando uma análise realista das relações internacionais.” (Ribeiro, 2020, p. 625).

Por sua vez, Qin Yaqing apresenta a teoria relacional, que, segundo Ribeiro (2020), denota dois aspetos fundamentais. O primeiro, a ideia de Datong – a grande harmonia universal; e o segundo conceito, a relacionalidade chinesa zhongyong – “a dialética (...) yin e yang”. Segundo o autor:

“O argumento é que enquanto as forças opostas se chocam e geram algo diferente, o conceito de zhongyong baseado na filosofia do yin e yang, cujas partes são complementares e a harmonia não seria possível sem uma das partes, «os dois extremos da dialética chinesa são não conflitantes e inclusivos para começar»”. (Ribeiro, 2020, p. 627)

Desta feita, de acordo com Yaqing, a teoria relacional pretende demonstrar o caráter harmonioso das forças opostas, em contraste com a dialética conflituosa ocidental. Ribeiro (2020) argumenta que, de acordo com Yaqing, “a contradição é a chave para síntese no processo dialético de influência hegeliana, enquanto a «dialética de zhongyong sempre tenta encontrar o meio apropriado onde se encontra o terreno comum»” (Ribeiro, 2020, p. 628). Vários críticos ocidentais acusam a teoria relacional de ter uma componente cultural

semelhante ao discurso imperialista, servindo, por isso, como uma cavalo de troia para as “verdadeiras intenções de dominação do Estado Chinês” (Ribeiro, 2020).

Já o sistema *Tianxia*, de Zhao Tingyang, argumenta a existência de:

“duas origens para as teorias políticas no Mundo: o modelo de “polis” da Grécia antiga e o sistema de “tianxia” da China clássica. Trata-se de duas formas de enxergar o Mundo que coexistiram no tempo, mas não no espaço, sem pontos de conexão” (Barbosa, 2021, p. 14).

Barbosa (2021) adianta ainda que:

“Zhao estuda principalmente o sistema “tianxia” que foi desenvolvido durante a dinastia Zhou, o qual estava em constante disputa com uma miríade de grupos étnicos, muitos dos quais maiores e mais fortes, como os Shang, destronados antes por uma coalizão liderada pelos primeiros. Incapaz de manter-se no poder unicamente por meio da força militar, o regime Zhou desenvolveu um sistema em que a cooperação de longo prazo seria maximizada e os conflitos, minimizados” (Barbosa, 2021, p. 14).

Zhao Tingyang parte da ideia de *Tianxia* para criar o argumento da soberania mundial. O sistema de *Tianxia* aplica-se ao Mundo e não ao Estado. Ou seja, “o desafio da arte de governar é a construção do Mundo, não a construção da nação” (Ribeiro, 2020, p. 626). Através do conceito “all-under-heaven” (*Tianxia*), o Mundo é entendido como sendo composto por um Mundo físico, um Mundo psicológico e um Mundo institucional (uma instituição global). É, portanto, um conceito que estabelece uma perspectiva global, em oposição à perspectiva do Estado (Tingyang, 2009). Ribeiro (2020) afirma que, de acordo com Tingyang:

“*Tianxia* deve ser estabelecida de modo a ser um sistema mundial baseado na ontologia da coexistência por meio da racionalidade relacional, que prioriza a

minimização da hostilidade mútua sobre a maximização do interesse exclusivo, em contraste com a racionalidade individual que atribui a prioridade para a maximização do interesse próprio.” (Ribeiro, 2020, p. 626).

O sistema de *Tianxia* reflete três dimensões. A primeira, o Mundo físico abaixo do céu – *all under Heaven*. A segunda, uma dimensão sociológica segundo a qual há uma “aceitação da autoridade divina”. E a terceira, “um sistema político harmônico, completo e inclusivo”. E, segundo o autor, a “conjunção desses três universos configuraria um sistema político essencialmente mundial, marcado pela coexistência de todos, um modelo de Mundo em si mesmo, que transcende o nível dos Estados na concepção vestefaliana” (Barbosa, 2021, p. 14).

Quando aplicado às Relações Internacionais, *Tianxia* detém quatro elementos essenciais, de acordo com Ribeiro (2020). O primeiro é a não exclusão– no sentido lato – “a inclusão de todos os povos e todas as terras” (Ribeiro, 2020, p. 626): a ideia central de *Tianxia* é a reconstituição do Mundo baseado no modelo da família e, desta forma, “*transforming the world into a home for all peoples, as it should be*” (Tingyang, 2009, p. 11)). A Instituição Mundial é o segundo elemento (Ribeiro, 2020): o sistema *Tianxia* insiste na ideia de uma instituição mundial, e de acordo com o autor, “*disorder in the world inevitably involves all countries*” (Tingyang, 2009, p. 11). E portanto, segundo Zhao Tingyang (2009):

“the notion of ‘state’ is incorporated into that of ‘world’, and ‘local politics’ into that of ‘world politics’. In contrast to Western political thinking, the world is regarded as being the general political framework, of which the state and international dimensions are but branches” (Tingyang, 2009, p. 11).

Nesta linha, o sistema político ocidental, seguindo uma linha de pensamento chinesa, está filosoficamente incompleto, uma vez que a ausência de uma instituição global – como a mais alta entidade política – é perigosa para o Sistema Internacional, pois não existe supervisionamento internacional (Tingyang, 2009). O terceiro elemento é a democracia ao nível internacional (Ribeiro, 2020) – o sistema político chinês procura um sistema político completo, no sentido em que uma instituição só será benéfica se aplicada em todas as

dimensões políticas, desde a local até à dimensão global, culminando na suprarreferida instituição mundial (Tingyang, 2009). O último elemento é a harmonia sobre igualdade (Ribeiro, 2020) – na teoria chinesa, a harmonia é a condição ontológica necessária para o desenvolvimento (Tingyang, 2009).

4. Soft Power e Sharp Power

Por fim, para o efeito desta dissertação é considerado importante focar, brevemente, um último ponto para a análise que se segue: o conceito de *Soft Power*, de Joseph Nye, bem como a recente conceptualização de *Sharp Power*.

Nye define o *soft power* como a habilidade (geralmente referido ao Estado-nação) de convencer os Estados a obedecer à vontade de determinado Estado sem recorrer a métodos coercivos. Atua através da atratividade da cultura e valores de determinado Estado e da sua habilidade de manipular a agenda política (*agenda setting*). Sugere ainda que a busca por *soft power* inclui atração e capacidade de *agenda setting* (Lai, 2019).

Lai (2019) afirma que Nye identifica três recursos de *soft power*: cultura, valores políticos e políticas externas. A cultura capaz de promover *soft power* contém valores universais e poderá ser percebida como “*exciting, exotic, rich, powerful, trend-setting*” ou deverá ter “*elementary connotations of freedom, casualness, vitality, liberality, modernity and youthfulness*” (Lai, 2019, p. 12). Afirma ainda que a cultura pode ser transmitida através do comércio, nomeadamente em trocas de produtos e serviços. Os valores políticos que possam avolumar o *soft power* de determinado Estado tendem a ser os valores domésticos que atraem o resto do Mundo, considerando como fundamentais a democracia e os direitos humanos. Finalmente, Nye afirma que a política externa inclui diplomacia pública, multilateral e bilateral. A política externa, dentro do conceito de Nye, deverá apelar à legitimidade e deverá promover a democracia e os direitos humanos (Lai, 2019).

Contudo, existe um conflito acerca da medição de *soft power* e os seus instrumentos. Nesta linha, são oferecidas duas conceptualizações justapostas: a inicial, baseada numa dicotomia conceptual dos instrumentos de poder na forma de *soft* e *hard power*; e uma mais recente, baseada numa abordagem mista segundo a qual os instrumentos de *hard* e *soft power* se interligam e interagem (Trunkos, 2021).

Existem diferenças significativas entre as duas. A abordagem baseada na dicotomia entre *hard power* e *soft power* foca-se na identificação dos instrumentos de ação e na sua categorização. Por sua vez, a abordagem mista dedica-se ao estudo da interligação e perceção dos seus instrumentos. De acordo com as suas *framework*, as ações de política externa podem fortalecer ou enfraquecer ambas. Aqui, a abordagem dicotómica produz ainda duas linhas de pensamento: a primeira compara o *soft power* dos Estados tendo por base os seus recursos;

a segunda faz o mesmo, mas através das ações e comportamentos dos Estados. Um dos índices de *soft power* com maior reconhecimento, sustentado nos recursos, é o *Soft Power 30*, composto por uma lista dos 30 países com maior nível de *soft power* global, tendo por base os seus recursos, políticas e dados estatísticos da perceção sobre dos Estados – inclui aqui as instituições de um Estado, indicadores económicos e educacionais, número de universidades, indicadores de comércio e inovação, etc. Segundo a utilização deste método, as ações de política externa não têm grande relevância para a classificação (Trunkos, 2021).

Por sua vez, a abordagem comportamental sustenta-se na observação de o que os outros países têm à sua disposição, e não necessariamente em estimativas de medição de *soft power* ou entender as suas estratégias de política externa. O foco está nas ações e políticas específicas dos governos, que, por sua vez, permitem verificar as suas intenções. Ou seja, esta abordagem preocupa-se com a utilização de *soft power* a nível internacional, tendo por objetivo de análise o desenvolvimento conceptual de comportamentos de *soft power* (Trunkos, 2021).

A China é uma das nações mais exploradas na literatura do *soft power*, e os líderes chineses têm prestado grande atenção, iniciando várias iniciativas de forma a alimentar o *soft power* chinês (Lai, 2019). Os académicos argumentam que a China tem utilizado os instrumentos de *soft power* com o objetivo de se insurgir como a próxima superpotência. Utiliza o *soft power* de forma a aumentar a sua credibilidade internacional numa tentativa de mascarar assuntos perçecionados de forma negativa pela comunidade internacional, como a questão dos direitos humanos e a sua ideologia política. Além disto, a crescente utilização de *soft power* anuncia a evolução do estatuto chinês de superpotência regional para superpotência global (Trunkos, 2021).

O autor descreve a política externa chinesa como paciente e incremental e afirma que parte desta mesma política externa incluiu uma utilização reforçada dos meios de *soft power* económicos. Especificamente, o grande investimento na Ásia e África como parte de um plano a longo prazo da estratégia de política externa chinesa que procura fortalecer a influência global chinesa através da utilização das ferramentas económicas (Trunkos, 2021).

Lai (2019), por sua vez, refere o trabalho de Li (2009), que explora o discurso oficial, práticas e estratégia de *soft power* e o papel da educação, cultura e o paradigma em desenvolvimento da expressão chinesa de *soft power*. Por sua vez, Lai e Lu sondaram o conceito teórico e analisaram os esforços chineses no sentido do *soft power* através das

estratégias diplomáticas, diplomacia pública e cultural e os *media*. Os Institutos Confúcio é um exemplo de um veículo de diplomacia cultural. No que toca aos *media*, a utilização de símbolos tradicionais e culturais na cerimónia de abertura dos Jogos Olímpicos de Pequim atraiu uma quantidade considerável de atenção. Vários outros estudos investigaram os esforços de *soft power* em várias regiões. Kurlantzick reportou várias iniciativas proativas no Sudeste Asiático e Fijalkowski analisou o possível aumento de *soft power* chinês em África através da criação e desenvolvimento da ideia de valores comuns. Por fim, há que mencionar uma quantidade de literatura dedicada aos limites da promoção de *soft power* por parte da China (Lai, 2019).

De forma geral, o poder consiste na capacidade de obter resultados, afirma Cristóbal (2021). Contudo, o conceito em si é controverso e torna-se, portanto, difícil formular uma aceitação global do termo. Neste sentido, segundo Cristóbal, o poder traduz-se na capacidade de fazer coisas e na habilidade de fazer com que outras pessoas façam coisas em prol dos objetivos de outrem. Consequentemente, este conceito poderia ser traduzido para ‘influência’. Uma vez que o poder assume uma natureza relacional – relações de poder – os pensamentos da ‘vítima’ devem estar presentes, uma vez que a eficácia da relação de poder depende da pessoa em causa (Cristóbal, 2021).

A utilização de poder pode ter três dimensões distintas, dependendo da forma que é aplicado – e a que Nye se refere como “as faces do poder”. A primeira foi definida por Dahl e foca-se na habilidade em compelir terceiros a agir de forma contrária à sua posição inicial. A segunda, desenvolvida por Bachrach e Baratz, vira-se para a dimensão da agenda setting – consiste na habilidade de estabelecer os assuntos abordados pela agenda internacional e impõe uma série de ações a ser desempenhadas pelas políticas internacionais. Lukes desenvolve a terceira face de poder, traduzindo-se no papel das ideias e crenças na formulação de posições iniciais das pessoas. Neste sentido, o poder pode ser aplicado ao determinar os desejos e objetivos de base de terceiros, de forma que se alinhem com quem exerce o poder (Cristóbal, 2021).

Existem, portanto, várias formas de influenciar o comportamento de outros, dependendo da face de poder considerada conveniente a aplicar. As formas possíveis de exercer poder estão abreviadas nos termos *hard power* e *soft power*. *Hard power* traduz-se na utilização militar e poder económico com o objetivo de alterar uma posição. No nível internacional, consistirá na primeira face de poder – através da coerção militar ou económica, alcançar o comportamento desejado de terceiros. O *soft power* - como foi já demonstrado –

, através da atração (cultural, política ou dos valores sociais) como meio de poder, procura alterar o comportamento do outro de forma a atingir os resultados esperados. Neste sentido, representa a terceira face de poder, uma vez que procura a habilidade de moldar as preferências de terceiros. A utilização harmoniosa do *hard power* e *soft power* traduz-se no *smart power* (Cristóbal, 2021).

Nos últimos anos, um aspeto de poder distinto tem vindo a ganhar mais relevância, especialmente no contexto de Estados autoritários. Especificamente, a Rússia e a China têm mantido esforços no sentido de interferir em operações das instituições democráticas do ocidente. Tal não poderá ser classificado como poder de coerção militar, contudo, também não é *soft power*. É neste contexto que surge o conceito de *sharp power*. O termo aparece pela primeira vez num artigo da *Foreign Affairs*, escrito por Ludwig e Walker. Com o fim da tensão proveniente da Guerra Fria, analistas, jornalistas e legisladores – de Estados democráticos – observaram a forma como certos Estados de natureza autoritária continuaram os seus esforços em exercer influência externa, através dos instrumentos de *soft power*. No caso do *sharp power*, os Estados não procuram, necessariamente, atrair ou persuadir – que seria o objetivo primordial dos mecanismos de *soft power* – mas criam esforços no sentido de manipular o público-alvo através da distorção de informação. Estes esforços projetam a sua própria influência, materializando elementos como a utilização dos *media* controlados pelos Estados, áreas das instituições culturais, *think tanks* ou ambiente académicos para a manipulação e distração. Neste sentido, no contexto do *sharp power* num cenário de interdependência, os atores procurarão iniciar abordagens no ciberespaço ao manipular fluxos de informação para fora das suas fronteiras (Cristóbal, 2021).

Em 2017, a National Endowment for Democracy cunhou o termo *sharp power* para conceptualizar a influência de poderes autoritários noutros Estados, que penetra o ambiente político e de informação dos Estados visados. O *sharp power* tem a capacidade de limitar a liberdade de expressão e distorcer os ambientes políticos ao explorar os níveis assimétricos de liberdade entre sistemas democráticos e autoritários (Chan & Fung, 2021). É uma abordagem que envolve, tipicamente, esforços conduzidos no sentido de censurar ou manipular a integridade de instituições independentes e tem o efeito potencial de limitar a liberdade de expressão e distorcer o ambiente político (Walker, 2018). Este conceito surgiu acompanhado de um aumento da assertividade da China e Rússia no Sistema Internacional. As suas capacidades de influenciar para lá das suas fronteiras criou um cenário que descreve a utilização de censura e manipulação com o propósito de minar e enfraquecer a integridade

de instituições democráticas. Neste sentido, o *hard power* e o *soft power* não são adequados para explicar este efeito restritivo da liberdade de expressão e distorção do ambiente político – surge então, o termo *sharp power* (Cristóbal, 2021).

Walker, Kalathil e Ludwig (2020) argumentam que o conceito de *soft power* falha várias vezes em capturar as abordagens externas autocratas. No seu lugar, estas abordagens representam o exercício de *sharp power*, que procura enfraquecer a liberdade de expressão, comprometer e neutralizar instituições independentes e distorcer o ambiente político (Walker & Kalathil & Ludwig, 2020). A teorização de *sharp power* difere da conceptualização de Nye. O *sharp power* tem a capacidade de limitar a liberdade de expressão e minar a legitimidade das instituições e valores democráticos ao criar os seus meios de comunicação próprios – patrocinados pelo Estado – em sociedades democráticas e censurar informação estrangeira desfavorável dentro das suas fronteiras. Estes fluxos de informação desigual podem ocorrer ainda nos planos políticos e económicos, quando regimes autoritários expandem os seus investimentos e lobbies políticos para os outros Estados enquanto mantêm a capacidade de controlar as atividades e operações de empresas estrangeiras, partidos e organizações em territórios domésticos (Chan & Fung, 2021).

O objetivo dos regimes autoritários, através do *sharp power*, é o de tornar seletiva a informação disponível. À medida que estes Estados desenvolvem as suas capacidades tecnológicas, como a inteligência artificial, a capacidade de manipular os fluxos de informação, aumenta. No que toca ao impacto do *sharp power* nas democracias, a área chave é a da tecnologia. No domínio digital, o *sharp power* é sentido, contudo, não é percecionado como tal e, neste sentido, o sucesso dos regimes autoritários em explorar a revolução tecnológica surpreendeu os Estados democráticos (Walker & Kalathil & Ludwig, 2020).

A tecnologia veio impulsionar os fluxos de informação livre em países autoritários, abrindo portas a formas de expressão e mobilização. Contudo, no período pós-Guerra Fria, as democracias falharam em perceber o outro lado da interdependência tecnológica: capacitou a Estados autoritários modernos de se estenderem além-fronteiras para manipular o discurso político, cimentar a polarização e minar a democracia (Walker, Kalathil & Ludwig, 2020).

Os efeitos comprometedores do *sharp power* são visíveis em várias esferas. Os regimes autoritários poliram e expandiram atividades que ameaçam a integridade de instituições, desde empresas de entretenimento e *media* a universidades e empreendimentos

desportivos profissionais – e que todos estão vulneráveis à manipulação uma vez que, nas sociedades livres, tais instituições estão abertas ao Mundo exterior (Walker & Kalathil & Ludwig, 2020).

Além do plano político, os efeitos corrosivos do *sharp power* são cada vez mais aparentes nas esferas da cultura, academia, dos *media* e do setor editorial – planos cruciais no entendimento do Mundo dos cidadãos de determinada sociedade (Walker, 2018).

O *sharp power* poderá ser utilizado no sentido de denegrir a integridade de instituições independentes através da manipulação. Walker dá continuidade a esta ideia através da tentativa do PCC em fazer passar uma ideia de benignidade associada à ascensão da China. De forma a apelar às sociedades ocidentais democráticas, Pequim procura camuflar-se por detrás do *soft power*. Centros de pesquisa fundados pelos Estados, meios de comunicação, programas de intercâmbio e uma rede de institutos Confúcio procuram reproduzir iniciativas das sociedades civis democráticas que funcionam de forma independente do governo (Walker, 2018).

O *sharp power* utiliza ainda técnicas ‘nefastas da arte da distração’. Ao manipular o discurso público, procura aumentar as tensões dentro das democracias, ao polarizar as massas em determinados assuntos, como eleições nacionais. Pode ainda funcionar como forma moderna de censura, ao induzir os meios de comunicação em autocensura ou na implementação de bots no plano digital – contas automatizadas que espalham discurso falso e divisivo nas redes sociais (Walker, 2018).

CAPÍTULO II

A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA: UM ATOR EM ASCENSÃO

1. O Confucionismo

A obra *Analectos*, de Confúcio, em específico, exerceu mais influência na história e cultura chinesa do que qualquer outra (Watson, 2007). Além de dar forma ao pensamento e costumes chineses ao longo de vários séculos, desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento de vários outros Estados dentro da esfera de influência chinesa, tais como a Coreia, Japão e, eventualmente, o Vietname. Inicialmente, fora interpretado como uma coletânea de trabalhos filosóficos que edificava os ensinamentos de determinada escola de pensamento (Watson, 2007) e demorou algum tempo até ser capaz de ganhar aclamação universal. No período dos Warring States foram muitos os pensadores, com várias agendas, que se impuseram, ao encarar os problemas urgentes daquela era (Gardner, 2014). Contudo, alguns séculos mais tarde, o Imperador Wu, da dinastia Han, declarava o Confucionismo como a doutrina oficial do Império. Posto isto, os textos de Confúcio viriam a ganhar bastante relevância. Eram considerados repositórios de conhecimento sobre o funcionamento do sistema governativo e da sociedade (Watson, 2007).

Confúcio imaginou um futuro em que a harmonia social e uma liderança sábia voltariam a prevalecer. Era uma visão do futuro ancorada no passado. Vira-se, então, para a Dinastia Zhou. Se um bom governo, relações sociais apropriadas e respeito pelo próximo – e tudo isto expressado através da prática de rituais – prevaleceram, então, não havia razão para não prevalecerem na sua época. Decide então viajar de Estado feudal em Estado feudal na esperança de encontrar um líder recetivo às suas ideias; em vão. Os líderes do seu tempo acusavam os ensinamentos de Confúcio de serem impraticáveis. Decidiu então dedicar-se a ensinar os seus discípulos, na esperança de que estes tenham mais sucesso do que o próprio na política. Julga-se que tenha tido cerca de setenta e dois discípulos (Gardner, 2014).

1.1. Sobre o indivíduo e a autocultivação

Confúcio e os seus seguidores apelam ao aparecimento de uma vanguarda de indivíduos morais. Estes indivíduos guiarão os outros no caminho de comportamento moral através do seu exemplo. O indivíduo desempenha aqui um papel proeminente em criar uma ordem sociopolítica estável e, por isso, explica a razão pela qual os ensinamentos de Confúcio, ao longo dos anos, se focaram no processo de autocultivação. Todo e qualquer indivíduo é incentivado no sentido de se comprometer num processo de refinamento da

moral, de maneira a que cada indivíduo seja capaz de criar uma força moral benéfica sobre os outros. Os ensinamentos de Confúcio obrigam a que todos os seus seguidores, independentemente de estatuto social, político e económico, participem no processo de autocultivação como base de iniciação do processo da procura do *The Way* (conceito que será expandido adiante). É a base do Confucionismo para regenerar o civismo, a harmonia e a elegância na sociedade chinesa (Gardner, 2014).

O processo de autocultivação tem por objetivo de quem o faz tornar-se num *Junzi* (*Gentleman*). Antes de Confúcio, ser um *Junzi* era nascer no seio da elite sociopolítica – condição hereditária. Confúcio apropria-se do termo e renova o seu significado – passou a significar uma pessoa nobre de carácter. Um *Junzi* é um ser moralmente superior que, ao adotar o código dos rituais, trata os outros com respeito e dignidade, e persegue virtudes como a humildade, sinceridade, credibilidade, retidão e compaixão (Gardner, 2014).

A mais fundamental função desempenhada pela família, na ótica de Confúcio, é a função de encaminhar o filho no caminho da virtude. A família funciona aqui como um microcosmo da sociedade, na medida em que é a primeira instância onde um indivíduo interage com a complexidade das relações sociais e as normas pelas quais se regem. É no seio da família que surge a primeira oportunidade de inocular os valores e as práticas que tornam a sociedade harmoniosa de Confúcio possível: a obediência e respeito pela autoridade, a deferência pelos mais velhos e a gentileza pelos mais novos (Gardner, 2014). Só depois de interiorizados estes padrões de comportamento no círculo da família é que o filho poderá transpor para os outros membros da sociedade (Watson, 2007).

Desta forma, a autocultivação da moral inicia-se com a família. É aqui que o filho é introduzido aos conceitos de piedade filial e respeito fraternal assim como à nomenclatura dos rituais de etiqueta, e as lições aprendidas dentro da família transpor-se-ão para o contexto da sociedade. Um bom filho será naturalmente obediente ao governante e respeitará os mais velhos (Gardner, 2014).

Piedade filial, o primeiro ponto tocado aqui dos ensinamentos de Confúcio, é um conceito designado pelo respeito e reverência dos filhos para com os pais, professores e anciãos. É um dos pensamentos centrais da filosofia de Confúcio. Via na obediência o contrapeso necessário aos seus tempos (Rainey, 2010). É um conceito crucial a aprender com a família. A essência desta virtude traduz-se na obediência para com a autoridade parental. Requer-se o respeito pelas suas ordens e a preocupação com o seu bem-estar. E esta

virtude não termina mesmo com a morte dos próprios pais. O filho deve comportar-se de acordo com aquilo que seria esperado de si de forma a manter o bom nome da família. Portanto, diz respeito, em primeira instância, à família e, mais tarde, à alargada teia de relações sociais onde é esperada uma conduta virtuosa (Gardner, 2014). Confúcio acreditava que o sucesso da dinastia Zhou tinha por base cinco relações que mantinham a ordem social estável: líder-subordinado; pai-filho; marido-mulher; irmão mais velho-irmão mais novo; e amigo-amigo. Estas relações constituem o *“Way of the world”*. Desde criança, uma pessoa aprende, através da família, a homenagear os antepassados, a fazer o luto pelos que morrem e a celebrar as transições mais importantes na vida – como *capping*, cerimónia que representa a transição para a idade adulta – e o casamento (Gardner, 2014).

Neste sentido, os confucionistas veem na relação pai-filho a mais fundamental relação humana. Segundo estes, o amor que uma criança sente naturalmente pelos pais é irrevogável e estes laços, naturais e invariáveis, são baseados na gratidão do filho pela própria vida. Na obra *Analectos*, Confúcio argumenta que estamos em dívida para com os nossos pais por estarmos vivos e nada o poderá compensar. Num diálogo, alguém diz a Confúcio que na sua terra os cidadãos são de tal forma íntegros que, a uma dada altura, um filho entregou o pai às autoridades por ter roubado uma ovelha. Confúcio responde, afirmando: *“Where I come from, upright people are not like that. Fathers cover up for their sons and sons cover up for their fathers. Uprightness is found in doing that”* (Rainey, 2010, p. 25). Ou seja, segundo Confúcio, a ação mais honrada seria uma em que o filho encobre o pai, e vice-versa. E continua afirmando que a relação entre pai e filho deve triunfar sobre todas as outras considerações: até mesmo a lei e a justiça. Para a maioria dos ocidentais, um conceito como este será certamente rejeitado. O ocidente valoriza a individualidade e o processo segundo o qual os filhos se tornam no seu próprio ser. Esta lógica da Piedade Filial está assente num contexto diferente, em que o processo de maturidade passa pela capacidade do homem em tornar-se em alguém que trabalha dentro de um contexto, neste caso, a família. Cabe ao filho, no entanto, o dever moral de intervir sempre que considerar que o seu pai esteja a fazer algo que não considere correto, assim como um ministro o poderá fazer em relação ao governante. Na obra *“The Classic of Filial Piety”*, Confúcio afirma que, no caso em que o pai tenha um comportamento incorreto, o filho não terá outra opção senão advertir o pai para tal (Rainey, 2010).

Os efeitos da Piedade Filial vão além da relação familiar. Esta desenvolve nos filhos a virtude da obediência e lealdade. Se um determinado filho demonstrar piedade filial para

com os seus pais, irmãos e anciãos, raramente se tornará no tipo de pessoa que desafiará os seus superiores. Portanto, o filho aprende a ser leal para com o seu governante através da Piedade Filial. Confúcio afirma que esta é a base de todas as virtudes, uma vez que, através desta, o filho aprende a colocar os interesses de terceiros à frente dos seus próprios interesses (Rainey, 2010).

A família, segundo o Confucionismo, é a base que sustenta a ordem sociopolítica chinesa, uma vez que é aqui que a criança é condicionada pelos valores dominantes da sociedade chinesa. É através da família que a criança aprende a estrutura naturalmente hierárquica do Mundo e que esta só resulta quando há uma consciência clara dos diferentes estatutos e papéis a desempenhar. Uma pessoa boa é aquela que desempenha o seu papel e entende o seu estatuto na hierarquia social e a harmonia resulta das pessoas que, conscientemente, desempenham as funções estabelecidas pelo seu papel (Gardner, 2014).

Este é um conceito central na filosofia de Confúcio e que se espalha por toda a sua obra. Historiadores afirmam que a Piedade Filial deu forma à maioria dos aspetos da vida social chinesa: atitudes perante a autoridade, onde e como moram as pessoas, conceitos do próprio ser, vida emocional, religião e relações sociais. Durante a Era Imperial, o bom comportamento era diretamente relacionado com os termos de ser um bom filho/a. Vários académicos afirmam que esta é a base da cultura chinesa (Rainey, 2010).

Neste sentido, o conceito de Obediência ou Lealdade está implícito no conceito de Piedade Filial. O dever primordial de alguém é para com a família e, para Confúcio, deverá, depois, transpor para os seus superiores e, no limite, para o governante. Portanto, o conceito de dever está relacionado com as relações do poder político (Rainey, 2010).

Assim como o conceito de Piedade Filial, este também funciona numa lógica de antídoto para os comportamentos da sociedade da sua altura, uma vez que reverência e o respeito pela figura do lorde feudal tinha-se desvanecido com o declínio das relações feudais. O conceito de Obediência tinha como objetivo ensinar às pessoas a importância de priorizar os interesses dos seus superiores acima dos seus próprios interesses. Ambições pessoais deveriam ser subordinadas à lealdade mas, tal como no conceito de Piedade Filial, esta lealdade poderia incluir criticismo. É o dever de alguém, segundo Confúcio, contestar sempre que o líder estiver errado, pois não seria verdadeiramente leal se não procurasse o melhor caminho para o seu superior. Segundo a obra “Book of Ritual”, o filho filial poderá contestar até três vezes. Se ignorado as três vezes, deverá ser leal e obedecer ao pai. Neste

sentido, um ministro deverá alertar o líder (acerca de alguma matéria que considere que o líder aja de forma incorreta) até três vezes, devendo, no caso de ser ignorado ao final da terceira tentativa, demitir-se do seu cargo (uma vez que o ministro e o líder não terão nenhuma ligação de parentesco, é permitido ao ministro abandonar a relação estabelecida com o líder) (Rainey, 2010).

Para Confúcio, todas as virtudes morais são o fundamento para uma atitude moral. A isto se chama “*ren*” (Rainey, 2010). O homem moralmente superior é um homem de *Ren*. *Ren* é a maior virtude na visão de Confúcio (Gardner, 2014). É escrito, em mandarim, através de um carácter consistindo nos elementos “pessoa” e “dois” e é pronunciado da mesma maneira que “pessoa”. Vários trabalhos traduzem-no como “benevolência”, “virtude suprema” ou “o Bem”. O autor traduz para “*humane*” (humano), em forma de adjetivo, e “*humaneness*” (humanidade), como pronome. Confúcio utiliza frequentemente “*ren*” sem definir o seu significado. Os seus discípulos questionavam-no, mas sempre sem efeito. Confúcio parecia relutante em discutir o conceito detalhadamente (Watson, 2007). Rainey descreve *Ren* como um conceito guarda-chuva que inclui todas as virtudes – ser-se sincero, honesto, sábio, corajoso, fazer uso da piedade filial e ter empatia em relação aos outros. Estes conceitos funcionam, portanto, como o fundamento do comportamento moral.

Por sua vez, Gardner (2014) traduz para “*true goodness*”, ou “bondade autêntica” (apesar de tentar aqui traduzir a própria tradução do autor, será utilizado o termo “*true goodness*” daqui em diante de forma a encapsular a visão que este tem de *Ren*). *True goodness* não é uma qualidade passível de ser cultivada em isolamento. *True goodness* existe apenas manifestada na relação com os outros e na forma de tratar dos outros. Não é um comportamento concreto. É um conceito associado ao ritual, uma vez que só a partir deste, *true goodness* ganha uma expressão significativa- É, então, um conceito inefável, na medida em que não parece que haja uma definição capaz de conter em si todo o seu significado. Alinha-se na direção de comportamento empático, pela forma em que, no processo de relacionamento com o próximo, dever-se-á tratá-lo de maneira igual à que se pretende ser tratado. A empatia confucionista caracteriza-se pela forma em como alguém se coloca no lugar do próximo com o objetivo de sondar os seus próprios sentimentos sobre os outros (Gardner, 2014).

É de salientar que *true goodness* não é um conceito passível de ser atingido de forma permanente. Confúcio sugere que será relativamente fácil praticar empatia numa

determinada situação. No entanto, a dificuldade surge em manter e praticar empatia durante um dia, à medida que se interage com pessoas diferentes (Gardner, 2014).

Confúcio insiste nos Analectos que as preocupações empáticas do homem moralmente superior são necessariamente guiadas e expressadas através do *Li* – normalmente traduzido como rituais, mas pode ser também definido como cerimónias, regras de etiqueta ou costumes. Desta forma, *Li* (ou rituais), oferece orientações no que toca ao relacionamento com os outros e está na base da harmonia social. Um pai que se comporte de acordo com os rituais será um pai adequado, e o mesmo vale para o filho (Gardner, 2014).

Não obstante, para Confúcio, os rituais não significam apenas o que foi aqui descrito. Abrange todos os aspetos da vida, até os mais mundanos. Como se deve comer, falar, cumprimentar, vestir e comportar em situações públicas e/ou privadas são matérias determinadas pela expectativa e tradição dos rituais (Gardner, 2014). Neste sentido, Rainey (2010) refere o seguinte exemplo: ao sermos cumprimentados com um “Olá, tudo bem?”, respondemos, rotineiramente e sem pensar várias vezes, “Sim, tudo bem”. O “Olá, tudo bem?” não procura perceber o estado físico e/ou emocional de quem se depara com esta pergunta. É feita no sentido de demonstrar reconhecimento e respeito. E quando uma pessoa ignora ou recusa-se a responder, quem faz a pergunta poderá sentir-se insultado, uma vez que ao não participar neste ritual, demonstra pouco respeito por quem fez a pergunta. Se em vez de uma pergunta, quem cumprimenta, escolhe fazê-lo através de um cumprimento de mãos, o significado da interação é o mesmo. No caso de não ser correspondido, quem estende a mão poderá sentir-se insultado. Esta conceção do ritual está presente nas sociedades em larga escala e, estando tão enraizado no dia-a-dia, nem se dão por eles, sendo apenas perceptível quando desconstruídos. É, no entanto, uma convenção social reservada apenas para as sociedades civilizadas. Tomando o exemplo do autor, quando se vai a uma palestra, normalmente numa sala cheia de pessoas, não se vai com medo pela própria vida. As pessoas que vão chegando sentam-se no seu lugar, retiram um caderno e uma caneta, e mantêm o silêncio. Tudo rituais que condizem com a situação. Em tempos de guerra, por exemplo, os rituais perdem-se e instala-se a desconfiança (Rainey, 2010).

Há que ter em conta quatro aspetos no que toca a este conceito. O primeiro: os rituais são sempre equilibrados, mesmo que envolvam um superior. Segundo: os rituais carecem de ser aprendidos. São ensinados pelos pais, não se nasce com eles. Terceiro: rituais ensinam bom comportamento. Para Confúcio, os rituais são formas de nos instruir moralidade. Por último, rituais são ações externas ao próprio e não necessitam compromisso interno.

Confúcio argumenta que não devem ser moralmente vazios. Devem ser a expressão externa da moralidade interna de alguém (Rainey, 2010).

Assim, a prática dos rituais assume o papel de meio para a eventual manifestação da própria humanidade e uma forma de estimular as qualidades que nos tornam humanos. Através de oferendas aprofunda-se o sentimento de reverência pelos antepassados; através da vénia, aprofunda-se os sentimentos de respeito pelos mais velhos; através da fala, vestimenta e maneiras nobres aprofunda-se os sentimentos por uma sociedade apropriada. Para Confúcio, a prática física dos rituais preconiza, a quem os realiza, as emoções e sentimentos associados com os próprios rituais. A imersão nos rituais habitua a quem os pratica para comportamento social normativo que, por sua vez, guia e molda os seus impulsos morais (Gardner, 2014).

Assim que os requisitos deste conceito são cumpridos, tornamo-nos em pessoas melhores. O respeito incorporado nos rituais torna-se na expressão exterior de um Mundo moral e Confúcio desejava que os rituais se mantivessem constantes durante a vida. Tudo o que fazemos deverá ser a expressão exterior do Ritual uma vez que este é a ação moral que garante uma sociedade civilizada (Rainey, 2010).

É perceptível aqui a tendência de Confúcio em utilizar em determinados conceitos e reinventá-los à sua imagem, elevando-os a novos significados. Utiliza aqui os conceitos de ritual religioso e etiqueta nobre e faz com que evoluam numa definição mais abrangente como um comportamento moral de expressão de respeito pelos outros (Rainey, 2010). Confúcio exigia comportamento de acordo com Ritual, primeiro, porque é a base da tradição – tradição esta que, no passado, levou a bom comportamento, bom governo e a uma China unificada. Em segundo, porque é uma teia de relações sociais e políticas e, portanto, quando praticado com intenções morais, os indivíduos e a sociedade beneficiam, no sentido em que, ao praticar o conceito de Ritual os indivíduos envolvidos beneficiam e, como que efeito dominó, a sociedade beneficiará também (Rainey, 2010).

Uma pessoa que domine os conceitos apresentados por Confúcio de Humanidade e Ritual são denominados por *Gentleman – Junzi*. Originalmente este era um título atribuído aos filhos mais novos de um lorde. Era um título baseado no nascimento, não no mérito (Rainey, 2010). Confúcio redefine o conceito para que passe a abarcar o homem cujo padrões morais e conhecimento intitulam-no, não só a cargos oficiais de governo, como ao próprio lugar de liderança. A tradução utilizada pelo autor será “*gentleman*” (Watson, 2007).

Confúcio redefiniu este conceito para algo que fosse um objetivo passível de ser atingido. Um *Gentleman* é alguém com treino ético e de Ritual, de boa educação e um exemplo de comportamento moral. É o *standard* que deveria ser atingido. Para unificar a China e garantir a paz, o governo deveria ser liderado por um *gentleman*, escolhido pelo seu caráter moral e não pela sua condição de nobreza. O estatuto de *Gentleman* passa então a ser atingido através da educação e da prática da moralidade (Rainey, 2010).

1.2. Sobre o poder político e a sociedade

A autocultivação tem por objetivo a autorrealização. No entanto, e por sua vez, a autorrealização não é um fim em si. Confúcio acreditava que a autorrealização resulta na autorrealização dos outros que, como por efeito dominó – em que a primeira peça faz cair a segunda que, por sua vez, faz com que a terceira caia, e por aí adiante – resulta na transformação moral da sociedade em larga escala. É por isto que a presença de uma vanguarda moral é necessária na filosofia de Confúcio e a razão pela qual se dedica a explicar o significado de ser bom, ser moral e a própria transformação num homem moralmente superior. A harmonia social é atingida mais facilmente através do exemplo dado por uma elite moral do que utilizada como instrumento governativo e, no topo desta elite moral, encontra-se o governante, que, pela sua retidão total, serve de modelo para a sociedade (Gardner, 2014).

A visão de Confúcio sobre as leis e o governo é baseado numa reflexão sobre os exemplos a seguir. Com a lei, as pessoas obedecem pelo medo de ser apanhadas a desobedecer. Mas assim que se deixam guiar pelo ritual e pelo líder moral as pessoas seguem pois desenvolveram uma inclinação natural. Confúcio acreditava que os exemplos moldam o comportamento das pessoas e assim que vissem um *Gentleman* confuciano à frente de um governo também se comportariam segundo o comportamento moral (Rainey, 2010).

Neste sentido, o governante confuciano possui uma virtude inerente que exerce poder ético-espiritual sobre outros. Confúcio compara este tipo de governante com o Mundo natural: “*One who practices government by virtue may be compared to the North Star: it remains in its place while the multitude of stars turn toward it*” (Gardner, 2014, p. 34) A submissão do povo perante o governante confuciano não é feita através do poder coercivo, mas através da autoridade moral (Gardner, 2014). Se as pessoas percecionam os líderes como honestos e trabalhadores, tornar-se-iam também em pessoas honestas e trabalhadoras

(Rainey, 2010). As pessoas mover-se-ão no mesmo sentido que o *Gentleman* as liderar (Gardner, 2014). Isto transpõe-se no sentido da moral mas também em situações em que o comportamento do líder é menos bom. Quando um líder é corrupto, as pessoas sê-lo-ão também (Rainey, 2010). O governante que lidera através do exemplo e da dissuasão moral é tema central a Confúcio e um dos mais diferenciadores da sua filosofia política. Governos severos que dependem de punições são inefetivos e representam má capacidade governativa. Um bom governo depende inteiramente da liderança moral. As pessoas são suscetíveis à dissuasão moral pelo seu governante, pelo que, a sua influência é percecionada como algo natural – tão natural como a influência do vento ao inclinar a relva (Gardner, 2014).

Uma vez que o bom governo depende da existência de uma vanguarda moral, cabe ao governante a responsabilidade de identificar os indivíduos cujas características morais se enquadram para o exercício das funções a si exigidas. Confúcio estava em crer que, para que as pessoas se tornem obedientes, é necessário optar por oficiais honestos, em detrimento de desonestos. Segue, portanto, a linha da ordem pelo exemplo. Pessoas honestas trarão a retidão para os cargos que exercem e influenciarão os que para si trabalham. O compromisso demonstrado pelo governante ao descartar os desonestos dos cargos oficiais demonstra a preocupação que este tem pela sua população que, por sua vez, responde demonstrando a sua crença e lealdade. É este laço criado entre o povo e o governante que serve de base para a legitimidade do próprio governante. Segundo Confúcio, assim que o povo deposita a confiança no seu líder, este enfrentará todo o tipo de tormentos em nome do seu governante, mantendo-se sempre fiel (Gardner, 2014). Neste sentido, Rainey (2010) reitera que um líder, idealmente um *Gentlemen*, deve rodear-se de outros *gentlemen* confucianos no governo para aliviar os fardos do povo e providenciar um estado em que as pessoas possam ter uma vida decente e, de forma gradual, interiorizar os valores morais dos *gentlemen* que os lideram. O governo deveria trabalhar em prol do povo e, em troca, o povo depositaria a sua confiança no governo. Esta é a ideia basilar do governo de Confúcio (Rainey, 2010).

O governante virtuoso é o modelo perfeito a seguir. É através do seu exemplo moral carismático que governa e guia o seu povo no caminho acertado. Neste tipo de liderança, Confúcio argumenta que as leis, decretos e as punições não são essenciais. Não querendo com isto dizer que são absolutamente desnecessárias, Confúcio acredita que quanto menos dependente destas for o governante, melhor. As leis e as punições promovem uma ordem social superficial enquanto pecam por não fomentar um espírito de comunidade verdadeiro e um compromisso mútuo para a criação de uma sociedade harmoniosa (Gardner, 2014).

A cultura e a tradição, argumenta Confúcio, são ferramentas mais eficazes no que toca em moldar o comportamento e os ideais do povo do que os instrumentos legais. Através do exemplo e da dissuasão moral, o bom governante promove um sistema de práticas e valores comum que regula a conduta das pessoas e vincula cada indivíduo à comunidade e às suas normas. E a violação destas normas acarreta consequências duradouras. Uma pessoa que coma com as mãos em vez de talheres apropriados; que insulte idosos em público; ou que utilize roupa luxuosa em períodos de luto será intitulada como uma pessoa incivilizada e arrisca-se a ser marginalizada da sociedade. Apesar de não haver leis que impeçam este tipo de comportamentos, a ameaça das consequências é, por si, substancial. É precisamente por isto que Confúcio acredita que, numa sociedade em que a cultura é partilhada, as pessoas deixam-se balizar por comportamentos costumários de forma a evitar as repercussões do comportamento não alinhado com a norma. Contudo, seria um erro, segundo Gardner, assumir que Confúcio não via lugar para as leis e punições no seu modelo de sociedade. Encara-as como parte rotineira do aparato governativo e afirma que o homem superior demonstra respeito e estima pela lei enquanto o homem pequeno demonstra-se leniente perante esta. De forma a manter a ordem social equilibrada, existe a necessidade de recorrer, ocasionalmente, às leis e punições. Não obstante, é preferível que o seu uso seja minimizado (Gardner, 2014).

Rainey (2014) expande esta ideia das leis e, na sua ótica, implementação de leis são necessárias para aqueles que, independentemente do tipo de governo instaurado, não se comportam de forma adequada. Mas as leis e os castigos não ensinam virtudes. Contrariamente, segundo Confúcio, leis e castigos fazem com que as pessoas aprendam a evitá-los (Rainey, 2010). Segundo Confúcio, só se obedece às leis e regras pelo medo de sermos apanhados a quebrá-las. As leis não passam de barreiras ao comportamento da sociedade e, portanto, a sociedade nunca desenvolverá um sentimento de vergonha no caso de as quebrar. É aqui notória a diferença entre as Leis e a virtude e os rituais: os segundos incutem nas pessoas uma sensação de vergonha caso não os cumpram. Confúcio argumenta que os Rituais são melhores que as Leis uma vez que os Rituais ajudam a desenvolver a conceção da moralidade. A partir do momento em que a sociedade a desenvolve, não será necessário “um agente da polícia em cada esquina” (Rainey, 2010).

A imagem do líder ideal que surge dos Analectos é a de um homem cuja virtude inerente se projeta como uma força moral carismática capaz de guiar o povo na direção do bem e da prática dos rituais que, por sua vez, traduzir-se-ia na harmonia social. É uma força

não coerciva e os seus efeitos são naturais. Desta forma, o líder governa através da não-ação: é utilizado aqui o exemplo do *Sage-ruler* Shun, pois de tal maneira era sua virtude que transformava as pessoas sem tomar ação (Gardner, 2014).

Uma das ideias centrais do Confucionismo é o conceito de Céu e o mandato do Céu. Não é a ideia do Céu como o Paraíso – no sentido bíblico –, uma vez que é retratado em alguns textos antigos como uma entidade com personalidade. (Rainey, 2010). O mandato do Céu foi articulado pelo Duque de Zhou aquando da conquista sobre a dinastia Shang. Se esta serviu de propaganda para legitimar a sua conquista, então serviria também para legitimar o aparecimento de uma nova dinastia. O mandato do Céu tanto poderá ser ganho, como perdido (Gardner, 2014).

O conceito da liderança pela virtude não é novo em Confúcio. É um dos temas centrais em vários documentos que remontam até ao início da dinastia Zhou, preservados no *Book of History*. Estes contam a história da dinastia Shang, que iniciar-se-ia de forma virtuosa, com líderes sábios e benevolentes. No entanto, com o avançar dos tempos, os governantes tornaram-se cada vez mais devassos e perversos. O último dos reis da dinastia Shang, o rei Zhou, fora descrito como:

“He has been abandoned to drunkenness and reckless in lust. He has dared to exercise cruel oppression. Along with criminals he has punished all their relatives. He has put men into office on the hereditary principle. He has made it his pursuit to have palaces, towers, pavilions, embankments, ponds, and all other extravagances, to the most painful injury of you, the myriad people” (Gardner, 2014, p. 45).

Uma vez que o rei Zhou não era uma boa pessoa, não poderia ser um bom governante. O povo vivia na miséria e, através das lamúrias e queixumes feitos ao Céu, este, movido por compaixão, concede um novo mandato, desta feita, à dinastia Zhou, em detrimento da dinastia Shang. É esta a primeira passagem do conceito de Mandato do Céu – *Tianming* – na história chinesa, e viria a desempenhar um papel basilar na ideologia política chinesa (Gardner, 2014). Quando o Céu está desagradado com determinado governante, enviará sinais em forma de catástrofes (terramotos, secas, etc.) para mostrar o seu desagrado e para que se altere o governante. Se este mau governante ignorar os sinais enviados, o Céu enviará um o homem de bons valores morais para substituir o mau governante. Portanto, presume-

se aqui que o governante tem o favor do Céu para governar, e o governante derrubado perdeu a confiança para tal (Rainey, 2010).

A teoria do conceito, afirma Gardner (2014), parece relativamente simples. Uma entidade denominada de Céu, investido no bem-estar do povo, confere um mandato a um homem benevolente e virtuoso que, tal como o Céu, está comprometido com o bem-estar do povo. Para manter o mandato, estes homens – e os seus sucessores – não podem abandonar a virtude. Caso o façam, o Céu retira o seu mandato (Gardner, 2014).

A saber que o Céu não age sozinho. Age de acordo com a vontade do povo. Através das “lamúrias e queixumes”, o povo brada o seu descontentamento para com o governante. O Céu é uma força vital na dinâmica política, mas assume também o papel de agente que atua em nome dos interesses do povo. Convém notar que o Mandato não está “destinado”. Os governantes, por sua vez, ganham-no através da virtude e da benevolência do seu governo. É a relação, e o tratamento, do governante para com o povo que dita o destino do mandato, e não o Céu. Separa-se aqui do conceito do direito divino da doutrina europeia, segundo a qual o governante vê ser-lhe concedido o direito de governar diretamente através de Deus e apenas a este se devem justificar. Uma vez que não estão sujeitos à vontade do povo, a sua autoridade é absoluta (Gardner, 2014).

Neste sentido, Confúcio argumentava que o governo existe para benefício das pessoas. Afirmava que um governante deveria garantir a existência suficiente de alimento e armamento e ter a confiança das pessoas. Se tivesse que abdicar de um destes três componentes, seria o armamento. E forçado a escolher entre as duas restantes, deveria escolher a confiança do povo em si em detrimento do alimento, uma vez que, segundo Confúcio, nenhum governo conseguirá manter-se sem a confiança do seu povo. Quando existe a perceção por parte das pessoas que estão dentro de um todo em conjunto com o governante, nos momentos bons e menos bons, são mais prováveis de confiar em determinado líder. E se acreditam em determinado governo, estão dispostas a suportar momentos menos bons. Faz parte do papel do líder ser capaz criar este nível de confiança através das suas virtudes morais e de se comportar como o “*Gentleman* confuciano”. As pessoas vão moldando o seu próprio comportamento à volta deste tipo de líderes, o que faz com que os sigam mesmo que os vários contextos políticos não sejam os ideais (Rainey, 2010).

Confúcio afirma que as pessoas comuns, apesar de serem capazes de seguir o comportamento destes líderes, não os conseguem entender, e por isso devem ser liderados (Rainey, 2010). Desta forma, segundo Confúcio, o bem-estar do povo depende amplamente do caráter moral do governante. Contudo, a responsabilidade de pôr em prática sua benevolência cabe, naturalmente, ao próprio governante, bem como aos seus oficiais. Tal como o governante, é esperado de um oficial que tenha passado pelo processo de autocultivação e que se tenha proposto a ser um homem moralmente superior, um *Junzi* (Gardner, 2014).

2. Caracterização e Evolução Histórica da Política Externa da República Popular da China

Este capítulo terá por objetivo desenvolver a caracterização e evolução histórica da política externa da China e, desta forma, perceber certas alterações e certas linhas de continuidade na política externa desde a formação da República Popular da China, com a vitória de Mao Zedong sobre o Kuomintang (KMT).

2.1. O Revolucionário Mao Zedong

Na década de 1950 a maioria dos líderes do partido acreditavam que não haveria antagonismo de classes depois da nacionalização das empresas e coletivização da agricultura, mas apenas contradições entre indivíduos. Este ponto de vista foi declarado como a linha oficial pelo 8º Congresso do PCC, em 1956. Contudo, as críticas constantes, principalmente provenientes dos intelectuais, face à situação política, em 1957, fizeram com que Mao e os seus apoiantes percebessem que a luta de classes se mantinha, especialmente no plano ideológico. Neste sentido, seguiu-se uma campanha anti direita, em que, a princípio, tinha os intelectuais como alvos de assaltos políticos. Acreditava-se que estes não detinham os ideais da contrarrevolução e teriam de ser reeducados. Os trabalhadores, contudo, eram tidos como puros e maleáveis aos conceitos revolucionários de Mao:

“The population of 600 million in China, (...) has two peculiarities; they are, first of all, poor, and secondly blank. . . A clean sheet of paper has no blotches, and so the newest and most beautiful characters can be written on it, the newest and most beautiful pictures can be painted on it” (Heberer, 2009, p. 168).

Este foi um conceito crucial no desenvolvimento do Grande Salto em Frente, uma tentativa falhada de modernizar a China através da mobilização em massa em poucos anos – morreram cerca de 20-30 milhões de pessoas (Heberer, 2009).

As críticas dentro do partido ao Grande Salto em Frente e à liderança de Mao corroboraram a ideia de que, segundo Mao, dentro do partido, havia resistência ao seu

'Chinese Way' de desenvolvimento. Estas forças representavam a classe inimiga: a burguesia (Heberer, 2009).

Além dos motivos históricos suprarreferidos, Heberer aponta para cinco esferas de causas e conflitos. No plano económico, a existência de conceitos rivais de desenvolvimento que incluem, por exemplo, o ênfase social e político, as prioridades de desenvolvimento, o sistema de propriedade e o sistema de incentivos, revelaram-se fulcrais. Na esfera política, as diferentes avaliações do que deveriam ser as prioridades foram a causa premente. Mao acreditava que a luta de classes deveria ser o foco central. Liu, contudo, defendia que, sendo da opinião de que a luta de classes estava já resolvida, a prioridade deveria ser o desenvolvimento económico. As visões díspares sobre como prosseguir e a tentativa de imposição das duas partes resultou na dificuldade de criação de uma base política para a implementação dos conceitos. Em termos sociais, a terceira esfera, o aumento do desemprego e o descontentamento dos jovens urbanos ao serem destacados para o interior, como forma de solução do problema do desemprego, tornou-se “socialmente explosivo”. Havia ainda insatisfação com o sistema de ensino, estando este baseado num processo de seleção que tinha preferência pelos filhos das elites intelectuais e políticas. Além disso, os trabalhadores rurais sob contrato urbano eram discriminados, não tinham acesso a licenças de residência urbana, o valor dos salários era menor e não estavam integrados no sistema nacional de saúde. Havia ainda insatisfação com os níveis de corrupção, tendências burocráticas e os privilégios dos quadros dirigentes. Com tudo isto presente, Heberer afirma que a Revolução Cultural poderá ser rotulada como uma revolta do grupo marginal – pessoas insatisfeitas e socialmente discriminadas tornaram-se entusiastas da nova revolução proclamada por Mao, que favorecia estes grupos e instigava-os a revoltar-se. A quarta esfera de Heberer, as razões ideológicas, prendem-se com papel proeminente da concepção de Mao do socialismo e, por exemplo, da sua visão do papel da luta de classes como o motor do desenvolvimento social; ou o seu conceito de uma necessidade da reeducação através de revoluções permanentes; ou a crença de que um “homem novo” poderá ser criado através de movimentos em massa políticos. Mao acreditava ainda que a China poderia combater o seu atraso económico e alcançar níveis de capital equiparados aos países capitalistas através da mobilização em massa. Finalmente, a quinta esfera prende-se com os fatores individuais relacionados com Mao como pessoa: a sua experiência pessoal com o poder; a própria concepção de poder de Mao; a separação da situação real e os factos; o culto de personalidade por ele promovido; e o seu estilo de liderança (intransigência face às críticas e oposição,

dependência em intrigas políticas de forma a consolidar e expandir o seu poder) são considerações a ter, segundo Heberer, para se entender o seu modo de pensar e agir (Heberer, 2009).

Mao acreditava que o seu modelo de desenvolvimento deveria ser implementado através da Revolução Cultural e que os seus oponentes e críticos intelectuais deveriam ser eliminados. Ao recrutar novas forças sociais, na forma de representantes do seu modelo de desenvolvimento ou elites renovadas, leais à figura de Mao, substitui as antigas elites políticas (Heberer, 2009).

O processo para iniciar a Revolução Cultural foi facilitado pelas estruturas organizacionais do PCC, às quais todos os indivíduos estavam sujeitos. As várias campanhas políticas durante a década de 1950 e início da década de 1960 teriam já eliminado uma quantidade considerável da oposição ao regime. Na primeira metade da década de 1950, o movimento da reforma agrária minou a oposição das elites rurais e a campanha para abafar os contrarrevolucionários erradicou vários adversários políticos. A “Campanha dos 5 Antis” foi direcionada para afetar os empresários e a campanha anti-direita minou os intelectuais, independentes e forças críticas dentro e fora do partido. Em maio de 1966, num documento oficial do Comité Central do PCC, é mencionada pela primeira vez a existência da luta de classes entre socialismo e capitalismo dentro do partido e que os representantes da burguesia haviam tentado usurpar o poder. Neste sentido, numa conferência do Politburo, foram demitidos 4 dos seus membros e 13 do secretariado. O Grupo Central da Revolução Cultural fora estabelecido, assumindo as tarefas do Politburo e do Comité Central (Heberer, 2009).

Os Guardas Vermelhos surgiram pela primeira vez em escolas e universidades. Em 1966/1967 conduziram a Revolução Cultural em todas as partes do território chinês e, uma vez que Mao apoiava pessoalmente o estabelecimento deste tipo de organizações e concedia proteção, espalhou-se a arbitrariedade social. Oficialmente, a função dos Guardas Vermelhos era a de eliminar os “Four Olds” – costumes antigos, cultura antiga, hábitos antigos e ideias antigas. Contudo, dada a ambiguidade do “antigo”, os Guardas Vermelhos selecionavam os seus alvos de forma arbitrária. O “programa dos Guardas Vermelhos de Pequim” estipulava que: todo e qualquer cidadão deveria trabalhar; retratos de Mao deveriam ser universalmente difundidos; as citações de Mao deveriam ser expostas em placas publicitárias; os restaurantes de luxos e os táxis deveriam ser abolidos; etc. Os críticos impopulares, suspeitos ou denunciados eram arbitrariamente detidos, torturados ou mesmo assassinados por membros dos Guardas Vermelhos (Heberer, 2009).

Contudo, a Revolução Cultural enfrentou resistência. Aqueles que beneficiaram das políticas económicas do início da década de 1960 encontravam-se do outro lado da Revolução, e resistiram, a princípio. Em 1967 a resistência chegara a um nível de tal modo que o exército tivera de intervir, em nome dos Guardas Vermelhos, para que, desta forma, evitassem o seu colapso. Esta situação tornar-se-ia crucial para o decorrer dos conflitos nos anos seguintes, que levou a um estado semelhante ao de uma guerra civil. Os sistemas judiciais e estatais desintegraram-se e a anarquia e a arbitrariedade prevaleciam. As escolas e universidades permaneceram fechadas durante alguns anos e a educação e ciência foram ostracizadas e os intelectuais perseguidos. Em 1968, de forma a ganhar controlo da situação, Mao comanda o exército – a única instituição poupada pelos Guardas Vermelhos – a restaurar a ordem. Em 1969, no nono Congresso do PCC, é aprovado o programa do grupo de Mao e determinou o restabelecimento e a reorganização do partido e das suas estruturas. Contudo, os proponentes da ideia de uma Revolução Cultural contínua estavam em vantagem e, neste sentido, continuaram a transformar a consciência da população ao perpetuar campanhas políticas em massa – campanhas contra opositores, contra Confúcio, contra Beethoven ou mesmo contra o realizador italiano Michelangelo Antonioni. Estas campanhas eram criadas no sentido dos seus objetivos – perpetuar as suas concepções políticas e eliminar os seus oponentes (Heberer, 2009).

O ano de 1976 foi marcado por vários aspetos. Em janeiro morre Zhou Enlai. Até à data servira como Primeiro-Ministro chinês e fora o principal alvo das campanhas suprarreferidas. Em abril, dá-se um ajuntamento na praça de Tiananmen, em luto e homenagem ao antigo Primeiro-Ministro, que culmina em várias detenções, depois da decisão do governo de criminalizar as demonstrações de afeto a Zhou Enlai. Em setembro, morre Mao. A morte de Mao marca o fim da Revolução Cultural (Heberer, 2009).

Deng Xiaoping, um dos líderes mais importantes que restava dentro do partido, retornou a cargos de chefia em 1977. Fora desacreditado e afastado do partido por duas ocasiões: a primeira, em 1966, logo após o início da Revolução Cultural e, a segunda, em maio de 1976. Deng era tido como o garante da nova ordem e aos poucos foi substituindo aqueles que aspiravam a linha de Mao. Em 1978 foi estabelecida uma liderança renovada dentro do partido que apoiava reformas económicas e a prioridade do partido deixaria de ser a luta de classes para passar a ser a modernização económica – dão-se aqui os primeiros passos para a reforma do sistema económico que estaria por vir (Heberer, 2009).

Heberer (2009) afirma que os objetivos conjeturais propagandeados (criação de um novo homem; abolição da burocracia; etc.) não foram atingidos. A centralização total das esferas políticas e económicas, semelhantes à era estalinista, prevaleceram. Os instrumentos jurídicos existentes foram abolidos e, portanto, prevalecia um estado de arbitrariedade. A abolição dos mercados e do setor privado levou a deficiências de abastecimento. Os intelectuais e os quadros eram enviados periodicamente para áreas rurais com o objetivo de reeducação e, portanto, não estavam disponíveis para serviço contínuo na ciência, tecnologia, economia ou desenvolvimento social. O desrespeito pelos intelectuais e pelo ensino levou a que as escolas e universidades se transformassem em *workshops*. Isto resulta em deficiências educacionais nos jovens e uma força de trabalho mal qualificada (Heberer, 2009).

2.2. A era de Deng Xiaoping

Walder (2016) afirma que existem duas formas de encarar legados históricos. O primeiro (e mais comum) reflete a influência das práticas sobreviventes continuadas de um período histórico para o seguinte. O segundo refere-se a legados escondidos ou contraintuitivos e, neste sentido, o autor argumenta que a Revolução Cultural tornou exequível o afastamento do PCC do modelo de inspiração soviética em detrimento de reformas sustentadas enquanto mantém a coesão e estabilidade dentro do partido. Portanto, o legado da Revolução Cultural revelou-se um partido comunista que sobreviveu à transição de um sistema económico renovado que pouco faz lembrar o soviético: fê-lo, contudo, enquanto mantém um sistema político autoritário e, portanto, mais em linha do sistema soviético. A China, hoje, representa tudo aquilo que Mao e a Revolução Cultural pretendiam evitar: a “degeneração” do partido numa oligarquia capitalista (Walder, 2016).

Portanto, a Revolução Cultural criou uma conjectura que permitiu as reformas de mercado e facilitou a mudança para uma economia de mercado e a própria sobrevivência do partido (Walder, 2016). E neste sentido, no final de 1978, Deng Xiaoping surge como o novo líder chinês. Durante todo o seu mandato não foram tomadas decisões importantes sem a aprovação do próprio e, sendo o catalisador de várias políticas-chave, pode-se interpretar o período de reformas como a era de Deng (Naughton, 1993).

A importância central do crescimento económico é fulcral para Deng, não só como meio de oposição à mobilização política promovida pela ala mais à esquerda dentro do

partido, mas também como forma de travar a democratização ativa da sociedade. A atividade política fora do controlo apertado dos canais burocráticos é interpretada como um desvio da construção económica de Deng (Naughton, 1993). Naughton (1993) afirma que Deng Xiaoping tinha uma tendência marcada para fomentar níveis de crescimento económico insustentáveis. Em 1982 esta tendência torna-se aparente, quando, no décimo segundo Congresso do Partido, dá-se o avanço formal de quadruplicar as metas de produção até ao ano 2000. Era uma visão ambiciosa, mas tangível, e portanto, estimulou o pensamento, a longo-prazo, sobre as eventuais capacidades da economia chinesa (Naughton, 1993).

Um dos feitos maiores de Deng foi a transição do foco do PCC para a construção económica. Naughton (1993) afirma aqui, contudo, que Deng não fora o primeiro nem o mais articulado defensor da alteração da prioridade para o desenvolvimento económico – esse teria sido Zhou Enlai. Não obstante, a Deng cabe a distinção prática de alterar as prioridades do partido. Foi capaz de fazer cumprir o objetivo de Zhou Enlai na atmosfera altamente politizada do pós-Revolução Cultural. E central a esse objetivo foi a neutralização efetiva dos objetivos contraproducentes do partido. Inicialmente existiam três objetivos que competiam pelo controlo da agenda política: mobilização e transformação política, distribuição de riqueza equitativa e o poderio militar – preteridos ao crescimento económico, devido a Deng Xiaoping (Naughton, 1993).

As próprias reformas refletem características da abordagem de Deng a problemas económicos. Contudo, o autor implica que a característica mais premente será a falta de uma visão global, afirmando que as reformas instauradas revelaram-se respostas a problemas concretos, sem um sentido claro de direção, e só em 1992 o PCC hasteia a bandeira do objetivo da economia de mercado. Não obstante, o processo reformista revelou-se resiliente e construtivo. O carácter experimental das respostas significa que os governos locais usufruíram de liberdade substancial para experimentar diferentes políticas económicas, sendo adotadas a nível nacional as que obtiveram um maior grau de sucesso. De salientar que a atividade económica fora do controlo tradicional das esferas do Estado foram fundamentais. O crescimento de empresas rurais e o investimento privado e estrangeiro subsequente foi um dos aspetos mais dinâmicos e resilientes do processo das reformas (Naughton, 1993).

Neste sentido, segundo Keo (2020), a China de hoje é a soma coletiva das várias experiências tentadas, durante a liderança de Deng, e que deixam vários legados – uns bons, outros menos bons. Segundo o autor, a experiência mais ambiciosa realizada por Deng foi a

introdução do socialismo de mercado, que significou a criação de um sistema de oferta e procura que procurou complementar os planos económicos centrais. Aliado a isto esteve a introdução limitada de algumas liberalizações, nomeadamente em relação a pequenas empresas privadas, autorizadas a operar, e a venda de empresas controladas pelo Estado. Os detratores criticaram estas medidas, apelidando-as de capitalismo de Estado. Deng justificou-se ao argumentar que a China estava ainda no nível primário de comunismo e teria de passar por uma fase de desenvolvimento capitalista antes de chegar ao ideal comunista (Keo, 2020).

E de forma a facilitar este processo, Deng invoca as quatro modernizações, na agricultura, indústria, ciência e tecnologia (Keo, 2020). Deng reafirma o objetivo das quatro modernizações, não só para acelerar o crescimento económico, mas também como forma a providenciá-lo de legitimidade. Estas foram desenhadas por Zhou Enlai em 1965 e são a segunda fase de uma estratégia económica de desenvolvimento a longo-prazo. Na primeira fase (1965-1980), a China deveria desenvolver uma base industrial autossuficiente e ser relativamente autárquica – uma vez que não tinha grande capacidade exportadora e pouco auxílio internacional. Zhou Enlai imaginou então a China a sair do seu auto-isolamento por volta de 1980, iniciando um período de crescimento económico acelerado (Naughton, 1993)

Deng começa por introduzir reformas agrárias, argumentando que, de forma a aumentar os níveis gerais de produção, o governo deveria providenciar alimento suficiente para todo o país. As reformas, bem-sucedidas, encorajaram o transplante das técnicas utilizadas para reformar a indústria. Como parte integrante da estratégia de redução generalizada do intervencionismo estatal na indústria, o Estado iniciou um processo de descentralização do governo central, em Pequim, para as províncias, sob a lógica da melhor compreensão, dos líderes, das províncias e acerca dos assuntos diretamente relacionados. As inovações e as experiências foram parte fundamental da capacidade chinesa de criar reformas que oferecessem as respostas concretas a situações específicas, e apesar de muitas não terem resultado, através de ensaios sucessivos, o Estado foi ganhando, gradualmente, técnicas de implementação mais eficientes numa variedade de áreas distintas (Keo, 2020).

A ciência e a tecnologia, as duas áreas foco restantes das quatro modernizações, estavam estagnadas no pós-Revolução Cultural, uma vez que a educação estava interrompida, culminando na “geração perdida”. Em forma de resposta, Deng inicia um programa de treino intensivo para mais de 800,000 investigadores em áreas de prioridade elevada, como a produção de energia, computadores, óticas, tecnologia espacial, física e genética. Deng incentivava os estudantes e investigadores a viajar para o estrangeiro para

usufruir de educação técnica e científica. Como parte integrante deste reabrir internacional, a China pós-1978 implementou tecnologia estrangeira diretamente incorporada nos processos de produção, para incentivar a produção doméstica (Keo, 2020).

Politicamente, o objetivo de Deng, inicialmente, passou por dismantelar os vestígios da Revolução Cultural, que criou desconfiança nas instituições do Estado. Repôs vários oficiais previamente expulsos do partido e trouxe de volta pessoas qualificadas, que contribuiu na consolidação do poder dentro do partido, por parte de Deng. Ultrapassados os danos da Revolução Cultural dentro do partido, Deng inicia o processo de reconstruir as instituições estatais, delineando, de forma concreta, as responsabilidades do partido, do exército e do governo, inextricavelmente interligados até então (Keo, 2020).

Além das mudanças estruturais na economia, Deng reformulou ainda as relações externas. Em primeiro lugar, negociou o estabelecimento de relações diplomáticas formais com os Estados Unidos em 1979. A normalização da relação sino-americana revelou-se fundamental, uma vez que os americanos comprometeram-se a cortar relações formais com Taiwan e reconhecer a República Popular da China como o único governo legítimo. Além da relação com os EUA, Deng procura melhorar a relação sino-japonesa. Para que as reformas pretendidas por Deng obtivessem resultados, seria necessário apoio técnico e financeiro do Japão. Por sua vez, o Primeiro-Ministro japonês Takeo Fukuda via na boa relação diplomática com a China uma forma de aproximar o Japão ao ocidente e reduzir o risco de conflito (Keo, 2020).

Durante a sua liderança iniciou ainda os processos de retorno futuro de Hong Kong, em 1984, e Macau, em 1987, completando-se em 1997 e 1999, respetivamente. Para facilitar o processo, foi criado o princípio de “um país, dois sistemas”, segundo o qual existiria apenas uma China, mas regiões especiais poderiam usufruir de níveis elevados de autonomia, mantendo os seus sistemas políticos e económicos enquanto a restante China estaria sob controlo comunista. Nesta linha, a constituição foi emendada no sentido de permitir o estabelecimento das Regiões Administrativas Especiais (NA), que teriam um nível elevado de autonomia face ao governo central (Keo, 2020).

Naughton (1993) descreve Deng como um líder sem receio do Sistema Internacional, estampado na política das Zonas Económicas Especiais (ZEE⁷). Defendia frequentemente as ZEE, utilizando-as como metáfora para a reforma económica (Naughton, 1993). Com o

⁷ Não confundir com Zonas Económicas Exclusivas – ZEE.

objetivo de facilitar o desenvolvimento económico, Deng decidiu basear-se num modelo económico de exportação, com resultados provados previamente no Japão e nalguns dos Tigres Asiáticos, como Taiwan e a Coreia do Sul, através da abertura de Zonas Económicas Especiais (ZEE). Ao reduzir de forma significativa a regulação estatal das taxas de impostos, estas zonas foram capazes de atrair empresas estrangeiras. Das quatro zonas inicialmente estabelecidas, Shenzhen foi a que obteve mais sucesso, estabelecendo o ritmo de crescimento económico acelerado. Em 1984, mais 14 cidades costeiras foram designadas como ZEE; em 1985, foram estabelecidos os três triângulos de desenvolvimento, em Pearl, Min e no Delta do rio Yangtzé; em 1986, a ilha Hainan; e, finalmente, seis portos ao longo do rio Yangtzé e 11 cidades fronteiriças, em 1992. Nesta linha, ainda em 1990, Xangai e mais 10 cidades foram designadas como “cidades abertas”, permitindo investimento direto estrangeiro (Keo, 2020).

As Zonas Económicas Especiais revelaram-se uma estratégia fundamental para o crescimento económico chinês. Foram responsáveis pela exportação chinesa e pelo modelo de desenvolvimento por investimento, atraindo investimento estrangeiro, particularmente por parte de Hong Kong e Taiwan. O estabelecimento das primeiras ZEEs, Shenzhen, Zhuhai, Shantou e Xiamen, em 1980, fora feito com objetivos claros em mente. As três primeiras cidades fazem parte da província de Guangdong, que faz fronteira com Hong Kong. A quarta, Xiamen, na província de Fujian, está pertíssima de Taiwan. Além disso, Guangdong e Fujian eram as maiores fontes de emigração da China para o resto do Mundo. Funcionavam como pontes de ligação entre a China e o resto. Bem como a localização, o timing do estabelecimento das ZEE também não se deu por acaso, uma vez que incide sobre o período da crise financeira do início da década de 1970. O governo chinês aproveita-se do contexto internacional para abrir as portas ao investimento estrangeiro. Ao reunir várias condições favoráveis – elevada população, índices de alfabetização relativamente altos e salários e custos baixos – torna-se num alvo atrativo para os investidores estrangeiros, particularmente hong-konguêses e taiwaneses. Com as suas ligações ao Japão e ao Ocidente, a China viu a oportunidade de localizar a produção no seu território e exportar os produtos finais para os mercados desenvolvidos (Moak & Lee, 2015).

As reformas económicas de Deng no pós-Revolução Cultural basearam-se no Socialismo com Características Chinesas, uma teoria que incorpora medidas capitalistas num modelo económico central, de forma a aumentar a produtividade, avançar a cultura chinesa e desenvolver os interesses das pessoas. Deng argumentou que o socialismo e o

capitalismo são “ervilhas do mesmo saco”, uma vez que ambos requerem planeamento. A única diferença entre os dois seria a necessidade de planeamento central, no socialismo, ao passo que o planeamento, no capitalismo, seria determinado pelas forças do mercado de procura e oferta. Uma vez que o socialismo e o capitalismo foram desenhados para influenciar os resultados económicos, ambos seriam consistentes com o socialismo. Ao aceitar a influência positiva dos mercados na modernização económica, Moak & Lee (2015) afirmam que Deng admitira, implicitamente, a maior eficiência do capitalismo no processo produtivo uma vez que o sistema residia na competição e na obtenção do interesse próprio. Para atingir o socialismo, a China deveria passar por um período capitalista, mas controlado pelo governo central (Moak & Lee, 2015).

2.3. A relação Sino-soviética

Korolev (2016) utiliza o termo *hedging* para classificar a relação sino-soviética. *Hedging* tem sido utilizado na literatura das Relações Internacionais para descrever os padrões comportamentais dos Estados mais pequenos da Ásia, grandes potências e principais Estados europeus no pós-Guerra Fria. Um dos atributos principais do *hedging* consiste em políticas contraproducentes. Representa a estratégia *resist-and-engage* que é, simultaneamente, uma mistura de políticas de equilíbrio/contenção e políticas de cooperação e competição. Portanto, *hedging* implica inerentemente ações opostas (Korolev, 2016).

Por sua vez, Hsu & Soong (2014) destacam dois fatores importantes que conduziram à relação estratégica entre a China e a Rússia. Primeiro, a melhoria do ambiente político e diplomático entre os dois Estados. Depois de resolvidas várias disputas, e a tendência dos dois em cooperar no Sistema Internacional, seja por objetivos alinhados ou posições parecidas, analistas e académicos olham para esta relação como potencialmente perigosa para a ordem global. O segundo fator prende-se com o aumento do comércio internacional entre as duas potências, especialmente no setor energético. O oleoduto estabelecido, na sequência da BRI, que interliga a China e a Rússia, bem como um acordo de fornecimento de gás russo para a China, reflete o aproximar da relação sino-soviética (Hsu & Soong, 2014).

A relação sino-soviética, entre o período compreendido desde o final da guerra fria até ao colapso da URSS, foi governado por fatores ideológicos, militares e económicos (Hsu & Soong, 2014).

Em 1949, depois de proclamada a República Popular da China, Mao anuncia que a China comunista se encontraria do lado soviético. No ano seguinte é assinado o Tratado de Amizade, Aliança e Assistência Mútua. Durante a década de 1950, Stalin permitiu à China tomar o papel de liderança no movimento da Ásia Comunista e, até à morte deste, não se avizinhavam fissuras na aliança sino-soviética. Contudo, depois da sua morte, em 1953, algumas divergências entre os dois Estados tornaram-se aparentes, especialmente no campo da política externa. Começaram, então, a surgir discordâncias relativamente a questões de ideologia, segurança e desenvolvimento económico. Neste sentido, de forma a tentar estabelecer relações externas com países asiáticos, para contrabalançar o afastamento sino-soviético, a China lança os Cinco Princípios para a Coexistência Pacífica – o respeito mútuo pela soberania e integridade territorial; a não-agressão mútua; não-ingerência; igualdade e benefício mútuo e; coexistência pacífica –, em 1954. Em 1959 Khrushchev encontra-se com o então Presidente dos Estados Unidos, Eisenhower, o que aliena ainda mais os líderes chineses de Moscovo (Hsu & Soong, 2014).

Depois de um período de aproximação, é perceptível, durante a década de 1950, um período de afastamento. De forma a externalizar a insatisfação com Khrushchev, Mao planeou libertar a China da tutela soviética e lançou o movimento Grande Salto em Frente, entre 1958 e 1960. Em 1960, em resposta às políticas de Mao, a União Soviética retira a sua inteligência de Pequim, marcando o fim da aliança. Em 1962, a crise na fronteira de Xinjiang exacerbou as relações entre os dois Estados, levando a Rússia a destacar tropas na fronteira, culminando em múltiplos incidentes (Hsu & Soong, 2014).

As diferenças ideológicas entre a China e a União Soviética nos princípios comunistas fundamentais iniciaram-se em 1956, aquando da declaração de Khrushchev de que a União Soviética não procuraria continuar a exercer a sua vontade nos restantes partidos comunistas. Ora, Mao rejeita a posição soviética e, em 1964, a disputa ideológica entre as duas potências desenvolvera-se de tal forma que duas versões de marxismo-leninismo estavam a ser oferecidas ao Mundo. Neste sentido, o movimento comunista global começa a romper-se, culminando, nesse ano, na saída de Khrushchev do poder. A relação sino-soviética não se aproximou com Brezhnev. A China estava particularmente alarmada com a doutrina do internacionalismo proletário⁸ (Hsu & Soong, 2014).

⁸ Traduz-se no direito de um Estado Socialista em intervir em Estados Socialistas terceiros, anunciado em 1968, depois da invasão Checoslováquia, pela URSS (Hsu & Soong, 2014).

Na década de 1970 o triângulo estratégico de equilíbrio de poder EUA-URSS-China tornou-se no ponto central na análise das relações sino-soviéticas. Pequim redesenhou a sua política externa no sentido de obter reconhecimento global como uma grande potência e apoio tecnológico, diplomático e financeiro para contrabalançar a perceção de risco emanada por Moscovo. Em 1972, Richard Nixon visita a China e esta aproximação aos EUA demonstram o abandono do carácter isolacionista revolucionário e semi-satélite soviético, surgindo como um ator cada vez mais importante no Sistema Internacional. A relação sino-soviética continuou a deteriorar-se de tal forma que os seus conflitos começaram a ser disputados no cenário internacional. Na segunda metade da década de 1970, o discurso oficial chinês passava pela resistência à hegemonia dos Estados Unidos e União Soviética, especialmente à segunda. Por sua vez, os soviéticos celebram acordos militares com o Vietname e o Afeganistão e aumentam a capacidade militar no leste asiático. As tensões entre os dois entram então numa fase nova de hostilidade, levando ao intensificar da corrida ao armamento entre a URSS e a China (Hsu & Soong, 2014).

Em 1978, ao subir ao poder Deng Xiaoping, a China abandona o maoísmo e aposta na modernização e, em 1980, a China integra o Banco Mundial e aproxima-se do Mundo capitalista. Por sua vez, em 1982, Brezhnev faz um discurso no qual apela ao término dos 20 anos de conflitos e tensões entre a URSS e a China e declarou a que a URSS reconhecia a China como um Estado socialista, reconhecia a sua reivindicação de Taiwan e não teria quaisquer exigências territoriais na China. Em 1986 a posição soviética face à relação sino-soviética demonstrou um novo nível de flexibilidade, no discurso de Gorbachev em Vladivostok, no qual apresenta várias propostas para a região da Ásia-Pacífico, muitas das quais direccionadas à China, incluindo retirada parcial de tropas do Afeganistão e Mongólia, a renovação da concessão relativamente à disputa fronteiriça, proposta para um acordo num caminho-de-ferro transfronteiriço, etc. A década de 1980 viu um aumento significativo da relação sino-soviética e um reaproximar das duas potências (Hsu & Soong, 2014).

Desde a independência da Federação Russa, em 1991, a relação sino-russa sofreu melhoria nas esferas economia, política e social. A política russa para a China, desde a década de 1990, tem sido conduzida por considerações pragmáticas e uma reaproximação gradual. O primeiro passo significativo nesta reaproximação teve lugar na cimeira de 1996, onde Boris Yeltsin reúne com Jiang Zemin, no qual acordam em desenvolver uma parceria estratégica orientada para o séc. XXI (Hsu & Soong, 2014).

O primeiro governo pós-URSS, de Boris Yeltsin, era pró-ocidental e, portanto, as relações asiáticas assumiram um papel secundário. Os reformistas russos viam nas democracias liberais ocidentais o paradigma para as reformas económicas e políticas, e dependeu de apoios e investimento do ocidente na sua economia. Ao mesmo tempo, a Rússia procurou o apoio chinês na integração na Cooperação Económica Ásia-Pacífico, e a visita de Zemin, em 1994, a Moscovo, confirmou esse apoio, formalizado em 1995. A decepção com o ocidente levou a uma política externa russa orientada para a Ásia, olhando para a Eurásia como um contrapeso ao ocidente. Em 2000 Putin, durante a sua visita à China, enfatiza a importância de fortalecer a relação sino-soviética, declarando que a Rússia é um Estado europeu e asiático. Em 2001 é assinado o Tratado de Boa vizinhança, amizade e cooperação, entre Zemin e Putin, e serve de base para as relações pacíficas entre os dois, visando cooperação económica e confiança diplomática e geopolítica. Os académicos chineses vêem na melhoria das relações com a Rússia um bom exemplo de coexistência harmoniosa e cooperação *win-win*. Já em 2008, Medvedev aprovou o Novo Conceito de Política Externa, que frisou a importância da região Ásia-Pacífico para a política externa Russa, especialmente com ênfase na China. Durante a sua presidência, Medvedev manteve uma série de reuniões regulares por ano com Hu Jintao, estabelecidas durante a presidência de Putin, de forma a trocar pontos de vista relativos a assuntos bilaterais e internacionais (Hsu & Soong, 2014).

Em 2010 a China tornou-se no maior parceiro económico russo, ultrapassando a Alemanha. O rápido crescimento chinês tornou a China no maior consumidor de energia mundial e a Rússia, por sua vez, é um dos maiores produtores energéticos do Mundo, alimentando, assim, a economia chinesa. É estabelecido, em 2011, um oleoduto que liga Daqing, na província de Heilongjiang, a Skovorodino, na Rússia, sendo expectado o transporte de 15 milhões de toneladas de petróleo por ano (Hsu & Soong, 2014).

Depois de Putin suceder Boris Yeltsin, em 2000, por um curto período, as relações com a China tornaram-se secundárias, em detrimento da prioridade dada pelo Kremlin ao ocidente. Contudo, uma vez que as relações com o ocidente começaram a deteriorar-se (culminando na invasão da Ucrânia em 2014 e o escândalo da influência russa nas eleições de 2016 nos Estados Unidos), a Rússia volta-se então para a China. Pequim, na generalidade, fora recetivo ao reaproximar russo, demonstrando neutralidade na questão da Crimeia, contudo, agiria com cautela no que toca a fomentar as relações estratégicas com Moscovo,

tentando não antagonizar os Estados Unidos ao associar-se com uma Rússia combativa (Lukin, 2021).

Em outubro de 2019, Sergey Lavrov, ministro das Relações Externas russo, declarou que as relações entre a Rússia e a China estavam já num nível sem precedentes de confiança mútua em todas as esferas, mas enfatizou, todavia, que não havia planos em estabelecer uma aliança militar formal entre os dois. Atualmente, segundo Lukin, a relação estratégica sino-russa poderá ser observada como uma *entente*⁹, não chegando ao patamar de aliança formal, mas tendo uma relação de proximidade superior à do que a caracterização “relação estratégica” faz transparecer. Esta *entente* é suportada pela adesão à lógica clássica de *great power politics* e esferas de influência por ambos Estados, corroborado pela retórica da primazia da soberania nacional e pela necessidade, segundo estes, de democratizar as relações internacionais (Lukin, 2021).

⁹ Entende-se por *entente* uma associação harmoniosa de duas grandes potências, ou mais, baseada em interesses comuns – percepção de ameaças comuns; grau de empatia entre os líderes; coordenação política e securitária (Lukin, 2021)

3. A China no Século XXI

Com o final da Guerra fria o Mundo entrou numa era sem precedentes de globalização liderada pelos Estados Unidos. Esta globalização assenta na expansão das instituições de Bretton Woods¹⁰ de forma a abarcar o Mundo inteiro assim como na criação de outras instituições onde fossem necessárias. Apesar da ordem de Bretton Woods ter sido desenhada pelas e para as potências ocidentais, concedeu uma oportunidade à China de envolvimento global. Tal permitiu à China surgir como um gigante económico no início da década de 2010, ultrapassando os Estados Unidos, em 2013, em termos de paridade do poder de compra. Este poder de compra tem-se traduzido em influência económica, política e militar nas relações internacionais, à medida que a China vem sendo considerada como uma grande potência. De acordo com os autores, em 2016 a China surge como um rival “confiante e ambicioso” aos Estados Unidos. Depois de duas décadas de unipolaridade, o Sistema Internacional começa a ser caracterizado como um sistema multipolar. Contudo, a ascensão da China está a ser percecionada como o grande evento geopolítico do início do séc. XXI e o único Estado capaz de rivalizar com o poder norte-americano (Can & Chan, 2020).

A revolução da economia chinesa iniciou-se em 1950 com a transição de um sistema com orientações marxistas para uma economia de mercado socialista. Esta mudança fez com que a China crescesse rapidamente. No início da década de 1980, Deng Xiaoping abriu a economia chinesa ao comércio internacional. A par destas mudanças, foram implementadas reformas económicas como incentivos de propriedade para os agricultores, estimulação ao desenvolvimento de negócios privados, liberalização comercial e a remoção de barreiras para encorajar a competição e atrair investimento direto estrangeiro (Abdullahi & Phiri, 2019).

Desde as reformas económicas da era pós-Mao (1978 adiante) até 2010, o PIB chinês cresceu aproximadamente 10% por ano. E embora a partir de 2011 tenha abrandado para aproximadamente 7% por ano, a China continua a crescer de forma mais acelerada quando comparada aos Estados Unidos ou a qualquer um dos seus vizinhos do leste asiático e é espectável que o PIB chinês ultrapasse o PIB americano até 2030 (Ross, 2019).

¹⁰ De forma a clarificar, as instituições de Bretton Woods – regime monetário internacional implementado no seguimento da 2ª Guerra Mundial – são o BM (Banco Mundial) e o FMI (Fundo Monetário Internacional) (Tucker, 2021).

Economicamente, é incontestável a sua relevância na cena internacional. De acordo com os dados do Worldometer¹¹ (2022) o valor do PIB Chinês está registado em 12,2 trilhões USD. Um claro segundo lugar na lista dos países mais ricos do Mundo, estando em primeiro, claro, os Estados Unidos da América, com um PIB *per capita* no valor dos 19,5 trilhões USD. Em perspectiva, o PIB per capita chinês é maior do que a soma dos três Estados que se encontram imediatamente a seguir na lista dos países mais ricos do Mundo – Japão (4,9 trilhões), Alemanha (3,9 trilhões), Índia (2,6 trilhões).

Figura 2

# ↓	Country	GDP (nominal, 2017)	GDP (abbrev.)	GDP growth	Population (2017)	GDP per capita	Share of World GDP
1	United States	\$19,485,394,000,000	\$19.485 trillion	2.27%	325,084,756	\$59,939	24.08%
2	China	\$12,237,700,479,375	\$12.238 trillion	6.90%	1,421,021,791	\$8,612	15.12%
3	Japan	\$4,872,415,104,315	\$4.872 trillion	1.71%	127,502,725	\$38,214	6.02%
4	Germany	\$3,693,204,332,230	\$3.693 trillion	2.22%	82,658,409	\$44,680	4.56%
5	India	\$2,650,725,335,364	\$2.651 trillion	6.68%	1,338,676,785	\$1,980	3.28%

Fonte: Worldometer (2022, janeiro). GDP by Country. [referência de 30 de Novembro de 2000]. Disponível na Internet em: <<https://www.worldometers.info/gdp/gdp-by-country/>>

Tais valores são explicados por um crescimento económico sem precedentes a partir da segunda metade do séc. XX, mais concretamente no último quarto do século (Ross, 2010). Desde 1978, com as reformas de Deng Xiaoping, o PIB nominal da China cresceu de 214 mil milhões USD para 9.2 trilhões USD em 2013. É a economia que mais cresce a nível mundial, de acordo com o FMI (2018), que cresceu à volta dos 10% por ano durante duas décadas e meia, e ultrapassou os Estados Unidos como o destino privilegiado para o investimento estrangeiro e o maior exportador de produtos de informação e tecnologia (Abdullahi & Phiri, 2019). Nenhum outro Estado foi capaz de crescer ou de aumentar as condições de vida da sua população num período tão curto de tempo – em vinte e cinco anos foram retirados da pobreza absoluta cerca de 620 milhões de habitantes (Ross, 2010) e a fatia

¹¹ [Referência de 15 de julho de 2022]. Disponível na Internet em: <<https://www.worldometers.info/gdp/gdp-by-country/>>

global do PIB chinês cresce de 2% em 1979 para quase 15% em 2016 (Bataa, Osborn & Sensier, 2018).

Zhou, em jeito de comparação à China, afirma que a Rússia e os países de leste europeus conduziram transições para a economia de mercado instantâneas, baseadas na propriedade privada. A China, por sua vez, lançou uma transição progressiva em direção à economia de mercado dominada pela esfera pública com formas múltiplas de propriedade. Ao contrário dos países de leste europeus que alteraram a sua fórmula económica num espaço de tempo de 5/10 anos, a China implementou reformas económicas institucionais progressivas, durante um período de 40 anos, sendo ainda um processo a decorrer (Zhou, 2021). Adota políticas de mercado e utiliza o advento da globalização e a explosão do mercado livre internacional para se tornar no país com a segunda maior económica nacional e no maior exportador mundial – a “fábrica do Mundo”, ultrapassando, em 2007, os Estados Unidos como o líder mundial em exportações de bens (Bataa, Osborn & Sensier, 2018).

Uma vez que é a segunda maior economia no Mundo, a sua insurgência económica dificulta a habilidade americana de moldar a ordem do comércio internacional e, a par dos Estados Unidos, a China tem hoje influência no decorrer das negociações da OMC. É crescentemente um ator influente no FMI e nas políticas energéticas internacionais. No leste asiático, a China desempenha um papel fomentador de tratados comerciais regionais, utilizando a sua dimensão económica como um eixo central regional. Em 2004 concluiu o tratado de livre-comércio China-ASEAN, rivalizando a iniciativa económica americana Parceria Trans-Pacífica. Em 2014 foram concluídos acordos de comércio livre com a Coreia do Sul e Austrália e foi estabelecido ainda o BAI – Banco Asiático de Investimento e Infraestrutura. (Ross, 2019).

Aliado ao crescimento económico, segundo Abdullahi & Phiri (2019), a China começa a exercer o seu crescente poder político de forma mais responsável. Apesar de combativa nas políticas climáticas e emissões de carbono na Conferência de Copenhague, assumiu um papel de liderança dentro do G-20 na procura de respostas face à crise financeira. Além disto, a China tornou-se no principal negociador com a Coreia do Norte no sentido de aligeirar as tendências beligerantes norte-coreanas. No continente asiático, de forma a dar continuidade à sua crescente influência, e de acordo com o Credit Suisse, em 2016, a China é responsável por 30% do Investimento Direto Estrangeiro (IDE) na Tailândia, 20% na Malásia e 44% no Camboja (Abdullahi & Phiri, 2019).

3.1. A “Ascensão Pacífica” e a Estratégia Pomba da Paz

Utilizando o termo em conformidade com Buzan, este esclarece que esclarece que “ascensão pacífica”, uma vez que entende ser o mais preciso, ao contrário do anódino “desenvolvimento pacífico”, que substituiu a “ascensão pacífica” no discurso oficial. Adianta ainda que por “ascensão pacífica” entende uma potência em crescimento capaz de ganhos absolutos e relativos, tanto no plano material como em estatuto, em relação às outras potências do Sistema Internacional, sendo que é condição necessária a capacidade de não levantar hostilidades com as grandes potências e vizinhos no processo. A ascensão pacífica envolve um processo ambivalente que, por um lado, assume que a potência em ascensão se acomode às regras e estruturas da comunidade internacional e, por outro, assume que as potências do Sistema Internacional se acomodam às alterações nas regras e estruturas internacionais acarretadas pela potência em ascensão, através do reajuste na disposição de poder e estatuto no Sistema Internacional (Buzan, 2010).

A origem intelectual do conceito da ascensão pacífica está plasmada na evolução gradual da política externa chinesa na era das reformas, desde a década de 1980. À medida que a China foi aumentando as interações com a comunidade internacional, os líderes chineses tornaram-se mais conscientes das percepções externas do seu comportamento internacional – em particular, em relação à percepção de Estados vizinhos de certas políticas como uma fonte de instabilidade no leste asiático. Ou seja, Glaser e Medeiros (2007) afirmam que os líderes chineses se apercebem, aqui, do papel que a China desempenhava nas dinâmicas do Dilema de Segurança¹² na Ásia (Glaser & Medeiros, 2007).

Na década de 1990, depois de Tiananmen, em 1989, os diplomatas chineses procuraram reconstruir a imagem internacional chinesa através de ajustes à diplomacia regional, promovendo o compromisso e a confiança. Estas alterações perceptivas manifestaram melhorias qualitativas na diplomacia bilateral e multilateral na Ásia que, por sua vez, permitiu a Pequim construir uma imagem benigna de si para com os Estados asiáticos. No ocidente, contudo, as percepções sobre a China separavam-se em duas teses distintas, a da “ameaça chinesa” – que via na China o potencial para se tornar numa potência revisionista capaz de competir com a influência dos Estados Unidos na Ásia – e a do “colapso chinês” – que argumentava a fragilidade da economia chinesa e a relativa facilidade desta

¹² De notar que, de acordo com a definição de Jarvis, o Dilema de Segurança traduz-se nas consequências involuntárias de ações defensivas, através das quais, um determinado Estado, ao procurar aumentar sua própria segurança, ameaça, inadvertidamente, a segurança dos restantes Estados (Tang, 2010).

para, eventualmente, colapsar, lançando o país para uma crise social e política. Estas discussões sobre os futuros desafios impostos pela China definiu o contexto internacional para a emergência da ascensão pacífica (Glaser & Medeiros, 2007).

Pouco tempo depois do discurso de Zheng Bijian no Boao, em 2003, onde, é delineado originalmente o conceito da ascensão pacífica, a ideia começou a assumir as armadilhas do discurso oficial do partido. Os líderes chineses utilizavam, publicamente, o termo em forma de sinalizar apoio oficial e, estes usos, segundo afirmam os autores, poderiam fazer parte da estratégia de Zheng para garantir que o termo se tornasse num slogan chave do partido (Glaser & Medeiro, 2007).

Em dezembro de 2003, na celebração do centésimo aniversário do nascimento de Mao Zedong, Hu Jintao adotou a ascensão pacífica, ao afirmar que a China deveria insistir no caminho da ascensão pacífica e na coexistência com os outros Estados, tendo por base os cinco princípios de coexistência pacífica. Em março de 2004 foi Cao Gangchuan – então ministro da defesa chinês – a expressar apoio ao conceito da ascensão pacífica. Numa visita à Tailândia, Cao expressou o seu desejo para a China não se guiar pelas potências ocidentais – expandir-se para o exterior depois de consolidar o seu poder nacional. Salientou ainda a importância de adquirir o apoio da comunidade internacional para a ascensão da China, especialmente no que toca à preservação da estabilidade social e a unidade do território chinês. Por fim, argumentou ainda que o objetivo final chinês seria a paz e prometeu que os interesses dos restantes Estados não seriam minados. Pelo contrário, beneficiariam da ascensão da China (Glaser & Medeiros, 2007).

Sinais foram surgindo, contudo, que os líderes chineses poderiam ter algumas preocupações com a teoria da ascensão pacífica. Hu Jintao, no Fórum Boao, em abril de 2004, mencionou “paz e estabilidade”, “paz e tranquilidade” e “coexistência pacífica”. Contudo, não utilizou o termo “ascensão pacífica”. Prometeu, por sua vez, que a China seguiria um caminho de desenvolvimento pacífico, hasteando a bandeira da paz, desenvolvimento e cooperação, aliando-se a outros países asiáticos na prossecução do rejuvenescimento asiático. Dias depois da declaração de Hu Jintao, Zeng Qinghong, membro do comité do Politburo, apoia o conceito da ascensão pacífica – sem utilizar o termo –, abraçando a formulação de Hu Jintao (Glaser & Medeiros, 2007).

Posto isto, os autores questionam-se sobre o que terá acontecido à ascensão pacífica. Estes argumentam que, de acordo com vários peritos, deu-se uma reunião do comité do

Politburo, pouco antes do Fórum Boao de abril, dedicado à discussão da teoria. Aí, Zheng apresentou os resultados de um relatório de mais de 200,000 caracteres e, depois de analisado, os líderes chineses decidiram permitir a pesquisa continuada e discussão da ascensão pacífica no meio académico, contudo, deixariam de utilizar o conceito publicamente (Glaser & Medeiros, 2007).

Neste sentido, a decisão de remover o conceito do discurso oficial prevaleceu. Não obstante, o termo “ascensão pacífica” continuou a ser utilizado amplamente no discurso público e em várias publicações. É um contraste significativo com a cultura política leninista chinesa que prioriza o desenvolvimento de uma linguagem unificada e, nesse caso, a ação natural seria banir a utilização do conceito. No entanto, foi visível um declínio da utilização do termo em publicações chinesas (Glaser & Medeiros, 2007).

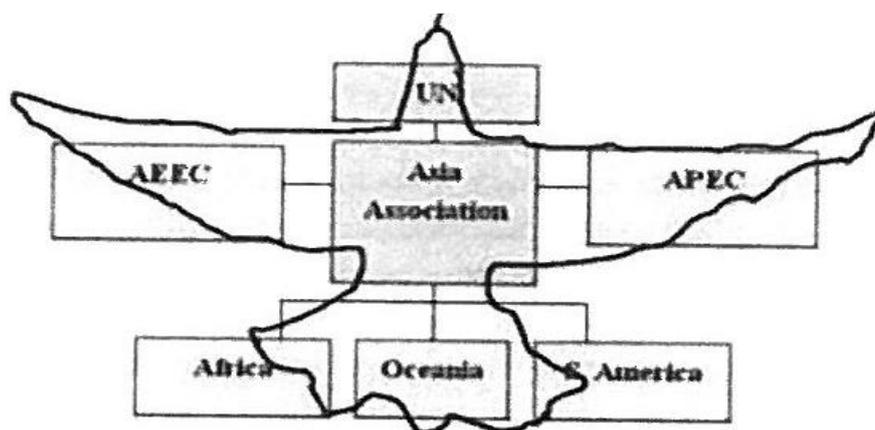
Os autores afirmam que a decisão de alterar o discurso de ascensão pacífica para desenvolvimento pacífico não afetou a confiança na estratégia diplomática personificada no conceito original de Zheng, uma vez que a alteração para desenvolvimento pacífico não reflete a descrença na estratégia diplomática da ascensão pacífica. Representa um debate, tido para perceber a terminologia a utilizar, para que o partido concordasse numa linguagem oficial unificada (Glaser & Medeiros, 2007).

Mendes (2008) afirma então que as prioridades da política externa chinesa foram “orientadas por fortes motivações internas”. Procede, então, a enumerar três que considera ser essenciais: o interesse em assegurar um ambiente pacífico na esfera regional – para que os níveis de crescimento económico se mantivessem estáveis; manutenção de uma postura assertiva no plano internacional com o objetivo de enaltecer o nacionalismo, no plano interno, garantindo, desta forma, “a unidade e estabilidade de um regime autoritário inseguro” – no sentido histórico, devido ao falhanço do conflito com o Japão e a pretensão de recuperação dos seus territórios, nomeadamente, o Taiwan – e; manter a linha do pragmatismo nas relações externas com a Rússia e a Índia, originado não só na necessidade de estabilidade regional mas, também, pelos “sentimentos de vulnerabilidade motivados pela questão do Taiwan” (Mendes, 2008)

Neste sentido, em 2008, foi apresentado um relatório, intitulado “Modernização da China 2008”, pela Academia Chinesa de Ciência Sociais – CASS, desenvolvido por Hu Chuanqi e, com base no relatório, foi apresentada uma estratégia descrita como:

“criada com base na experiência internacional dos últimos trezentos anos e na história e realidade da modernização internacional da China e «apela à construção de um ambiente internacional favorável à modernização da china e à cooperação de todos os Estados membros numa base de benefício mútuo»” (Mendes, 2008, 235).

O relatório em questão desenvolve uma estratégia internacional renovada, a “Estratégia Pomba da Paz”, e esboça as prioridades da política externa chinesa ao longo do corpo desenhado de uma pomba, segundo o qual se encontra a ONU no topo (na cabeça), indicando então o entendimento da ONU como a mais fundamental das prioridades externas da China. Logo a seguir, no peito, encontra-se a Ásia; a Europa e os Estados Unidos nas asas, num patamar equivalente, e; na cauda, a América Latina, África e Oceânia (Mendes, 2008). Encontra-se abaixo a representação visual da “Pomba da Paz”:



(Mendes, 2008)

A autora afirma que o posicionamento da ONU no topo das prioridades da política externa chinesa, segundo o relatório, prende-se pelo princípio base de “seguir a carta das Nações Unidas e promover a paz mundial”, mantendo-se na linha da suprarreferida coexistência pacífica. Ainda segundo a autora, o relatório (Mendes, 2008):

“sublinha a necessidade dos Estados resolverem as disputas regionais dentro deste espírito e advoga o reforço da cooperação de acordo com a Carta das Nações Unidas e com o direito internacional, fazendo claramente menção à reforma da ONU. A CASS [instiga] a necessidade de Pequim incentivar a criação e assumir a liderança em novos *forae* colectivos a nível internacional e regional. A relevância que é

atribuída ao plano multilateral reflecte a tendência crescente na política externa chinesa de encarar o multilateralismo como meio para atingir um sistema multipolar” (Mendes, 2008, p. 236).

Mendes (2008) afirma que, devido ao descontentamento da hierarquia do Sistema Internacional, a China toma como objetivo ocupar uma posição mais central, através do apelo à “democracia nas relações internacionais” e ao retorno ao multilateralismo como substituto à hegemonia americana (Mendes, 2008). Neste sentido, “o envolvimento da China em organizações internacionais e regionais aumentou à medida que esta foi sentindo maior necessidade de participar, nomeadamente para evitar tomada de decisões contrárias aos seus próprios interesses” (Mendes, 2008, p. 237).

A Ásia encontra-se no peito da pomba, sugerindo o carácter essencial que esta tem para a política externa chinesa. O relatório da CASS, segundo Mendes (2008), indica a intenção de criar uma nova organização internacional: a “Associação Asiática”, um bloco regional, distinto da ASEAN, com a China no centro. Adianta ainda que a China adotou uma diplomacia mais ativa na Ásia central e oriental no decorrer da década de 2000 (Mendes, 2008). Em relação à primeira, segundo a autora:

“(…) [A] Ásia central, rica em recursos naturais (...) é uma região de prioridade estratégica para Pequim. A política chinesa tem passado pela diversificação das rotas energéticas (...) e negociações bilaterais com a Rússia e restantes países da região. No plano multilateral, a China tem reforçado a sua presença (...) através da dinamização, juntamente com a Rússia, da Organização de Cooperação de Xangai, numa tentativa de contrabalançar o poder norte-americano na região. A Índia foi convidada a assumir o estatuto de observadora, numa tentativa sino-russa de impedir o aprofundamento das relações Deli-Washington. (...) Em suma, as relações da China com as potências da Ásia Central são de uma cooperação pragmática que não esconde a persistência de desconfianças e rivalidades” (Mendes, 2008, p. 237-238).

Quanto à Ásia oriental, a China:

“(…) tem-se assumido como dinamizadora nas esferas económica e securitária, participando na ASEAN e no ASEAN Regional Forum (ARF), com objetivos de estabilidade regional (…) e de limitar a margem de manobra de Taiwan, do Japão e dos Estados Unidos no Sudeste Asiático. No entanto, o dilema de segurança é visível (...). Parte dos países asiáticos suspeita da participação da China em algumas organizações internacionais, como a ARF, e a China também teme os vizinhos” (Mendes, 2008, p. 237).

Os Estados Unidos surgem representados pela Cooperação Económica Ásia-Pacífico – APEC, organização em que ambos fazem parte. Estando os Estados Unidos e a Europa representados nas asas da pomba, Mendes (2008) entende que tal se deve ao equilíbrio estratégico que a China pretende encontrar na relação com os dois blocos. No entanto, a maior importância é dada à relação com Washington, que encara a Europa como uma alternativa aos Estados Unidos (Mendes, 2008).

O relatório sugere as vantagens para a China em criar e dirigir novas organizações multilaterais, “revelando o interesse no aparecimento de instituições paralelas às atualmente existentes, que são maioritariamente lideradas pelos Estados Unidos” (Mendes, 2008, p. 238). Mendes (2008) afirma ainda que a intenção chinesa em enfraquecer a influência americana é visível na “estratégia de contenção das operações militares dos EUA no Pacífico e de isolamento dos seus parceiros, como é o caso do Japão, e enfraquecimento das suas alianças” (Mendes, 2008, p. 238). Não existente, mas, segundo o relatório da CASS, extremamente benéfica para a China e, neste sentido, urge para que sejam tomados esforços no sentido da sua criação. Mendes (2008) afirma que, à data, a China fora “entusiasta no estabelecimento de parcerias estratégicas bilaterais com países europeus e com a União Europeia (UE)” (Mendes, 2008, p. 239). Adianta ainda que tais parcerias eram estabelecidas com base em interesses políticos e comerciais. Os interesses políticos passariam pela “manutenção da paz, segurança, estabilidade e envolvimento multilateral: responsabilidades e liderança partilhadas e resposta conjunta aos desafios internacionais” (Mendes, 2008, p. 239), enquanto que, em relação aos interesses comerciais, foram realizadas, em 2007, a décima cimeira UE-China, sob alçada da presidência portuguesa do Conselho da União Europeia, e o IV Fórum de Negócios UE-China. Na sessão de encerramento do IV Fórum, a UE anunciou o empréstimo de 500 milhões de euros do Banco Europeu de Investimento a bancos chineses e 10 milhões de euros para o setor da educação (Mendes, 2008).

A autora argumenta ainda que esta é uma:

“área da cooperação (...) determinante para aguçar o interesse que os líderes chineses têm nesta parceria estratégica. (...) Não obstante, permanecem vários obstáculos nesta relação: na perspectiva europeia, as questões do défice comercial, propriedade intelectual e falhas no respeito pelos Direitos Humanos na China; no ponto de vista chinês, a manufatura do embargo de armas da Europa é totalmente despropositado. Mas ambas as partes continuam empenhadas no aprofundamento de uma parceria estratégica global” (Mendes, 2008, p. 239).

Apesar de se encontrarem na cauda da pomba, He Chuanqi argumenta que a América Latina, África e Oceânia são fundamentais para a China, nomeadamente para “encontrar um equilíbrio na relação com o ocidente e oriente”. O relatório afirma a importância em investir em países que reúnam algumas das características seguintes: “ser inovador, ter muitos recursos, ter uma grande população, ter cultura, ser amigável, ou estar nos arredores da China” (Mendes, 2008, p. 240).

A autora refere ainda que a Cooperação Sul-Sul se tornou cada vez mais visível, depois do interesse crescente demonstrado pela China, no contexto da sua política de diversificação energética e de recursos naturais. Mendes (2008) afirma ainda que:

“Com a sua postura de não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados, a China tem concedido crédito e infra-estrutura apenas exigindo em troca recursos naturais, por oposição às condições impostas pelos países ocidentais na questão dos Direitos Humanos. O reforço da presença de empresas chinesas no sector energético da América Latina e África Subsahariana é, então, particularmente bem vinda nos países que mais sofrem sanções ocidentais” (Mendes, 2008, p. 240).

A “Estratégia Pomba da Paz” revela, segundo Mendes (2008), os vários níveis da política externa chinesa, equilibrando a dimensão marítima e continental, com o objetivo de reconquistar o centro económico da Ásia oriental. Ajudar a perceber, também, um padrão de continuidade da política externa que tem vindo a ser explorado ao longo deste capítulo: a

preocupação chinesa com a percepção benigna da sua ascensão no Sistema Internacional (Mendes, 2008).

3.2. A proatividade de Xi Jinping

A política externa chinesa durante Hu Jintao não era dinâmica uma vez que este, segundo Ferdinand (2016), não seria propenso a assumir riscos e a sua preocupação estava na manutenção do crescimento económico. Contudo, apesar do rápido crescimento económico, as desigualdades sociais não se esbatiam e este tema tornou-se num ponto sensível para o governo. Hu responderia com uma campanha ideológica com vista criar uma sociedade harmoniosa – termo com influência confucionista. Os líderes chineses procuravam ainda manter-se recatados na cena internacional, depois do incidente de Tiananmen, em 1989. Neste sentido, aliado ao forte crescimento económico e potencial capacidade de *soft power*, a China inicia uma série de esforços no sentido de melhorar a sua imagem internacional. Sob liderança de Hu Jintao, começa a contribuir de forma contundente para a ONU, nomeadamente através das missões de manutenção da paz, toma as rédeas da criação da Organização para a Cooperação de Xangai (OCX) e torna-se num ator importante dentro dos BRICS (Ferdinand, 2016).

Zhang (2015) afirma, contudo, que a ascensão de Xi Jinping a líder chinês, em 2013, trouxe várias alterações à política externa chinesa, nomeadamente, através da adoção de uma postura mais assertiva no Sistema Internacional, em comparação às décadas anteriores. Sob a liderança de Xi os decisores chineses tornaram-se mais vocais na intenção da China em tornar-se num ator mais central do Sistema Internacional (Zhang, 2015). Assiste-se a um desvio significativo das doutrinas e da forma da política externa até então. A doutrina de discrição, de Deng, aliada à não-ingerência nas relações internacionais, e dar prioridade aos assuntos domésticos, estão em contradição com os objetivos atuais da política externa chinesa (Sibula, 2020).

O entendimento fora da China propunha um Xi Jinping que daria prioridade essencial aos assuntos prementes da política doméstica e, portanto, a política externa seria relegada para segundo plano. Contudo, afirma Zhang (2015), Xi demonstrou uma atividade invulgar na condução da política externa, tendo realizado uma visita oficial à Rússia e à Tanzânia e participado na conferência dos BRICS, na África da Sul, uma semana após se tornar

Presidente da República Popular da China. Nos sete meses seguintes Xi passou, no total, 33 dias fora de território nacional, tendo visitado a Europa, África, América Latina, Estados Unidos e Ásia (Zhang, 2015).

Xi iniciou, então, uma série de alterações nas orientações e princípios de base de política externa chinesa. Desde a década de 2000, Pequim desenvolveu a articulação oficial da sua política externa, a “ascensão pacífica”, de forma a criar uma percepção benigna do seu crescente envolvimento nas relações internacionais (Zhang, 2015). Historicamente, a ascensão de uma nova potência causa desestabilização na ordem internacional, culminando em rivalidades e conflitos. A China advoga uma narrativa distinta, uma que permite a ascensão de um Estado ao estatuto de superpotência sem colocar em risco os outros Estados do Sistema Internacional. Não obstante, com Xi, observa-se alterações na execução da política da ascensão pacífica. Não significa, contudo, um abandono total da narrativa, mas sim uma alteração na forma e nos objetivos – a “ascensão pacífica 2.0”, afirma Sibula (2020). O conjunto de ideias de Xi consiste em três atributos distintos (Sibula, 2020).

O primeiro elemento é a intenção reforçada da defesa dos interesses da China. Embora transversal à política externa dos Estados, o discurso de Xi foi o primeiro, por parte de um líder chinês, a interligar o interesse nacional com a “ascensão pacífica” de forma assertiva: *“We will keep walking on the peaceful development road, but we must not forsake our legitimate rights and must not sacrifice core national interest”* (Zhang, 2015, p. 9). Este demonstra a importância equivalente que o interesse nacional e a “ascensão pacífica” têm para Xi. Zhang (2015) adianta ainda que poderá estar implícita a ideia de que a China não sacrificará os seus interesses, mesmo para manter a paz. Este ênfase no interesse nacional é derivado, em parte, pela preocupação chinesa com o compromisso de Pequim em ascender pacificamente e o seu potencial papel limitador na tomada de decisão no sentido de proteger o seu interesse nacional. Tal é reforçado pela crescente percepção de que a política de desenvolvimento pacífico encorajou certos Estados da periferia chinesa a tomar medidas provocativas que violam o interesse nacional chinês, nomeadamente relativo a disputas no Mar do Sul da China e no Mar da China Oriental. É então argumentado que a política de “ascensão pacífica” não significa necessariamente a ausência de conflito. Mesmo que pequenos conflitos ocorram entre a China e determinados Estados sobre certas matérias, estes não retiram o caráter geral pacífico da ascensão chinesa (Zhang, 2015).

O segundo atributo prende-se com o comprometimento recíproco ao desenvolvimento pacífico. De acordo com Xi, apenas quando os outros países se

comprometem à paz poderá existir um estado de coexistência pacífica. Neste sentido, Xi Jinping re-imaginou a natureza e o propósito da política da “ascensão pacífica”. Embora tenha sido criada imbuída no contexto de mitigar preocupações externas sobre o desenvolvimento chinês, sob Xi, a China procura também comprometimento estratégicos por parte dos restantes países. Assim, o comprometimento à “ascensão pacífica” reside no comprometimento recíproco dos outros Estados (Zhang, 2015).

O terceiro ponto é a abordagem mais proativa e coordenada no sentido de moldar um ambiente externo estável e favorável aos interesses domésticos de desenvolvimento chineses. Este está plasmado na ênfase dado à importância do “*top-level design*” na decisão em política externa. Traduz-se na necessidade em desenvolver visões estratégicas e na condução do planeamento estratégico e coordenação da política externa a nível nacional e o exemplo mais representativo deste modelo estratégico é a Conferência de Trabalho para a Diplomacia Periférica, realizada em 2013. Nela, Xi realçou a importância e o futuro das relações diplomáticas com os Estados vizinhos e, segundo o autor, foi reportado que foram ali estipulados os objetivos estratégicos, princípios base e planos específicos para a diplomacia periférica chinesa para os próximos 5-10 anos. Xi exaltou ainda uma abordagem proativa no sentido de estabelecer boas relações diplomáticas com os Estados vizinhos da China no sentido de estabelecer um ambiente externo favorável. O conceito introduzido por Xi, o “panorama geral de segurança nacional”, reflete também a abordagem “*top-level design*”, segundo o qual Xi afirma que ao tomar decisões em matéria de segurança nacional, deverão ser levados em conta os problemas domésticos e externos, tradicionais ou não tradicionais e de desenvolvimento ou securitários, uma vez que, segundo este, os contextos interno e externo chineses são os mais atribulado na história da China (Zhang, 2015).

Xi Jinping introduz também, ao nível do “*top-level design*”, o “*bottom line thinking*”. Representa a ideia de trabalhar para o melhor e estar preparado para o pior. Requer uma China assertiva na definição dos seus interesses de base invioláveis. Assim, passa a haver uma maior transparência e clareza nas intenções chinesas para terceiros, nomeadamente relativo a determinadas linhas que, do ponto de vista chinês, não podem ser ultrapassadas. A título de exemplo serve a alteração na abordagem da sua relação com a Coreia do Norte. Devido à natureza sensível desta, Pequim absteve-se de criticar publicamente certas ações norte-coreanas. Contudo, em 2013, depois do terceiro teste nuclear coreano, a China posicionou-se publicamente contra “ações provocativas na região”.

O “*bottom line thinking*” está representado ainda numa abordagem chinesa mais dura no que toca a assuntos de disputas territoriais com outros países no Mar do Sul da China (MSC) e no Mar da China Oriental (MCO) (Zhang, 2015). Enright (2021) argumenta até que as manobras chinesas no Mar do Sul da China (MSC) e no Mar da China Oriental (MCO) são os exemplos mais evidentes da política regional mais assertiva de Xi. No NA, a China estabeleceu, em 2013, uma zona de identificação de defesa aérea, sobrepondo-se em larga medida aos espaços aéreos taiwanês e japonês, interferindo ainda com a própria zona de identificação de defesa aérea sul-coreana, e estipula a exigência de identificação a todos os voos que por lá passarem, independentemente da abrangência de espaços aéreos terceiros. No MSC, Pequim justifica as suas ações através da linha de nove raias – uma fronteira marítima, não reconhecida oficialmente, que se estende desde o sul da Malásia até ao este da Filipinas e ao Vietnã ocidental, representando as suas reivindicações históricas de Pequim no MSC (Enright, 2021).

Hayes (2020) afirma que Xi Jinping cimentou-se como uma força poderosa na política doméstica e internacional da China. No décimo nono Congresso do PCC o “Xi Jinping Thought” (Pensamento de Xi Jinping) foi canonizado na constituição chinesa e, segundo afirma o autor, a significância deste passo é autoevidente. Xi é agora o mais poderoso líder chinês desde Mao, com um Pensamento reconhecido na constituição associado a si pessoalmente. Ainda, em 2018, foi anunciada uma emenda constitucional que permitiu a remoção do limite de dois mandatos para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da RPC, aprofundando, assim, o poder de Xi no plano doméstico. Esta alteração foi acompanhada pela inclusão dos objetivos dos “Dois Centenários” e do Sonho Chinês na constituição do Partido (Hayes, 2020).

Desta forma, os objetivos de Xi tornaram-se nos princípios guiadores dos assuntos domésticos e internacionais. Aliado ao Pensamento de Xi Jinping, segundo uma declaração do mesmo numa Conferência em Pequim, em 2018, os esforços diplomáticos chineses estão também interligados com o conceito do Sonho Chinês. Neste, Xi argumenta que a diplomacia deve acelerar o rejuvenescimento da nação chinesa, promover a paz, desenvolvimento, segurança e estabilidade, trabalhando em conjunto no sentido de um futuro comum para a humanidade (Hayes, 2020).

Sibula (2020) afirma que a imagem de uma China moderna e confiante foi capturada no conceito do Sonho Chinês. Xi introduziu a ideia em 2012, no décimo oitavo congresso do PCC, ao tornar-se Secretário-Geral do partido. O Sonho Chinês é apresentado como a

visão para o desenvolvimento chinês das próximas décadas, tendo como conceito fundamental o rejuvenescimento nacional (Sibula, 2020).

A ideia do Sonho Chinês começou a ganhar forma ainda durante a liderança de Hu Jintao. Um dos primeiros a escrever nesta matéria, Li Junru, procurou legitimar a continuada manutenção do poder do PCC através do apelo à continuidade histórica e conquistas. A receção dos jogos olímpicos de 2008 foi o pináculo do sucesso até então, personificando a ideia do sucesso coletivo chinês em detrimento do sucesso individual dos chineses. O PCC passa a ser apresentado como a solução aos desafios da China dos últimos 150 anos – não fazendo referência, contudo, ao Grande Salto em Frente e à Revolução Cultural. A vantagem deste termo reside na sua plasticidade, uma vez que, sendo um conceito vago e aspiracional, oferecia uma narrativa de esperança que substituiria a retórica cansada do socialismo de características chinesas (Ferdinand, 2016).

Um ano mais tarde Xi Jinping assume o cargo de Presidente chinês, em 2013, e nesta altura a ideia do sonho chinês tinha já alguma tração, atraindo um variedade de interpretações, todas com interesses e preocupações que refletiam as flutuações da opinião pública que sustentam as políticas públicas chinesas. Apesar do crescimento económico, as elites do PCC estavam descontentes com a confusão ideológica dentro do regime e havia o descontentamento generalizado com a aparente falta de rumo. Neste sentido, era necessário criar uma macronarrativa capaz de abarcar as transformações, reformas e transições, enquanto mantém o compromisso para com uma missão coerente e abrangente, para que, desta forma, o partido não apele apenas ao lado material, mas também ao lado ideacional. O sonho chinês enquadrou-se neste propósito e Xi Jinping tornou-o na bandeira ideológica do regime, a par da sociedade harmoniosa. De acordo com o próprio Xi:

“The China dream is the inner meaning of upholding and developing socialism with Chinese characteristics.’ Its essence was ‘a rich and powerful country, revitalizing the nation and enhancing the well-being of the people’”. Neste sentido, Gao Yu afirma que “Xi’s dream is not the people’s dream. What is intended is a red dream” (Ferdinand, 2016, p. 946).

O discurso diplomático na era de Xi demonstra continuidade num aspeto fundamental: defende o tema da igualdade de todos os Estados no Sistema Internacional

como forma de defender a China do que Pequim avalia serem esforços ocidentais no sentido de minar a estabilidade chinesa e a sua influência no exterior. Contudo, como já foi referido, a política externa sob Xi Jinping valoriza-se de forma diferente, tornando-se mais assertiva de forma a justificar e facilitar a expansão da influência chinesa para o exterior (Nathan & Zhang, 2022). Esta postura mais assertiva e confiante da China nos assuntos de política externa sob Xi Jinping reflete-se, nomeadamente, em duas iniciativas que Zhang (2015) sublinha: a “*new type of great power relationship*” e a “*community of common destiny*” (Zhang, 2015).

Em 2013, Xi expandiu a ideia de “*a new type of great power relationship*” de forma a abranger todos os Estados. Xi afirmou que “*all countries should jointly promote the establishment of a new type of international relations (xinxing guoji guanxi) with cooperation and win-win as the core*” (Nathan & Zhang, 2022, p. 60). Neste sentido, uma das razões apresentadas por Xi para a adoção do seu modelo foi a ideia de um futuro partilhado. Assim, o termo “*community with a shared future*” foi formalmente utilizado pela primeira vez no discurso¹³ dado em 2017, nas Nações Unidas, intitulado “*Work Together to Build a Community of Shared Future for Mankind*”. Neste, Xi afirma que, dadas as incertezas desta era, é necessário uma ordem internacional justa e sensata, e que a proposta chinesa para esta ordem seria a de criar uma comunidade de futuro partilhado para a humanidade e atingir desenvolvimento partilhado e *win-win* (Nathan & Zhang, 2022).

A Comunidade de Destino Comum é uma ideia que foi desenvolvida com o objetivo de fortalecer as relações chinesas com uma variedade de países e, em particular, com os Estados vizinhos. Representa a intenção de providenciar uma “solução chinesa” para a abordagem dos problemas dos países asiáticos e para o desenvolvimento e estabilidade internacional. Representa ainda a vontade da China em desempenhar o papel de líder na comunidade internacional através da contribuição da “sabedoria chinesa”. Zhang (2015) adianta ainda que, sob a liderança de Xi, a Comunidade de Destino Comum deixou de ser apenas uma narrativa diplomática e tornou-se em esforços concretos, refletido, segundo o

¹³ O discurso arrastou ainda vários outros temas sobrepostos: o de que nenhum Estado deve intervir em assuntos internos de outros; todos os Estados – e não apenas alguns – devem gerir conjuntamente os assuntos internacionais; privilegia o diálogo sobre a guerra; as grandes potências devem tratar os restantes como iguais; os Estados devem participar em situações *win-win* de forma a criar uma situação de desenvolvimento comum; a abertura de uma economia comum mundial benéfica a todos; e o entendimento de que a diversidade civilizacional deve ser o motor que faz a civilização humana avançar (Nathan & Zhang, 2022).

autor, na vontade chinesa de estabelecer relações económicas e comerciais com outros Estados, nomeadamente, através da Belt and Road Initiative (Zhang, 2015).

Contudo, apesar da sua percetiva suavidade, a Comunidade de Destino Comum contém vários níveis de complexidade e alguns contraditórios até, argumentam Nathan e Zhang (2022). Primeiro, o seu conceito procura distanciar-se e fazer contraste com a política externa americana. “Soberania e igualdade” apontam para uma China que, unilateralmente, não invade ou sanciona outros Estados, ao contrário do que argumentam os chineses sobre os Estados Unidos. “Democratização das relações internacionais” perceciona uma China que não se coloca na posição de garante de uma ordem internacional fixa, acusando os Estados Unidos de o fazer (Nathan & Zhang, 2022).

Segundo, apesar de acusada da intenção de minar a ordem internacional liberal, a China posiciona-se como defensora da ordem internacional existente contra as mudanças revisionistas dos Estados Unidos. Apesar de, narrativamente, defenderem as normas internacionais estabelecidas, a China e os Estados Unidos não entram em acordo sobre os princípios basilares que devem ser preservados. A China compromete-se a manter certos elementos – como o mecanismo de resolução de disputas da OMC – mas resiste a outros promovidos pelos americanos – como a intervenção humanitária (Nathan & Zhang, 2022).

Terceiro, o conceito da Comunidade de Destino Comum procura posicionar a China ao lado dos países em desenvolvimento, como iguais, e como uma potência líder do Sistema Internacional que exerce influência sobre os outros Estados. Durante décadas a China tratou a não-ingerência mútua nos assuntos internos como um princípio chave da diplomacia. Contudo, à medida que o poder chinês vai aumentando, deixa de estar limitada à conceção vestefaliana de não intervenção. A China está, agora, disposta a liderar o processo de reforma do sistema de governança global. Neste sentido, assume legítima a intervenção de uma grande potência em assuntos de outros Estados com o objetivo de assisti-los na realização dos seus próprios interesses (Nathan & Zhang, 2022).

Quarto, de forma a justificar e dar alguma legitimidade à ideia de uma China contida de utilizar o seu poder de forma egoísta, os diplomatas chineses sugerem que o uso altruísta de poder está enraizado na cultura chinesa, afirmando que, segundo o Ministro das Relações Externas chinês, Wang Yi (Nathan & Zhang, 2022):

“In its five thousand-year history, the Chinese nation has developed the human-oriented concept of loving all creatures as if they are your kind and all people as if they are your brothers, the political philosophy of valuing virtue and balance, the peaceful approach of love, non-offense and good-neighborliness, the idea of peace being of Paramount importance and harmony without uniformity as well as the personal conduct of treating others in a way that you would like to be treated and helping others succeed if you want to succeed yourself. These traditional values with a unique oriental touch provide an endless source of invaluable cultural asset for China’s diplomacy.” (Nathan & Zhang, 2022, p. 62)

No entanto, o confucionismo clássico, ao qual, segundo os autores, se refere implicitamente Wang Yi, é altamente hierarquizado – exemplo disto são as cinco relações basilares da sociedade confucionista. Os valores autoritários são exacerbados no revivalismo confucionista contemporâneo, segundo o qual é utilizado para incutir disciplina e deferência à autoridade, estão em direta oposição aos ideais liberais e direitos-orientados (Nathan & Zhang, 2022).

Finalmente, contudo, enquanto que a China alega basear a sua diplomacia nos valores tradicionais, não os exporta para o exterior. Por sua vez, afirmam os autores, a posição da China sustenta-se no valor igual de todas as civilizações humanas. Neste sentido, segundo um discurso de Xi na UNESCO: *“All human civilizations (...) have their respective strengths and shortcomings. There is no perfect civilization in the world. Nor is there a civilization that is devoid of any merit. No one civilization can be judged superior to another”* (Nathan & Zhang, 2022, p. 62). É perceptível a posição chinesa em relação ao relativismo cultural – segundo o qual todos os sistemas de valores são igualmente válidos e merecedores de respeito. No entanto, o relativismo cultural da China contemporânea envolve um paradoxo, uma vez que a cultura tradicional chinesa não adere ao relativismo cultural, acreditando na sua como a mais avançada das civilizações e que as pessoas tornar-se-iam tão civilizadas quanto dispostas a abraçar os valores chineses. A ideia da igual validade de todas as culturas nasceu do liberalismo do pós-II Guerra Mundial e foi adotado pelos líderes chineses com o objetivo de se defenderem do criticismo externo em matéria de Direitos Humanos (Nathan & Zhang, 2022).

Os autores argumentam ainda que, além do tema central da Comunidade de Destino Comum, a retórica diplomática chinesa envolve três narrativas apontadas a públicos-alvo específicos. O primeiro é o discurso identitário apontado às (aproximadamente) 60 milhões de pessoas de etnia chinesa no estrangeiro. Embasado em termos emocionais, o discurso apela à ideia de uma cultura e etnia chinesa que transcende a cidadania nacional. Neste sentido, a identidade étnico-cultural requer e determina apoio para projetos específicos do regime de Xi. Ao associar políticas do governo com a “nação e a sua cultura”, o regime torna a defesa da sua sobrevivência na China numa causa de sobrevivência étnico-cultural de todos os chineses. Contudo, este apelo à diáspora chinesa cria desconfiança nos países que a abarcam, nomeadamente em Singapura, Austrália, Europa, Estados Unidos e Nova Zelândia (Nathan & Zhang, 2022).

A segunda narrativa celebra o compromisso com os valores marxistas. O tema do marxismo é, segundo os autores, minimizado na maioria da diplomacia chinesa de forma a beneficiar a integração de Pequim na arena global. Contudo, o comprometimento mútuo para com o socialismo é corroborado pela manutenção de comunicações com os países que se identificam ainda como marxistas: Cuba, Vietnam, Laos e Coreia do Norte (Nathan & Zhang, 2022). Não obstante, é duvidoso, afirmam, o avanço do socialismo representar uma importância expressiva para a diplomacia chinesa. Não existem sinais de promoção do entendimento marxista chinês noutros países, servindo, por sua vez – como ritual de afirmação de ideologias partilhadas – de instrumento diplomático para manutenção de boas relações com países suprarreferidos (Nathan & Zhang, 2022).

A terceira narrativa é direcionada à defesa da posição internacional chinesa em matéria de direitos humanos. A China cimenta a sua posição de defensora das instituições e normas internacionais de Direitos Humanos, mas fá-lo, argumenta, de forma a respeitar as diferenças culturais e a soberania dos Estados, demarcando-se, assim, dos Estados Unidos, que, segundo o entendimento de Pequim, utiliza os direitos humanos como ferramenta para impor as suas preferências (Nathan & Zhang, 2022)

Uma ideia tão vaga como a Comunidade de Destino Comum consente várias interpretações por diferentes audiências. E por isto, Nathan e Zhang (2022) argumentam que é importante perceber o que escrevem os líderes intelectuais em Relações Internacionais chineses, uma vez que estes revelam uma visão hierárquica do Sistema Internacional, com a China no topo, de forma mais explícita que o discurso oficial de Pequim. Afirmam, então, que a Escola Chinesa, em contraste com as teorias ocidentais – que tentam ser objetivas e

científicas –, é intencionalmente moralista e prescritiva, uma vez que combina elementos analíticos e normativos. O grupo de intelectuais por detrás da Escola Chinesa argumentam que a China antiga detinha um conceito de ordem mundial ético, conformado com a hierarquia natural e em que todos beneficiavam. Adiantam ainda que a China moderna, devido à sua influência económica, localização central e uma civilização tecnicamente e moralmente avançada, poderá desempenhar novamente o mesmo tipo de liderança de outrora. Seria uma ordem mundial cooperativa, coletiva e hierárquica, baseada na moralidade (Nathan & Zhang, 2022).

CAPÍTULO III
ESTUDO DE CASO: BELT AND ROAD INITIATIVE

1. Revivalismo Histórico: a nova Rota da Seda

A análise mais detalhada à Belt and Road Initiative, a grande bandeira da governação de Xi, não foi propositadamente tratada no capítulo anterior uma vez que será detalhadamente explorada aqui, no Capítulo III.

Hu Jintao tomou como prioridade os assuntos domésticos da China, tendo como agenda a criação da “sociedade harmoniosa” com o objetivo de atingir o “Sonho Chinês”. Sustentado na crescente capacidade económica chinesa e na sua adaptação a um “novo normal”, Xi Jinping desvia as suas prioridades para o Sistema Internacional. (Jackson & Shepotylo, 2021). Assim sendo, o próprio anuncia a BRI em 2013, durante uma visita ao Cazaquistão e à Indonésia, recorrendo ao background histórico chinês da antiga Rota da Seda que interligou a China às restantes civilizações. Neste sentido, a escolha do local em específico desempenhou o papel de lembrar os laços entre a China e os seus vizinhos e os benefícios mútuos que obtiveram da antiga rota. Desta forma, Xi Jinping anuncia a BRI no Cazaquistão e Indonésia com o objetivo de conceder legitimidade, logo à partida, ao projeto proposto de forma unilateral (Chang, 2019). As antigas Rotas da Seda, explica Pröpper (2020), eram um organismo vibrante edificado pela interconectividade das civilizações. Emergiram das vias de comércio que interligavam crenças políticas, culturais e religiosas, uma infraestrutura monetária de sistema de crédito e legislação tributária progressiva, grandes centros urbanos – Merv, Samarqanda, Kashgar, Cabul e Shenzhen – e refúgios intelectuais em Bagdade, Bucara e Balkh. Estas cidades seriam conhecidas pela sua tolerância, comércio, inovação, ciência, religião e, eventualmente, decadência. Esta rede imensa, que se iniciou em 600 a.C., com uma estrada a interligar a Pérsia ao centro da Ásia, expandiu-se durante a dinastia Han (200 a.C.). A crescente ambição dos imperadores da dinastia de Han levou ao aceleração no sentido de um Mundo entrelaçado. Assim, as Rotas da Seda foram um catalisador de prosperidade, cooperação e tolerância, apesar das diferenças étnicas, linguísticas e religiosas. Como parte do sucesso das antigas Rotas da Seda, a China percecionou-se como a civilização proeminente mundial (Pröpper, 2020).

Com um investimento projetado em 1.4 triliões USD, a BRI é equivalente, equiparado aos valores de hoje, a doze vezes mais o valor do Plano Marshall, e os seus benefícios não se limitam à maior integração económica. É um meio de enaltecer o papel da China como uma potência global e realizar a visão a longo-prazo de Xi de tornar a China no poder dominante na Ásia (Niebel, 2021). Foi proposta de forma unilateral, com foco na

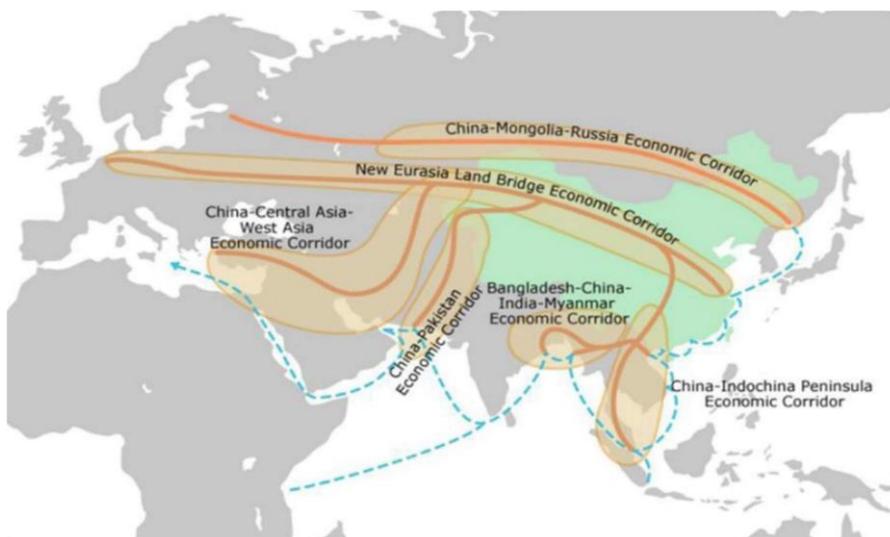
conectividade e cooperação, e é um projeto de escala geográfica e financeira sem precedentes (Chang, 2019). De forma a facilitar o desenvolvimento dos continentes asiático, europeu e africano, a China pretende, através da iniciativa, criar uma rede de infraestrutura, incluindo estradas, caminhos-de-ferro, telecomunicações, oleodutos e portos (ver Figura 3 e Figura 4).

Figura 3



Fonte: Chang, Y. Y. (2019). Understanding the Belt and Road Initiative (BRI): An Initiative to Make China Great Again?. *European Journal of East Asian Studies*, 18(1), 7-35. [referência de 30 de Novembro de 2000]. Disponível na Internet em: <https://brill.com/view/journals/ejea/18/1/article-p7_3.xml>

Figura 4



Fonte: Chang, Y. Y. (2019). Understanding the Belt and Road Initiative (BRI): An Initiative to Make China Great Again?. *European Journal of East Asian Studies*, 18(1), 7-35. [referência de 30 de Novembro de 2000]. Disponível na Internet em: <https://brill.com/view/journals/ejea/18/1/article-p7_3.xml>

Em terra, a BRI conectará a parte subdesenvolvida chinesa até à Europa através da Ásia central. Já em água, é pretendido interligar o sudeste asiático até às províncias do sul chinesas. Enquanto que o foco está no desenvolvimento de autoestradas de alta velocidade e numa rede de oleodutos, o desenvolvimento de portos marítimos para interligar o transporte por via terrestre é a missão principal da “*maritime road*”. De forma a suportar os custos de financiamento da BRI, a China lançou uma série de instituições financeiras globais – alternativas às estabelecidas no Sistema Internacional – como o Silk Road Fund e o Banco Asiático de Investimento e Infraestrutura (BAII) em 2014 e 2015, respetivamente. O Silk Road Fund é financiado por várias instituições estatais chinesas e ronda os 40 mil milhões USD. Por sua vez, o BAII foi criado com um financiamento de 100 mil milhões USD, especificamente para projetos de infraestrutura na Ásia (Chang, 2019). O BAII, liderado pela China desde a sua criação, em 2015, financia parcialmente vários projetos sob a BRI e detém, atualmente, 105 membros – 46 membros regionais; 45 membros não-regionais e; 14 membros-potenciais (de acordo com o site oficial do BAII¹⁴) – e é considerado instituição rival ao Banco Mundial. O fluxo de capital e investimento pelas instituições do BAII tornam-no no mecanismo de financiamento primário da BRI. Cerca de 22 mil milhões USD, em fundos de investimento para 108 projetos, foram suportados pelo BAII até ao final de 2020 – com a exceção de um empréstimo feito ao Sri Lanka, no valor de 180 milhões USD. No mesmo ano da fundação do BAII foi instituída a Parceria Estratégica Regional Abrangente (RCEP – sigla inglesa). A RCEP reduz as tarifas em 92% do comércio entre os Estados-membros, entre os quais a China, Austrália, Indonésia, Japão, Coreia do Sul e Singapura. Esta liberalização comercial conduzirá, afirma Niebel (2021), a níveis maiores de investimento chinês, tornando esta região mais dependente de Pequim (Niebel, 2021).

A BRI, o BAII e a RCEP são sintomas do crescimento económico substancial da China no séc. XXI, estando interligados às ambições chinesas de alcançar o estatuto de grande potência. A China surgiu nos mercados internacionais em 2003, depois da adesão à OMC. O ocidente esperava, então, democratizar o governo de Pequim, através da imposição das normas do liberalismo e do comércio livre através das instituições internacionais. Contudo, não foi este o caso, uma vez que o PCC foi capaz de manter a sua legitimidade autocrática, sustentada na sua habilidade de criar rápido crescimento económico. Desde a

¹⁴ Cf. Asian Infrastructure Investment Bank. (2022, maio). *Members and Prospective Members of the Bank*. [Referência de 15 de julho de 2022]. Disponível na Internet em: <<https://www.aiib.org/en/about-aiib/governance/members-of-bank/index.html>>

adesão à OMC a China tem crescido, anualmente, 18% no comércio internacional e cerca de 10% no PIB, de forma consistente. A integração da economia chinesa nos mercados internacionais permitiu a Pequim utilizar a sua grande capacidade económica de forma a criar uma força de trabalho avassaladora – através da rápida urbanização da sua classe trabalhadora –, permitindo usufruir de vantagens comparativas na manufatura. O resultado positivo da exploração das suas vantagens comparativas permitiu à China transitar o seu foco económico, que até então se prendia no mercado de exportação, para o investimento externo, acelerado pela crise de 2008 – limitou ao ocidente a capacidade de absorver as exportações chinesas, criando, assim, a necessidade de integração económica com outros mercados globais (Niebel, 2021).

A BRI é parte de uma nova “diplomacia periférica” chinesa, em operação desde 2013 – representada por vários como um reflexo, ou do desvio do foco internacional para a Ásia, em detrimento do Ocidente, ou de uma nova direção que reequilibra as relações da China com a Ásia, África e Europa. Ao longo do período de desenvolvimento da BRI, Xi tem sido vocal relativamente à arquitetura de segurança asiática, construída em torno de tratados de segurança bilaterais entre os Estados Unidos e os seus aliados. Segundo o próprio, “cabe às pessoas da Ásia resolver os assuntos da Ásia e garantir a segurança na Ásia. As pessoas da Ásia têm a capacidade para atingir a paz e a estabilidade na região através de maior cooperação” (Nordin & Weissmann, 2018). Callahan (2016) resume a política externa da história recente da China da seguinte maneira: o objetivo da política externa de Mao Zedong foi a libertação nacional e revolução global. O objetivo da política externa sob Deng Xiaoping foi o de fomentar o desenvolvimento económico interno, garantindo a sobrevivência da liderança do Partido Comunista Chinês. Assim, o slogan de Deng, “*Tao Guang Yang Hui*” (traduzido para inglês: “*bide one’s time and hide one’s capabilities*”) caracterizou uma política externa de paz e prosperidade pragmática que salientou a cooperação económica, em detrimento de competição securitária. Ordenava a China a não assumir uma posição de liderança no Sistema Internacional, abordagem pela qual Jiang Zemin e Hu Jintao se guiaram (Callahan, 2016). Apesar da tendência de maior proatividade na política externa chinesa poder ser ligada à liderança de Hu Jintao, intensificou-se de forma substancial com Xi. Examinada ao detalhe, afirma Parepa (2020), esta revela uma estratégia unitária e coerente que almeja criar um ambiente regional favorável a Pequim no longo prazo. Afirma ainda que, baseado nos alvos específicos das iniciativas que foram

promovidas pelo governo chinês, existem cinco dimensões de ativismo externo¹⁵ que podem ser identificados: iniciativas que procuram estabelecer novos mecanismos de cooperação multilateral (a título de exemplo: o estabelecimento da OCX); iniciativas com o objetivo de criar uma imagem da China como uma potência responsável e promotora de paz através de assistência ao desenvolvimento e à segurança a países em desenvolvimento; iniciativas à procura de promover conceitos e mecanismos alternativos no plano securitário (exemplo: Fórum Xiangshian); iniciativas no plano da diplomacia pública e cultural, com o objetivo de criar uma imagem positiva da China (exemplo: Institutos Confúcio) e; iniciativas transcontinentais, como a BRI (Parepa, 2020).

A BRI abarcava inicialmente dois componentes: o Cinturão Económico Rota da Seda e a Rota da Seda Marítima do Século XXI. Contudo, estes continuaram a crescer, revelando potenciais interesses expansionistas e, portanto, em 2017, no primeiro Belt and Road Fórum, foi anunciada a Rota da Seda Digital e a Rota da Seda Polar. Parepa (2020) argumenta aqui o carácter fluido da BRI e adianta que este é ainda revelado pelo facto de que, enquanto que existe seis corredores claramente delineados, vários outros projetos, de natureza bilateral e multilateral podem ser rotulados sob o guarda-chuva “Belt and Road” (Parepa, 2020). Neste sentido, Chang (2019) faz os contornos de cinco prioridades da BRI: coordenação de políticas, conectividade de infraestrutura, comércio livre, integração financeira e relações “*people-to-people*”. Enquanto que a cooperação para o comércio e investimento é a principal tarefa a desenvolver pela BRI, as quatro restantes podem ser desenhadas da seguinte maneira: conectividade de infraestrutura é a área fundamental; coordenação de políticas atua como garantia; integração financeira é a base e; as relações “*people-to-people*” proporcionam apoio público. Além disto, existem quatro princípios centrais que devem ser abraçados: abertura e cooperação; harmonia e inclusividade; operações de mercado e; condição de *win-win* para os Estados envolvidos – ou benefício mútuo (Chang, 2019).

Apesar de ser apresentada unilateralmente pela China, as rotas planeadas pela BRI dependem, por fim, do compromisso recíproco dos Estados parceiros (Chang, 2019). A BRI foi publicada como o catalisador para o desenvolvimento da economia chinesa e internacional. Conta já com 150 países e organizações que representam cerca de 70% da população mundial e 50% do PIB mundial. Dentro deste *framework*, a China investe em infraestrutura – portos, aeroportos, autoestradas, caminhos-de-ferro, oleodutos e centrais

¹⁵ Expressão utilizada pela autora para se referir ao conjunto de iniciativas de política externa da China no séc. XXI (Parepa, 2020).

elétricas. Promove transações transnacionais entre a China e os países participantes e beneficia os países envolvidos em desenvolvimento de infraestrutura nacional, crescimento económico e bem-estar da população (Ly, 2020). Ou seja, a proposta apresentada pela BRI tem implicações multifacetadas, não só para a China, mas também para os restantes Estados envolvidos. Para a China, a BRI trará estabilidade política, crescimento económico continuado e um papel mais relevante nos assuntos internacionais. Para os restantes países, representa uma nova forma de cooperação e desenvolvimento intercontinental que, não obstante, poderá implicar perda de capacidade geopolítica face a Pequim (Chang, 2019).

Assim, dado os potenciais impactos geopolíticos da BRI, é importante, de acordo com Li (2020), reter um entendimento aprofundado das motivações por detrás dos processos de tomada de decisão. Ohashi (2018) afirma que é perceptível uma alteração na postura da política de abertura no “*Study on China’s Foreign Trade Development Strategy in the Post-Crisis Period*” (Estudo da Estratégia de Desenvolvimento do Comércio Externo Chinês no Período Pós-Crise), segundo o qual é proposto uma alteração na política externa económica, depois da crise do Lehman Brothers, em que a China passaria a ser uma entidade ativa na formulação da ordem económica internacional. O estudo defendia a tomada de iniciativa na formulação de regras do comércio internacional, assumindo uma posição de liderança na globalização e integração regional. Assim, adianta Ohashi (2018), Xi Jinping anuncia, em 2013, a proposta da BRI (apresentada inicialmente como o Cinturão Económico da Rota da Seda e a Rota da Seda Marítima do Século XXI) em resposta à proposta apresentada pela, então, Secretária de Estado Hilary Clinton, a “New Silk Road Initiative”, em 2011, com o objetivo de estabilizar a região face à retirada das tropas americanas no Afeganistão. (Ohashi, 2018). Nordin e Weissmann (2018) afirmam que a ideia inicial da BRI foi avançada pelo académico Wang Jisi em 2012, num artigo para o Global Times. Wang Jisi argumentou que a China deveria avançar para oeste, em resposta à influência americana no continente durante a administração Obama, e expandir as relações económicas e de segurança com os seus vizinhos a oeste. A ideia seria que, ao fazê-lo, permitiria à China e aos Estados Unidos evitar entrar em competição direta. Em vez disso, cooperariam em torno de interesses comuns na Eurásia (Nordin & Weissmann, 2018). Li (2020), por sua vez, argumenta que os planos iniciais da BRI não foram criados dentro da lógica de um sistema *top-down*, mas sim por iniciativa do Ministério dos Negócios Estrangeiros chinês, que procurava a possibilidade de integração vários planos económicos regionais envolvendo os Estados-membros da Organização de Cooperação de Xangai (OCX). Ao mesmo tempo, o Departamento dos

Negócios Asiáticos encontrava-se a produzir esforços no sentido de construir uma “comunidade com destino comum” entre a China e a ASEAN e procurava restabelecer a Rota da Seda marítima entre a China e o sudeste asiático. Estas ideias ganham tração com os líderes chineses – especialmente porque se preparavam para enfrentar uma crise de sobreprodução industrial – e tornar-se-iam na base da fundação da BRI. Várias sessões de deliberação preocuparam-se com possíveis soluções e, neste sentido, foi então entendido que o financiamento de projetos de infraestrutura seria a forma mais eficiente de esbater a sobreprodução. Li (2020) adianta ainda que a BRI é também uma resposta à Parceria Transpacífica da Administração Obama que Pequim interpretou como uma forma americana de conter a influência chinesa na região. Foi ainda construído com o objetivo em mente de lidar com o aumento dos problemas securitários entre 2009-2012, devido aos conflitos do mar do sul da China e o reequilíbrio estratégico dos EUA (Li, 2020).

Parepa (2020) salienta três aspetos merecedores de especial atenção no que toca à cooperação ao longo da BRI. O primeiro prende-se com o aumento de esforços chineses no sentido de aumentar o controlo sobre a rede de portos, aeroportos, caminhos-de-ferro e estradas com posição estratégica. Refere o exemplo do Porto do Pireu, que fornece à China acesso direto à Ásia, Europa de Leste e ao Norte de África. Facilita, então, o acesso ao Médio Oriente onde se encontram fornecedores energéticos significativos. Permite ainda o acesso à Líbia e Argélia, onde operam várias empresas chinesas. Em 2020, três empresas estatais chinesas controlam ou têm um número significativo de ações em 24 portos desde o Egito até à Indonésia e da Bélgica a Israel, dos quais sete são europeus. Este investimento permite à China acesso privilegiado em todo o Mundo que pode ser justificado pelas crescentes necessidades económicas, mas que não deixam de representar, no longo prazo, uma infraestrutura imensa que poderá oferecer supremacia, especialmente no contexto do aumento da competitividade económica, afirma a autora. A rede de infraestrutura, que combina portos, caminhos-de-ferro e aeroportos, providenciam à China acesso otimizado em todo o Mundo, mas a concentração destes ativos na Europa é singular, sendo maior que em qualquer outra região. Além disto, alguns dos ativos representam infraestruturas de interesse crítico e desempenham um papel significativo na rede de segurança regional, como é o caso do aeroporto de Tirana, na Albânia, e o porto de Haifa, em Israel (Parepa, 2020).

O segundo aspeto relaciona-se com a aquisição estratégica de setores críticos, percecionados como ativos, e que podem afetar a segurança e resiliência nacional em alturas de crise, e competitividade internacional, especialmente em termos tecnológicos, de

determinados Estados. A autora afirma que a preferência chinesa por este tipo de investimento tem deixado Estados em alerta, mas os potenciais riscos de segurança têm sido negligenciados. As preocupações salientadas prendem-se com o setor das telecomunicações, tecnologia nuclear, matérias-primas e aquisições de alta-tecnologia (Parepa, 2020).

O terceiro aspeto prende-se pela habilidade crescente da China em utilizar assistência financeira, investimento direto estrangeiro (IDE), em parcerias assimétricas como ferramenta de política económica. Tal pode ser observado pela mudança de atitude a favor da China em Estados que beneficiam do financiamento chinês. Esta alteração está interligada com promessas de assistência económica ou alguma pressão nestes Estados para estabelecer relações com a China e foi seguido por acordos económicos significativos e apoios financeiros. Relativamente a Estados europeus, em 2016 a Húngria e a Grécia contestaram uma declaração comum da UE relativamente à disputa do Mar do Sul da China; em 2017, a Grécia impediu a UE de lançar uma declaração conjunta que criticava a China em matéria de direitos humanos e, na ONU, a Húngria recusou-se a assinar uma carta conjunta que denunciava a tortura alegada a advogados na China (Parepa, 2020).

Embora não implique diretamente cooperação securitária, a BRI detém uma visão estratégica de segurança, uma vez que foi desenhada ao longo das principais rotas terrestres e Linhas Marítimas de Comunicação (SLOC, em inglês) utilizadas pela China para a importação de energia e recursos. Neste sentido, a proteção destas rotas revela-se fundamental para impedir que Estados terceiros interrompam os fluxos de importação, não apenas para beneficiar o desenvolvimento económico, mas também para aumentar a autonomia estratégica nas relações internacionais (Parepa, 2020). A BRI vai ao encontro das exigências da expansão naval e segurança energética. Chang dá o exemplo da possibilidade de, através da BRI, diversificar as rotas energéticas chinesas de forma a reduzir a dependência do Estreito de Malaca. É estimado que cerca de 80% do fornecimento energético – maioritariamente de origem do Médio Oriente – atravessa o estreito e, uma vez que a China não tem controlo exclusivo, em caso de disrupção, a segurança energética e alimentar poderia estar ameaçada (Chang, 2019).

A construção da primeira base militar no exterior, em Djibouti, em 2016, revela-se estrategicamente importante uma vez que se situa no ponto-chave da Rota da Seda Marítima, uma vez que o Canal do Suez e o Golfo de Adem são locais suscetíveis de interferência. A cooperação militar melhorada – que permite ao PLA manter cerca de dez mil soldados até 2026 em Djibuti – complementa a cooperação económica representada em vários

investimentos em infraestrutura, como a construção de portos, dois aeroportos, caminho-de-ferro entre a Etiópia e o Djibuti, vários oleodutos e gasodutos e uma central elétrica. A base militar garante presença chinesa a longo prazo ao aumentar a influência regional e facilitar a mobilidade das tropas chinesas. Neste sentido, o desenvolvimento do Djibuti poderá ser percebido como um passo significativo na proteção e manutenção da Rota da Seda Marítima (Parepa, 2020). Assim, a posição chinesa na arquitetura securitária em África sugere uma alteração na sua política de não interferência. Uma vez que detém uma variedade de ativos que enfrentam riscos a nível da segurança, a China desenvolveu alterações no seu envolvimento no seio do Conselho de Segurança das Nações Unidas e intermediou, até, as negociações de paz no Sudão do Sul. Levantam-se, então, questões sobre o nível a que a China estará disposta a intervir e se estes exemplos representam testes calculados no meio de um potencial afastamento de Pequim da sua política de não interferência. No contexto da BRI, há uma aceitação gradual de que a influência económica deve vir acompanhada de um esbatimento da política de não interferência. Os autores argumentam que o continente africano, neste contexto, é o teste de ensaio sobre o grau de interferência que Pequim deverá transpor para o Sistema Internacional (Jackson & Shepotylo, 2021).

Desde a introdução da BRI, o capital chinês continuou a fluir para a economia internacional, aumentando a interdependência económica mundial. O volume de trocas comerciais ao longo da BRI, entre 2014 e 2019 atingiu os 44 triliões RMB, dos quais 9.27 triliões RMB (1.13 triliões de USD) apenas em 2019. A China manteve a posição de líder mundial de parcerias comerciais, com 124 países a ter a China como maior parceiro comercial. Em 2017 e 2018 foi o maior exportador de mercadorias, com cerca de 13% (2.49 triliões USD) do total de exportações mundial (Parepa, 2020).

Contudo, ao interligar os diferentes *frameworks* que a China criou no séc. XXI ou nos que participa significativamente, a BRI é remanescente, afirma Parepa (2020), de uma ordem mundial Sinocêntrica, uma vez que cria uma rede global com a China no centro. Assim sendo, no longo-prazo, os Estados ao longo da BRI terão a tendência em aumentar a sua cooperação com a China, em detrimento de outros Estados, e favorecerão alterar a sua política de cooperação securitária dos Estados Unidos para a China. Neste contexto, a BRI oferece à China oportunidades significativas para moldar o panorama geoeconómico e securitário, substituindo os Estados Unidos como a potência dominante (Parepa, 2020).

2. Narrativas e Enquadramentos da BRI

Em comparação com as anteriores lideranças chinesas, Xi e a sua administração é peculiarmente aberta em relação à sua proposta de liderança regional e internacional. Segundo o relatório *Vision and Actions*¹⁶, de 2015, “em fazer avançar a BRI, a China aproveitará as vantagens comparativas nas várias regiões”. Ainda segundo o mesmo, Xi Jinping e o Primeiro-Ministro Li Keqiang estão a fornecer “orientação e facilitação de alto nível” em relação à BRI. Nos discursos no Fórum Económico Mundial e no Fórum Belt and Road, Xi fez questão de frisar que a BRI é da sua autoria e, desta forma, funciona como uma evolução dos slogans das lideranças anteriores, como o “Mundo harmonioso” de Hu Jintao – muito mais retórico fora da fronteira chinesa. Enquanto que os slogans anteriores seriam mais ambíguos em relação ao papel da China – recordando a sugestão de Deng Xiaoping –, a BRI revela a preparação da China para assumir novos tipos de lideranças. É entendida como a essência da realização do Sonho Chinês e do rejuvenescimento da nação – é o *framework* para a política externa das próximas décadas (Nordin & Weissmann, 2018).

Neste sentido, Loh (2021) argumenta que a BRI não se trata de uma doutrina política, mas sim uma estratégia discursiva de comprometimento que existe amplamente no plano da narração. Esta narração, por sua vez, é também matéria de construção social subjetiva a mudanças dependendo do ambiente internacional do Estado que a produz (Dadabaev, 2018, citado em Loh, 2021). A BRI é, assim, o reflexo da ascensão da China e do seu poder crescente na arena internacional. Reforça as narrativas do governo chinês que retratam a China como a pioneira do capitalismo global, que liderará melhor que os Estados Unidos, ilustrando e justificando uma nova ordem Sinocêntrica (Loh, 2021).

Assim, importa aprofundar o entendimento das “narrativas” nas Relações Internacionais. Utilizando a definição de Miskimmon, O’loughlin e Roselle (2017), as narrativas estratégicas são um meio para os atores políticos construir um significado partilhado da política internacional e moldar o comportamento dos atores domésticos e internacionais. A análise às narrativas permite perceber vários aspetos. Primeiro, as narrativas estratégicas são um meio através do qual os Estados articulam os seus interesses, valores e objetivos para a ordem internacional. Segundo, em termos políticos, tentativas dos líderes políticos no sentido de moldar narrativas têm o objetivo de ultrapassar as restrições

¹⁶ Relatório que evidencia a visão por detrás da BRI. Cf. *Full Text: Vision and actions on jointly building Belt and Road*. Ministry of Foreign Affairs of People’s Republic of China. [referência de 30 de março de 2015]. Disponível na Internet em: <<https://www.mfa.gov.cn/ce/cede//det/zt/yidaiyilude/t1250293.htm>>

institucionais domésticas e internacionais destacadas na literatura histórica institucional. Especificamente, são ferramentas dos atores políticos para alterar o ambiente dialético sob o qual atuam, geram expectativas e estendem a sua influência. Estas são narrativas acerca do Estado e do próprio sistema, centrando-se no “quem somos?” e “que tipo de ordem desejamos?” (Miskimmon & O’loughlin & Roselle, 2017).

Conceptualmente, narrativas são *frameworks* que permitem ao ser humano conectar fenómenos aparentemente desconectados em torno de transformações casuais – e o ponto final desta transformação confere significado às partes do todo. São o ato de contar histórias sobre sequências conectadas da ação humana. A narrativa incorpora uma ordem inicial, um problema que desestabiliza esta ordem e uma resolução que a re-estabiliza – embora que esta ordem poderá ser ligeiramente diferente da inicial. É pautada, portanto, de uma estrutura através da qual ganha sentido. Narrativas estratégicas são representações de uma sequência de eventos e identidades, uma ferramenta comunicativa através da qual os atores políticos – normalmente as elites – tentam dar significado ao passado, presente e futuro de forma a atingir determinados objetivos políticos. Os narradores são, essencialmente, as elites, não se limitando aos governos, mas também a consultores, peritos, professores e analistas políticos em think tanks, universidades e institutos, assim como ministérios que constroem narrativas estratégicas através da interação deliberativa, seguido da comunicação ao público, através de discursos, documentos oficiais, etc. Além disto, as narrativas podem ser transportadas por jornalistas e até filmes e documentários (Miskimmon & O’loughlin & Roselle, 2017).

A metanarrativa da BRI é a história da sua natureza benigna, aberta e harmoniosa. Aliás, por precaução acerca de como poderia ser percebida como um projeto geoestratégico, a “One Belt One Road” passou a ser denominada “Belt and Road Initiative”. Retórica positiva dos *media*, documentos oficiais e académicos marcam a produção narrativa da BRI. Um plano de ação oficial citado por Loh (2021) determina que a BRI está aberta a todos os Estados e organizações internacionais, honrando o respeito mútuo e o mercado livre para atingir prosperidade comum. Além disso, Xi corrobora a conceção benigna da BRI ao afirmar que esta é “um programa de inclusão, e não de exclusão”. No entanto, esta lógica implícita de benignidade é desafiada pelas práticas diplomáticas. Por exemplo, os Institutos Confúcio, um dos pináculos do elemento de política externa do Sonho Chinês, é utilizado como um elemento de *soft power* que promove a cultura chinesa de forma positiva. No entanto, como afirma Loh (2021), estes institutos têm sido utilizados por diplomatas chineses

para influenciar universidades, monitorizar estudantes chineses no estrangeiro e moldar atitudes contra assuntos controversos, como o Tibete e o Taiwan (Loh, 2021)

Assim, apesar da retórica pacífica, as práticas diplomáticas dos atores transgridem frequentemente estas narrativas. O investimento material e simbólico direcionado para a BRI e o Sonho Chinês faz ultrapassar a perceção destas como meramente ferramentas de propaganda. E, neste sentido, o comprometimento dos atores políticos com a narrativa benigna enquanto fazem uso de práticas diplomáticas assertivas torna complicada a conjugação dos dois na prática. Enquanto que a narrativa oficial da BRI explora os conceitos de abertura e paz, as atividades diplomáticas exibem comportamentos assertivos. Apesar da promoção da BRI em termos benignos, há sinais de ceticismo nos Estados asiáticos acerca das reais motivações e intenções chinesas que impede estes Estados de cooperar inteiramente com as iniciativas sob a BRI que, por sua vez, poderá minar as ações do BAI e a implementação dos planos chineses. Além disto, a assertividade chinesa e políticas agressivas relacionadas com reivindicações territoriais no Mar da China Oriental e Mar do Sul da China têm sido instrumentalizadas como uma ferramenta de auxílio para reviver o poder chinês como declarado no Sonho Chinês (Loh, 2021).

Ou seja, convencer o Mundo das vantagens da BRI poderá ser complicado. Gao (2020) afirma que, uma altura em que o crescimento chinês é responsável pelo dinamismo económico de grande parte da economia internacional, o Ocidente tenta minar a expansão da influência chinesa com argumentos como neocolonialismo e, nas disputas no Mar do Sul da China, a BRI é interpretada como um cavalo de Troia para a sua expansão geopolítica. O que se segue é a forma como a China procura promover a BRI, à luz de seis enquadramentos benignos, de forma a procurar alcançar apoio da comunidade internacional: (1) desenvolvimento; (2) respeito e confiança mútua; (3) o poder da história da antiga Rota da Seda; (4) “ações valem mais do que palavras”; (5) China como parceiro, não como colonialista e; (6) cooperação *win-win* - exemplificado na Figura 5 (Gao, 2020).

Figura 5



Fonte: Gao, M. H. (2020). Frames and facilitators by China in promoting the Belt and Road Initiative (BRI). *Thunderbird International Business Review*, 62(2), 125-134. [referência de 30 de Novembro de 2000]. Disponível na Internet em: https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1002/tie.22108?casa_token=7Jtm7LJQ05QAAAAA%3AdY2fw4gDcLvYnH2XyXj6JMOdKvAQktDbT0SiS7Ur8MVSrlwDSTrUZu1_nO4jhtPCq6kZG-pxPkUoap6bLw

O primeiro enquadramento de promoção da BRI aqui explorado foca a sua atenção no (1) desenvolvimento. Explica Gao (2020) que o desejo de certos países de África, Ásia Central e América Latina de desenvolver as suas indústrias alinha-se com os planos da BRI de desenvolver infraestrutura. Os líderes africanos veem na China um motor de crescimento económico. No Equador, a título de exemplo, a maior central hidroelétrica, Coca Codo Sinclair, foi construída em parceria com um consórcio chinês. Em 2016, Xi afirmou que o espírito das Rotas da Seda deveria ser revitalizado, e o desenvolvimento deveria ser o tema maior, beneficiando todas as nações ao longo da BRI, para que o Sonho Chinês esteja conectado com os sonhos dos restantes Estados (Gao, 2020).

A China ambiciona obter laços culturais e políticos mais próximos com os Estados ao longo da BRI, baseados no (2) respeito mútuo e confiança mútua, o segundo enquadramento de promoção da BRI. Gao (2020) argumenta que o respeito e confiança mútuos atraem os parceiros para BRI, ao contrário do poder. Afirma ainda que o diálogo é o princípio guiador na promoção da BRI e o seu objetivo é conectar as pessoas de diferentes culturas e histórias, havendo a necessidade de eliminar as barreiras que impedem o estabelecimento de relações harmoniosas entre Estados vizinhos (Gao, 2020).

As (3) histórias têm poder, adianta a autora. Afirma ainda que Xi relembra as antigas Rotas da Seda como o pináculo da história chinesa – uma altura de *pax sínica*, em que os

bens chineses atravessavam o Mundo, enquanto que as rotas serviam de veículo para a diplomacia e comércio (Gao, 2020). Pequim adotou uma postura nostálgica em relação à antiga Rota da Seda e o seu próprio passado comercial. Esta posição sentimental posiciona as antigas Rotas da Seda como abertas e inclusivas, sugerindo que a revitalização das mesmas é sinónimo de paz e prosperidade (Hayes, 2020).

O quarto enquadramento prende-se com a postura “ações valem mais do que palavras”. Gao (2020) refere então o exemplo das empresas chinesas que participam na BRI avançam com os incentivos políticos e económicos do governo chinês. Cita também Xi Jinping, afirmando que a BRI não se poderá tornar no projeto egoísta apenas com os interesses chineses em vista, permitido aos restantes Estados tomar partido do ímpeto do desenvolvimento económico da China de forma a realizar os seus próprios objetivos. Gao (2020) afirma que esta estratégia de “ações valem mais do que palavras” tem sido bem recebida em África e na América Latina. O Porto de Gwadar, no Paquistão, representa um “megaprojeto” que está a ser completado por empresas chinesas sob a BRI que eleva o sonho de Gwadar de se tornar no “próximo Dubai”, afirma Gao (2020). A primeira fase de desenvolvimento viu já um investimento em 248 milhões USD (Gao, 2020).

Relativamente ao quinto enquadramento, Gao (2020) argumenta que vários países em desenvolvimento na Ásia, África e América Latina percecionam a China como (5) um parceiro do Oriente, em vez de um colonizador do Ocidente. Utiliza o Madaraka Express – um caminho-de-ferro de alta velocidade inaugurado em 2017, no Quénia, com um investimento de 3.8 mil milhões USD, que conecta Nairobi a Mombasa – como exemplo da perceção positiva sobre a China. Financiado pela China, é o projeto de maior envergadura desde a sua independência. Neste sentido, a autora refere o discurso do Presidente Uhuru Kenyatta, no qual se refere à linha de caminho-de-ferro britânica como o “Lunatic Express”, expressando que ao fim de 122 anos pode, enfim, celebrar o estabelecimento do Madaraka Express, que “iniciará o processo de remodelar a história do Quénia” (Duggan & Muktar, 2017, em Gao, 2020).

O enquadramento de cooperação *win-win* é o foco essencial do discurso da promoção da BRI – ilustrado pela posição central Figura 5. Funciona como o contraponto aos jogos de soma nula ou à lógica dos espólios para o vencedor. Cooperação *win-win*, neste sentido, é mais atrativo para o estabelecimento de relações – não só convence economias em ascensão como também económicas desenvolvidas a participar. Em 2018, no Fórum para a Cooperação China-África, Xi, na cerimónia de abertura, apelou a que todos os países

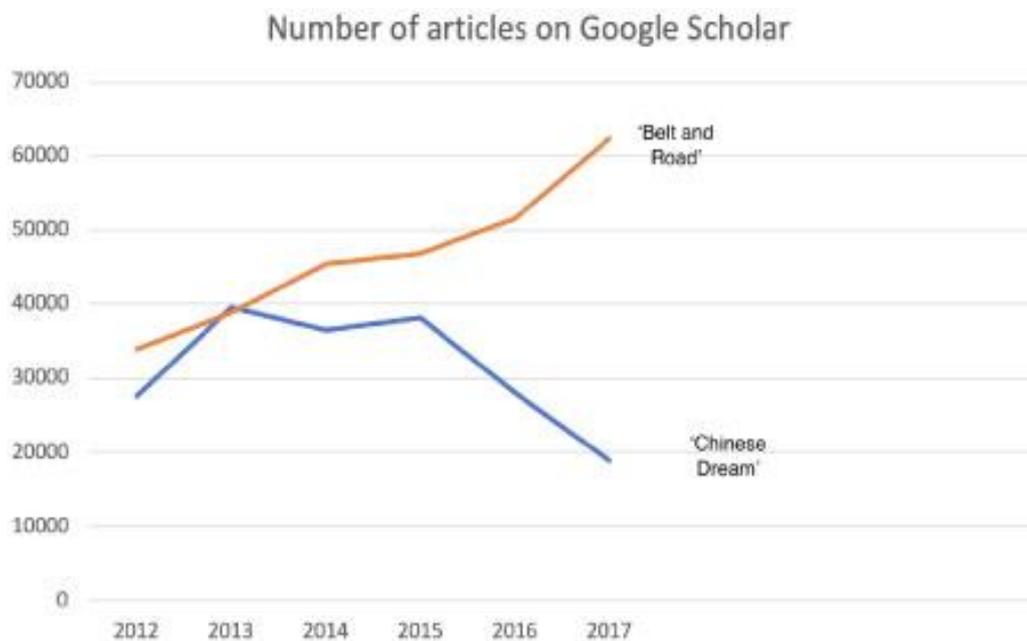
utilizem a BRI como uma plataforma global para a cooperação (Gao, 2020). Neste sentido, Luzheng Song, um acadêmico chinês, cita seis razões pelas quais tenta convencer a União Europeia dos benefícios *win-win* da BRI. Primeiro, a BRI fornece oportunidades económicas às duas partes ao longo das suas rotas. Segundo, a BRI facilita o aumento do comércio entre os dois blocos, permitindo à União Europeia (UE) fortalecer a sua coesão e legitimidade e, assim, levar a uma maior unificação do “destino comum”. Terceiro, a BRI altera a estrutura civilizacional, do núcleo EUA-Atlântico-Europa ocidental, para dois núcleos: China-Eurásia-Europa Ocidental, fazendo com que o *status* da Europa cresça significativamente. Quarto, as rotas da BRI atravessam uma quantidade de países pobres. O desenvolvimento económico destes países limitará a pressão dos fluxos migratórios para a Europa e a expansão do Islamismo pelo Mundo. Quinto, a BRI representa uma nova fase de globalização na qual a UE ambiciona atenuar o crescimento dos populismos de extrema-direita, em ascensão no Ocidente. Sexto, o sucesso da BRI pressionará as instituições multilaterais para competir, numa lógica em que a competição gera progresso e, assim, criará motivação internacional para o desenvolvimento (Bunskoek & Shih, 2021).

Bunskoek e Shih (2021) afirmam que esta ação é tomada de forma a criar alguma racionalidade entre os dois blocos. O primeiro e quarto ponto apresentam a BRI como capaz de oferecer recursos à UE para resolver alguns dos seus problemas. Os pontos três, cinco e seis apresentam a BRI como um modelo alternativo que a Europa poderá apreciar. O ponto dois serve como ponte de relacionamento entre a China e a Europa e, ao aderir ao relacionamento proposto, impor-se-ia uma obrigação moral à Europa de agir em concordância com os rituais relacionais de forma a manter a Comunidade de Destino Comum intacta (Bunskoek & Shih, 2021).

No entanto, Loh (2021) afirma não existir, atualmente, nenhum entendimento sólido acerca do papel dos académicos chineses por detrás da BRI e do Sonho Chinês, apesar da relação simbiótica entre o governo e os académicos no passado. Adianta ainda que um dos efeitos das narrativas da BRI e do Sonho Chinês é a alteração nas práticas académicas, na medida em que os académicos “saltaram para o *bandwagon*” representado pelas duas. Ou seja, Loh (2021) afirma que os académicos têm sido oportunistas no sentido de explorar o moderno. Neste caso, com o Sonho Chinês e, especificamente, com a BRI, a atenção nacional recebida é incomparavelmente alta, atraindo académicos em massa. A flexibilidade das duas narrativas é importante para este efeito. Esta elasticidade é mais aparente quando as instituições e os indivíduos são implicados como co-autores no Sonho Chinês. Loh (2021)

refere o exemplo da miríade de atividades relacionadas com o Sonho Chinês, como torneios de ensaios escritos nas escolas e um concurso nacional de fotografia com o objetivo de abordar as implicações do Sonho Chinês. Ao nível do Estado, a (re)articulação constante do Sonho Chinês permite o fortalecimento de laços sociais com a visão do Partido e confere várias ideias vagas à narrativa, como o patriotismo, união, solidariedade e rejuvenescimento (Loh, 2021).

Figura 6



Fonte: Loh, D. M. (2021). The 'Chinese Dream' and the 'Belt and Road Initiative': narratives, practices, and sub-state actors. *International Relations of the Asia-Pacific*, 21(2), 167-199. [referência de 30 de Novembro de 2000]. Disponível na Internet em: <<https://academic.oup.com/irap/article-abstract/21/2/167/5549877?redirectedFrom=fulltext>>

O gráfico na Figura 6 indica o número de artigos lançados no Google Académico sobre a BRI e o Sonho Chinês entre 2012 e 2017. É perceptível um crescimento continuado de trabalhos acerca da BRI, em detrimento do Sonho Chinês. Evidencia, portanto, a popularidade da BRI e o decréscimo do Sonho Chinês à medida que os recursos têm sido desviados para a promoção da BRI. Demonstra ainda dois aspetos que importam salientar, segundo Loh (2021). Primeiro, o desvio nas práticas dos académicos chineses da produção literária da BRI e, segundo, a ênfase no Sonho Chinês e, mais concretamente, na BRI, criaram um ambiente de maior consciencialização do projeto da BRI, atraindo os atores estatais a reagir à BRI como um facto geopolítico emergente e a formular respostas. Mais concretamente, é visível um ajustamento da comunidade académica chinesa no sentido de

desviar a gravidade intelectual, direcionando-a para a BRI e a projetos associados, criando um efeito dominó nos estudos chineses, à medida que os académicos chineses procuram exportar a sua produção académica para fora da China (Loh, 2021).

Desta forma, os académicos e especialistas chineses têm-se baseado na pesquisa historiográfica e arqueológica para racionalizar a BRI face ao ceticismo na Europa, Índia e Estados Unidos. Assim, a BRI é permeada pelo *historical statecraft* que representa uma oferta para remodelar a identidade chinesa e reconstruir a história global. As narrativas históricas da retórica da BRI indicam um retorno a uma ordem internacional “primordial” – original e natural – mas sob condições atuais. A imagem da antiga rede comercial da Eurásia coloca a China no centro da Comunidade de Destino Comum. Mayer (2018) afirma então que a identidade da China surge tanto das “contribuições significativas para a civilização humana” como dos recentes sucessos da modernização económica. A Comunidade de Destino Comum incorpora certos ideais utópicos que os líderes chineses visionam facilitar o entendimento inter-civilizacional dentro do contexto da BRI (Mayer, 2018).

Tanto no plano retórico e prático, Xi e parte significativa dos trabalhos académicos na BRI são altamente nacionalistas e tomam a China como o seu principal ponto de referência. Argumentam que a China será capaz de manter a sua integridade territorial se for poderosa o suficiente para impedir Estados terceiros de interferir nos seus “assuntos internacionais” – como Taiwan, Tibete ou Xinjiang. A forma central de expandir este poder imaginado – e manter a sua integridade territorial – é através do seu crescimento económico. É, segundo Nordin e Weissmann (2018), precisamente a expectativa do crescimento económico continuado que atrai outros para o modelo de desenvolvimento e perceção do Mundo chineses. Ao mesmo tempo, o discurso de grandeza da China funciona como um condutor essencial do capital de investimento que permite a construção de infraestrutura sob a BRI que, acompanhada de inovações institucionais – Fundo Silk Road, BAI, etc. – e motivadas pelo Sonho Chinês e Rejuvenescimento Nacional, é envolvida na visão da China de ascensão à liderança numa ordem Sinocêntrica. Ou seja, o discurso do poder nacional e integridade territorial da China está sustentada, simultaneamente, em discursos acerca do papel-chave desempenhado pela China como condutora do capitalismo, e vice-versa (Nordin & Weissmann, 2018).

Não é claro ainda, contudo, até que ponto a BRI oferece uma versão distinta de capitalismo. Há quem percece a BRI como um novo modelo económico que precederá o mercantilismo e o comércio livre. A BRI, nesta ótica de Nordin e Weissmann (2018), é parte

de um terceiro modelo, que vai além do modelo de mercado livre, sem deixar de se identificar como capitalista. A liderança económica chinesa da ordem capitalista será apoiada pelos Estados que adotem o conjunto de valores referidos nas narrativas da BRI, como o “espírito Rota da Seda” de “paz e cooperação, abertura e inclusividade, e aprendizagem e benefício mútuo”. Embora definidos pela China, este conjunto de valores deverá ser “compartilhado por todos os países”. Esta retórica segue a narrativa de “harmonia”. As elites chinesas percebem a BRI como capaz de providenciar uma direção clara além dos interesses económicos (Nordin & Weissmann, 2018).

Posto isto, Mayer (2018) coloca então a seguinte questão: dado o potencial carácter controverso das reconstruções históricas, poderia a historicidade chinesa abraçar a heterogeneidade no contexto de um Mundo multifacetado, oferecendo o caminho pacífico que alega? Responde, afirmando que, por um lado, a BRI (apesar do que foi já discutido) está sustentada numa narrativa de abertura. O carácter vago da noção de Comunidade de Destino Comum refere-se a um guarda-chuva de entendimentos mútuos; não existe um discurso binário que desqualifique potenciais participantes e parte da propaganda da BRI celebra a diversidade espiritual e filosófica. Assim, é perceptível uma relação entre a BRI e cooperação internacional para a proteção das heranças culturais. Por outro lado, o carácter aberto da história cria, potencialmente, construções alternativas do próprio passado da China. Assim, “operações historiográficas” em serviço da propaganda impõem complicações para a aceitação das narrativas históricas, que são sempre vulneráveis à contestação (Mayer, 2018).

No entanto, como apontam Nordin e Weissmann (2018), apesar das narrativas da BRI afirmarem-se abertas a todos os países, o *Vision and Actions* refere-se especificamente à “conectividade dos continentes Asiático, Europeu e Africano”, contendo apenas uma referência ao “resto do Mundo”. Assim sendo, o foco da iniciativa reside nestes mas, segundo Xi, a cooperação está aberta aos países das Américas – torna-se evidente, contudo, a ausência dos Estados Unidos do discurso da BRI. Os documentos da BRI sugerem que esta levará a uma “nova forma de grandes relações de poder” (*xinxing daguo guanxi*) que, por sua vez, conduzirá a desafios à ordem internacional vigente. A BRI é aqui importante uma vez que é uma manifestação clara da tentativa chinesa de se apresentar como uma grande potência e um ator internacional fundamental (Nordin & Weissmann, 2018).

Este deslocamento dos Estados Unidos, ao qual Nordin e Weissmann (2018) se referem como putativo, é perceptível, não só nos documentos oficiais da BRI, mas também

nas declarações segundo as quais a China está “comprometida a arcar maiores responsabilidades e obrigações, mediante as suas capacidades, ao abraçar a tendência para um Mundo multipolar”. A visão Sinocêntrica exposta em documentos oficiais e na retórica académica, na China, operam ao criar uma dicotomia China-Estados Unidos, segundo a qual a “bondade da China contrasta com a maldade dos Estados Unidos” (Nordin & Weissmann, 2018, p. 244). Os autores referem ainda mais um exemplo desta retórica, espelhado na tendência do comentário em inglês, mas proveniente da China, sobre a BRI afastar a iniciativa do Plano Marshall, argumentando que este, ao contrário da BRI, excluiu Estados e serviu os interesses da luta pelo poder no Sistema Internacional (Nordin & Weissmann, 2018).

2.1 A BRI como veículo para o Sonho Chinês

Sem negar as vantagens económicas para os Estados envolvidos nas rotas da BRI, Chang (2019) argumenta uma BRI no sentido de garantir estabilidade política e crescimento económico, assim como uma posição reforçada no Sistema Internacional para a China. Essencialmente, acentua a importância que a BRI tem na realização do Sonho Chinês (Chang, 2019). Ao examinar a BRI com Sonho Chinês em consideração, a importância desta iniciativa é mais facilmente percebida, afirma o autor. Para as potências regionais e globais, a realização do Sonho Chinês implicaria uma China na condição de superpotência e líder na gestão dos assuntos internacionais. Tal liderança sugere aumento da utilização de *hard power* e, fundamentalmente, o aperfeiçoamento do *soft power* chinês no sentido de persuadir outros a seguir a sua liderança e aceitar as suas crenças, ideias, tradições, cultura e normas. Ou seja, o Sonho Chinês tem o potencial para alterar o equilíbrio de poder no Sistema Internacional e redefinir a ordem internacional (Chang, 2019). De forma a realizar os objetivos do Sonho Chinês e ultrapassar certas complicações chinesas – dependência energética; sobreprodução e; necessidade de desenvolvimento tecnológico e militar – a BRI surge como o instrumento holístico com capacidade de responder a estas necessidades (Pröpfer, 2020).

Ao nível do discurso, “*tao guang yang hui*” foi, então, totalmente substituído pelo Sonho Chinês. Este implica, segundo Parepa (2020), a Comunidade de Destino Comum, cooperação *win-win* e não tem intenções de desafiar a ordem mundial pela procura de “expansão, hegemonia ou esferas de influência” (Parepa, 2020). É através da BRI que Xi

procura fazer cumprir o Sonho Chinês. A Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma – uma comissão do governo central que tem por objetivo implementar estratégias nacionais de desenvolvimento económico e social – afirma que a BRI se rege pelos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica, linha de base da política externa chinesa desde a década de 1950, procurando, através desta, garantir segurança mútua e fomentar a confiança política – através da coordenação de políticas, fomentar o comércio desimpedido ao longo da BRI, integração financeira e promoção de relações “*people-to-people*” com o objetivo de criar um ambiente cultural harmonioso e amigável. Assim, a BRI tem por objetivo conectar a China às economias desenvolvidas e em desenvolvimento, posicionando-a como o centro de gravidade económico, constituindo ainda o modelo de Xi de construção de um “Sino- Império”. Devido à incorporação do Pensamento de Xi Jinping na constituição, o Sonho Chinês e a BRI são agora fatores determinantes para o legado do Presidente chinês. O Pensamento de Xi Jinping responde aos desafios da China moderna sem deixar, contudo, de transbordar elementos de uma missão civilizadora de uma potência “cada vez mais assertiva e confiante – arrogante, até”. Desta forma, a pressão é significativa para Xi e para o sucesso da BRI, uma vez que o desenvolvimento e prosperidade da China está dependente desta (Hayes, 2020).

Loh (2021) afirma que, de forma justificada, vários autores descartaram o exercício de interpretar o Sonho Chinês e decidiram forçar-se no Sonho Chinês como discurso. Por exemplo, citando Bislev (2015), Loh (2021) afirma ainda que o discurso do Sonho Chinês alterou-se assim que interagiu com o público. Sugere ainda que o Sonho Chinês é uma campanha de comunicação pública que contribui para a criação e manutenção de uma comunidade imaginada, funcionando como um termo abrangente que convida a interpretações múltiplas. Contudo, argumenta o autor, esta abordagem não está inteiramente correta uma vez que interpreta a impressão que o público tem de co-criar o Sonho Chinês como habilidade *de facto* para co-criar a mensagem do Sonho Chinês. A narrativa do Sonho Chinês tem limitações e continua sob controlo do partido. Foi ainda concluído que o Sonho Chinês funciona como uma metanarrativa semi-ambígua na qual se poderão inserir desenvolvimentos positivos e descartar os menos positivos (Loh, 2021).

Hayes (2020) descreve o Sonho Chinês como a articulação ideológica de Xi sobre o desenvolvimento político e económico da China. Na arena doméstica refere-se a uma sociedade rica, ordeira, segura, justa e sem corrupção. No plano global, sinaliza a continuação do desejo em tornar a China numa superpotência capaz de desafiar e,

eventualmente, ultrapassar, os Estados Unidos. Em discursos recentes, Xi incorporou a ideia do rejuvenescimento da China que, segundo o autor, a nível oficial, representa uma vertente nacionalista que procura a restauração da dignidade da China, no seguimento do Século das Humilhações (Hayes, 2020).

A referência do “Sonho Chinês” não é exclusivo de Xi Jinping. De acordo com a definição suprarreferida, a narrativa de “tornar a China num país rico e forte”, em competição com o Ocidente, foi uma parte importante do discurso político da Dinastia Qing. De forma semelhante, Mao articulou, em 1956, o seu desejo de tornar a China num país “forte, rico e socialista”, surgindo, neste sentido, o Grande Salto em Frente. Assim, o Sonho Chinês baseia-se numa tradição que conecta a história, desenvolvimento, modernização, estratégia e o nacionalismo da China numa narrativa singular (Hayes, 2020).

Chang (2019) procura então abordar as implicações do Sonho Chinês sem, no entanto, procurar definir firmemente o seu conceito. Não obstante, as suas implicações são importantes para entender a BRI (Chang, 2019).

Em primeiro lugar, aponta para a singularidade da envolvência do espírito chinês – que enfatiza uma ordem harmoniosa –, da cultura chinesa e da experiência do milagre (económico) chinês. Esta categorização confere ao Sonho Chinês uma atração aspiracional que estimula os outros atores a identificar-se com a sua civilização. A ascensão chinesa indica, neste sentido, não apenas como um Estado-nação forte, mas também uma civilização rejuvenescida. Na mesma linha, o autor afirma que o sonho chinês é distinto e legitimado através da ortodoxia confucionista (Chang, 2019).

Ao realçar as singularidades e diferenciações da cultura chinesa, cria, inevitavelmente, uma narrativa política polarizada entre o “nós” e o “eles”. Contudo, ao fazê-lo, a China forma uma identidade política interna coletiva, que serve, segundo Chang (2019), para demonstrar alternativas possíveis oferecidas pela China. A BRI pode ser considerada o primeiro esforço no sentido de realizar o Sonho Chinês. Uma vez que tem origem na antiga Rota da Seda, a BRI invoca o espírito de conexão dos países vizinhos e está intimamente ligada à cultura e civilização chinesas. (Chang, 2019).

Em segundo lugar, o Sonho Chinês demonstra a confiança, descontentamento e ambição chinesas. Confiança e ambição como um ator importante nas Relações Internacionais e descontentamento com o status quo em que o Sistema Internacional está embebido. É uma narrativa que diz à comunidade internacional que a China tem a capacidade

de moldar o Sistema Internacional à sua imagem; conforme o sonho. É a tentativa chinesa de se colocar em nível de paridade com a Europa e os Estados Unidos e os respectivos sonhos. É a insinuação, de acordo com Chang, de que a proclamação do sonho chinês para a comunidade internacional reflete as dinâmicas de poder. Com o seu crescimento económico e militar, a China é capaz de criar um modelo de desenvolvimento internacional para a comunidade internacional aderir (Chang, 2019).

Chang (2019) continua, afirmando que a ambição do Sonho Chinês poderá ser mais bem entendida ao ter em conta um discurso de Xi Jinping dado no Instituto Estatal de Relações Internacionais de Moscovo, em 2013. Aqui, Xi aponta para três intenções fundamentais do Sonho Chinês: riqueza e poder – referente à China como uma potência importante; rejuvenescimento – reflete a forma como uma nação poderá coletivamente procurar um objetivo, tratando-se do rejuvenescimento da nação chinesa para estabelecer um Mundo harmonioso com a China no centro, mas em que todos os restantes poderão beneficiar; e uma vida melhor – aponta para a necessidade de uma vida feliz e rica (Chang, 2019).

Por sua vez Pröpper (2020) dá relevo ao discurso de Xi Jinping no décimo nono congresso nacional do PCC. Este termina-o da seguinte maneira: “*[While] the wheels of history roll...we will navigate the great ship bearing the great dream of the Chinese people to conquer the waves and reach our destination*” (Pröpper, 2020, p. 11). Este Sonho Chinês de rejuvenescimento nacional é percecionado por vários países, vizinhos e não vizinhos, como uma ameaça à ordem regional e internacional. Contudo, outros Estados da Eurásia não interpretam a renovada assertividade chinesa como uma aspiração à hegemonia, alinhando com o plano chinês de construir “uma comunidade próspera, estável, harmoniosa e de destino comum”. De acordo com a teoria política ocidental, o liberalismo e o realismo não podem existir ao mesmo tempo. No entanto, este discurso aparente propagar ambos – reside aqui o paradoxo (Pröpper, 2020).

2.2 O papel do Confucionismo

O discurso político chinês promove a ideia de que o seu comportamento nas relações internacionais é guiado pelas suas tradições históricas e culturais, baseadas num conjunto de normas específico que promovem uma conduta pacífica e harmoniosa, dando ênfase à preferência chinesa pelas abordagens da cooperação e da coexistência. Enquanto que possam

ser encontradas diferenças, existe a convergência nos planos a longo prazo – desenvolvimento, prosperidade, segurança – que representam a base para uma relação de cooperação. Ao expandir a ideia de “harmonia na diferença” do Confucionismo, o discurso político argumenta uma abordagem adversa ao confronto que implica uma relação harmoniosa enquanto mantém a sua especificidade. Ao fazê-lo, Pequim procura aliviar potenciais preocupações no que diz respeito ao desejo de restabelecer uma ordem regional Sinocêntrica, assim como potenciais preocupações dos Estados africanos que poderão perceber os avanços da China como uma nova forma de colonialismo (Parepa, 2020).

Como foi visto anteriormente, a BRI serve não só o desenvolvimento económico, mas envolve também preocupações geopolíticas e económicas complexas com o objetivo de realizar o Sonho Chinês. Este e a BRI têm atraído interesse no sentido de perceber que impacto terão no Mundo. Contudo, a China parece posicionar-se agora como um dos atores mais influentes no Sistema Internacional. A BRI é importante pois demonstra a visão da China de como se deverá organizar a ordem internacional no futuro e como deverá ser governada. Constitui, segundo Chang (2019), uma visão alternativa do Sistema Internacional, centrada na China (Chang, 2019).

Seguindo esta linha de pensamento, é aqui argumentado a extrapolação de *Tianxia* para as Relações Internacionais na forma da BRI. Assim, segundo Chang (2019), *Tianxia*, que tem como significado “*all under heaven*” – ou “todos sobre o mesmo céu” – é entendida como um conceito filosófico chinês de ordem de política internacional, que enfatiza a ideia de inclusão total, sem excluir nenhum ator do Sistema Internacional e compreende um vasto espaço geográfico. Além disso, a conceptualização confucionista de *Tianxia* refere-se a uma ordem ideal moral e política que não admite qualquer limite territorial – o Mundo inteiro governado por um *sage* em conformidade com os princípios dos rituais e virtude. A não existência de limites territoriais, a coexistência e a relacionalidade são fundamentais para a construção de *Tianxia*. Neste, cada membro existe em relação com o outro. O indivíduo nunca é independente dos restantes. Em relação às diferenças culturais, a relacionalidade detém vários graus de intimidade. Não obstante, cada ator está embebido numa teia de relações e, portanto, *Tianxia* é composta pela coexistência de cada membro. A coexistência implica ainda o respeito pela diversidade e *Tianxia* aponta para uma ordem caracterizada pela virtude e harmonia. É o entendimento do Mundo como uma entidade material geográfica, um coletivo social suportado pelas pessoas e pela ordem mundial. Define, portanto, o Mundo de forma idílica, como uma sociedade que existe dentro da cooperação,

comunicação e harmonia entre todas as nações, que é assegurada por uma instituição reconhecida globalmente. Chang (2019) atenta para o facto de que, para realizar *Tianxia*, as pessoas devem coexistir, com as entidades posicionadas apropriadamente dentro do sistema (em referência às cinco relações confucionistas), para que, desta forma, se mantenha a ordem e se alcance a harmonia. Uma vez que ninguém é excluído e nenhuma unidade poderá estar isolada dos restantes, a inclusividade, a coexistência e a relacionalidade definem o sistema de *Tianxia* (Chang, 2019).

A historiografia chinesa inclina-se sobre a tensão entre o poder material (*wei*) – bandeira do legalismo –, e governação virtuosa e humana (*de*) – bandeira do confucionismo. Contudo, os historiadores confucionistas concluíram, afirmam Bunskoek e Shih (2021), que, na prática, *wei* não subsiste sem *de*, e vice-versa (Bunskoek & Shih, 2021).

Uma vez utilizadas em conjunto – a abordagem materialista em momentos de crise e a tendência de inclusividade e indiferença em relação ao tipo de regime ou valores institucionais –, *Tianxia* poderia abarcar o Marxismo e funcionar como um catalisador intelectual para uma re-imaginação da ascensão da China no séc. XXI para o sistema de *Tianxia*. Assim, os discursos sobre *Tianxia* vão para além dos limites de “dentro” e “fora” e “eu” e “outro”, uma vez que, apenas por existir, pertence a *Tianxia*. Contudo, a China defensora do conceito soberania surge aqui como uma incongruência. Não obstante, no séc. XXI, argumentam os autores, a soberania é insuficiente para demonstrar a influência expansiva chinesa (Bunskoek & Shih, 2021).

A noção de *Tianxia* definiu a perceção chinesa do Mundo durante os últimos três mil anos, afirmam Bunskoek e Shih (2021). Devido à incapacidade da dinastia Qing (1644-1912) de defender o território chinês, o conceito de *Tianxia* perdeu legitimidade. Foi então descartado em favor do modelo ocidental – o Estado-nação e a soberania (Bunskoek & Shih, 2021). A ascensão do Ocidente e do imperialismo europeu não sofreu grande oposição. O desejo chinês de dominar o Mundo não acompanhou o desenvolvimento ocidental e, portanto, levou à diminuição da supremacia tecnológica, económica e militar chinesa. Este desequilíbrio no poder, capacidade e vontade, culminou na derrota chinesa nas Guerra do Ópio, abrindo porta ao “século das humilhações” – período onde a China sofreu derrotas em várias guerras, foi conquistada e ocupada, e perdeu o seu significado percecionado. A perceção nacional e internacional de insignificância durou até à ascensão de Mao (Pröpfer, 2020). Com a vitória de Mao estas concepções foram abandonadas e surgiu a necessidade de explicar a forma segundo a qual a China encara o Mundo. Segundo os autores, essa

necessidade surgiu uma vez que as concepções importadas do Ocidente – teorias em vários planos: económico, de desenvolvimento, das Relações Internacionais, etc. – falharam em estabelecer um *framework* capaz de explicar os contextos e práticas chinesas e como resolver problemas locais (Bunskoek & Shih, 2021).

O conceito de *Tianxia*, revitalizado por Zhang Tingyang, refere-se à ordem internacional segundo a qual a China seria o Império do Meio – ou o centro do Mundo conhecido –, sendo, assim, um símbolo de singularidade e unidade. O Ocidente ocupou esse lugar mas é possível, afirmam os autores, que com o desenvolvimento da China contemporânea, possibilitando o aumento do seu poder e legitimidade, os seus líderes e académicos re-imaginem a China como o símbolo de singularidade e unidade uma vez mais e, assim, colocando-a no centro da *Tianxia*. Originalmente, *Tianxia* recebeu o seu significado através das atividades daqueles que, intelectualmente e politicamente, tentavam racionalizar a “relação assimétrica entre a terra e o céu” – assimétrica uma vez que a “terra é mais pequena que o céu”. Contudo, os autores fornecem uma segunda explicação para assimetria desta relação: referindo-se ao intervalo entre a geografia real da cobertura territorial de *Tianxia* como um sistema político legítimo – limitada – e a cosmografia imaginada na qual *Tianxia* se situa – infinita. Ao longo da história chinesa, a dimensão da geografia real da *Tianxia* alterou-se. Contudo, a cosmologia imaginada manteve-se idêntica. Assim, *Tianxia* revela-se um sistema inexpressável segundo o qual todos estão obrigados a relacionar-se entre si de forma hierárquica e no qual a função da política mundana seria procurar entendimentos sobre os quais se devem basear as relações apropriadas (Bunskoek & Shih, 2021). Neste sentido, uma vez que todos os lugares pertencem ao sistema de *Tianxia*, não há relações internacionais. Por sua vez, as relações externas são um reflexo das relações internas. Os chineses tendem a perceber as suas relações externas como meio de expressão dos mesmos princípios sociais e políticos manifestados no plano doméstico. Dentro do sistema de *Tianxia* as relações entre os diferentes atores são entendidas como relações hierárquicas entre o centro – imperador – e a periferia – Estados tributários (Chang, 2019).

Num Mundo confucionista, a moralidade leva ao poder. Assim, o Imperador é o símbolo do “supremo ser moral”. A sua moralidade é constituída pelo altruísmo e autocontrolo, edificado num reinado sem necessidade de governar – através da não-intervenção no fluxo natural das coisas. Tal faz com que os cidadãos se sintam naturalmente seguros e atraídos ao seu exemplo de moralidade. Além disto, os cidadãos estão ainda

interligados entre si através das relações confucionistas – diádicas e hierárquicas entre si, e cada uma pressupõe um papel de reciprocidade benevolente em concordância com o papel do cidadão na relação. A essência do conceito de *guanxi* (benevolência mutuamente obrigatória) é o de criar papéis compatíveis, através de oferendas e do processo de ritual. Na prática, garante que o Imperador se encarregará de criar condições de base de subsistência e desenvolvimento intelectual e moral para os cidadãos. Neste sentido, a BRI assume-se como uma metáfora das oferendas e exemplifica a noção vaga da China do modelo de desenvolvimento de “improvisação direta” para o resto do Mundo (Bunskoek & Shih, 2021) e, não obstante tendo a capacidade de providenciar uma fonte de fluxo de bens comerciais, transfere também costumes sociais, linguagem e crenças entre os países. Relações “*people-to-people*” fomentará a filosofia da autocultivação, assim como outras, na possibilidade de benefícios económicos e consciencialização cultural. A BRI tem o potencial de cultura cultural e um entendimento de desenvolvimento mútuo. A filosofia do *Junzi*, de Confúcio, enfatiza a harmonia através da transformação da sociedade (Asif & Ling, 2018).

O próprio nome dado à iniciativa é relevante. Quando comparada à Rota da Seda, o vínculo entre a BRI e o sistema de *Tianxia* torna-se aparente, argumenta Chang (2019). A China transformou a ideia de *Tianxia* para o Mundo atual e a lógica similar da filosofia política chinesa fornece algumas pistas para o entendimento da BRI – na menor das hipóteses, a China procura, através da BRI, recuperar o estatuto de outrora. Neste sentido, Chang (2019) procede a uma análise à *Vision and Actions*, segundo a qual, um dos princípios, diz o seguinte:

“The Initiative is harmonious and inclusive. It advocates tolerance among civilizations, respects the paths and modes of development chosen by different countries, and supports dialogues among different civilizations on the principles of seeking common ground while shelving differences and drawing on each other’s strengths, so that all countries can coexist in peace for common prosperity” (Wu, 2018, p. 8).

A secção anterior destaca as semelhanças entre a BRI e o sistema de *Tianxia*, que abarca a inclusividade, coexistência e sociedade harmoniosa composta por membros dispostos a cooperar. Primeiro, em termos da inclusividade, as declarações da *Vision and*

Actions da BRI indicam que esta irá estender-se pelos continentes da Ásia, Europa e África, envolvendo os países posicionados entre o “círculo económico vibrante do Este Asiático e o círculo económico desenvolvido da Europa”. A BRI cobre, sem estar limitada, a área da antiga Rota da Seda e está aberta a todos os países e organizações internacionais e regionais que se pretendam envolver. Segundo, o benefício mútuo que a BRI pretende promover é derivado da ideia da coexistência de *Tianxia*. A BRI acomoda os interesses e preocupações de todas as partes envolvidas, procurando uma conjunção de interesses e o “máximo denominador comum” para a cooperação. Ao afirmar que a BRI é desenhada para todas as partes envolvidas, a China incorpora ainda a ideia da mutualidade que cria e enfatiza a coexistência. Terceiro, as declarações da *Vision and Actions* iniciam-se com considerações económicas, mas terminam com os objetivos políticos da iniciativa: o de estabelecer uma Sinocentralidade e o de aumentar a sua importância estratégica para salvaguardar uma ordem harmoniosa. Apesar da suposição fundamental residir no potencial desenvolvimento económico, a *Vision and Actions* salienta também que a BRI servirá para fomentar a confiança política; aumentar intercâmbio cultural; encorajar o contacto entre as diferentes civilizações e; promover o entendimento mútuo, paz e amizade entre as pessoas de todos os países. Tudo isto permitirá à China a ascensão pacífica, sem repercussões, uma vez que assume a responsabilidade de governar os assuntos internacionais. Quer isto dizer, segundo Chang (2019), que a centralidade da China numa ordem estabelecida pela BRI não poderia ser discutida (Chang, 2019).

A BRI, como extensão do Sonho Chinês de um Mundo harmonioso, deve ser julgado, na ótica de Pröpper (2020), dentro do contexto do autoritário rejuvenescimento nacional: a ambição de recuperar o status e o poder de outrora, retornando ao centro da Ásia e do Mundo civilizado. Neste sentido, *Tianxia* representa um modo hierárquico de governança transnacional baseado num sistema tributário com a China no centro. Enquanto que Roma, e os seus sucessores hegemónicos, se baseavam no controlo militar direto, a narrativa de *Tianxia* representa uma abordagem de *soft power* no que diz respeito à soberania territorial. Esta está baseada no reconhecimento simbólico da “Sino-autoridade”, levando à assimilação dos *standards* culturais chineses. Este paradigma, que abarca princípios económicos pragmáticos e firmeza nos assuntos culturais e ideológicos, representa, ao mesmo tempo, abertura e conservadorismo. Assim, a *Vision and Actions* serve de ilustração de *Tianxia* – a combinação de princípios aparentemente contraditórios. De forma a legitimar a visão da BRI, a *Vision and Actions* argumenta dois paralelos distintos: a antiga Rota da Seda e a

contemporânea Carta da ONU, dirigindo-se ao Sonho Chinês e aos ideias ocidentais liberais. Na superfície, argumenta Pröpper (2020), aparenta ter o objetivo liberal significativo relativamente à ASEAN, promovendo a integração económica. Abaixo da superfície, contudo, aparenta residir, nesta narrativa, a ambição chinesa de expansão para o sudeste asiático. Enquanto que todos os Estados poderão beneficiar (*win-win*), a China sairia a mais favorecida em termos de acumulação de riqueza e capacidade militar (Pröpper, 2020).

A centralidade da China na BRI é ainda aparente nos esforços em exportar o modelo de desenvolvimento para países vizinhos, centrado em investimento em infraestrutura. Ao mesmo tempo, esta centralidade e o modelo chinês definem a singularidade da BRI. Neste sentido, a iniciativa proclama o carácter insubstituível chinês – ao fundir a sua própria experiência com novas formas de cooperação internacional, procura contribuir para a arquitetura económica internacional de forma a estabelecer a sua influência e construir uma ordem internacional prima do sistema de *Tianxia*: uma versão chinesa de globalismo (Chang, 2019).

Neste sentido, Bunskoek e Shih (2021) argumentam que a BRI e a Comunidade de Destino Comum são, respetivamente, um instrumento material e discursivo para o relacionamento da China com o Mundo. Declaram uma forma romantizada de regionalismo – sem fronteiras, sem regras gerais e mutuamente benéfico (*win-win*). De forma a manter a China no sistema de *Tianxia*, os seus agentes devem render-se ao serem confrontados com relutância, como os casos do Paquistão ou Malásia, e permanecer pacientes. Vender a ideia e o projeto da BRI de forma desesperada seria percecionada como egocentrismo. A expansão agressiva desta forma de regionalismo minaria o conceito de *Tianxia*. Assim, os potenciais parceiros da BRI devem tornar-se parceiros *in facto* a seu tempo. Desta forma, afirmam os autores, os Estados europeus devem tornar-se parceiros da BRI assim que se sentirem preparados e, da perspetiva chinesa, sentir-se-ão eventualmente. Assim, a Comunidade de Destino Comum ganha a forma de regionalismo pós-ocidente, afirmam os autores. É semelhante ao regionalismo ocidental na medida em que procura conectar localidades através de meios contemporâneos. Contudo, vai além do regionalismo ocidental no sentido em que, de forma a aderir à BRI, não há necessidade de se converter a identidade. Necessita apenas de reconhecer o sistema de *Tianxia* e a China no seu centro. Em troca, a China garante autonomia e concede benefícios – através das oferendas (Bunskoek & Shih, 2021).

Segundo ainda a lógica do regionalismo suprarreferida, a cooperação entre a China e os países da Europa Central e Oriental, através do *framework* 16+1, e as relações bilaterais

com a Grécia, Itália e Espanha podem ser consideradas como oferendas relacionais com o objetivo de preservar a viabilidade europeia. Uma perspetiva alternativa, contudo, poderá perceber os 16+1 como um esforço no sentido de reconectar e desenvolver antigos Estados socialistas/comunistas, numa tentativa de demonstrar o caráter altruísta do sistema de *Tianxia*, em oposição à URSS (Bunskoek & Shih, 2021).

Nordin e Weissmann (2018) argumentam que surgiu, entretanto, algum ceticismo em relação à BRI por parte de outras potências regionais, uma vez que a iniciativa poderá implicar uma visão potencialmente expansionista que, tendo sucesso, provocará um desvio de poder no Sistema Internacional para a China (Nordin & Weissmann, 2018). Neste sentido, Pröpper (2020) relembra que, na altura de prosperidade da antiga Rota da Seda que, apesar de ser um período de paz, a expansão e conquista chinesa levou à expansão do seu horizonte físico, aclamando *All Under Heaven – Tianxia*. O sistema de *Tianxia* fomentou a convergência de diferenças, mas nem todas as cidades queriam estar sob controlo imperial. Assim, *Tianxia Yitong* – unir o Mundo através da conquista – espelha o lado menos pacífico das Rotas da Seda. De forma a ser aceite neste sistema, culturas, cidades e as pessoas teriam de se conformar, significando, assim, unificação material, económica e geográfica. Portanto, *Tianxia*, emanada do poder e controlo Chinês sobre as Rotas da Seda, significa, acima de tudo, “China” (Pröpper, 2020).

Assim, Bunskoek e Shih (2021) afirmam que a China enfrenta desafios significativos. Primeiro, colocam o problema da comunicação, afirmando que o caráter vago das iniciativas chinesas poderão não ser recebidas em contextos culturais distintos e culturalmente desalinhados com a ideia de benevolência recíproca como um papel obrigatório. O segundo problema levantado pelos autores é o de que o Mundo para lá do culturalmente alinhado com a China percebe os Estados-nação como iguais. O sistema de *Tianxia* dificilmente convencerá estes Estados da sua inevitabilidade e alertará para a superioridade moral transmitida no autocontrolo. Além disto, colocam ainda a questão: não será a receção da China por regimes falhados contra as próprias regras do liberalismo? Neste sentido, afirmam ainda que a proteção da autonomia de intervenção é, para a China, uma forma de assegurar a capacidade de um regime de cumprir o seu papel que reconfigura a sua identidade relacional. Assim, soberania e *Tianxia* favorecem-se mutuamente, mas é alarmante para os defensores de *Tianxia* como um alargamento da soberania chinesa. A terceira questão levantada prende-se com a perceção de *Tianxia* como uma forma de revisionismo e uma forma de justificar conflitos territoriais entre a China e os seus vizinhos.

Apesar dos Estados Unidos, Japão e Rússia não terem integrado oficialmente a BRI, o Japão e a Rússia cooperam com a China ao alinhar a BRI com os seus próprios projetos de desenvolvimento. Em relação aos Estados Unidos, afirmam os autores, o problema reside no facto destes se limitarem às lentes neorrealista e neoliberal (Bunskoek & Shih, 2021).

Desta forma, este tipo de regionalismo pós-ocidental evidenciado pelos autores enfrenta desafios de legitimidade consideráveis, especialmente fora da área de influência chinesa. Além do problema comunicativo, o Sistema Internacional baseado na concepção de Estado-nação dificulta a aceitação de um Estado moralmente superior (Bunskoek & Shih, 2021). Assim, as referências à herança Confucionista geram dúvidas, afirma o autor. Primeiro porque o discurso de *Tianxia* implica um excecionalismo normativo que coloca a China no topo e, segundo, porque promove uma versão homogénea e essencialista do seu passado cultural (Mayer, 2018).

Conclusão

Ao longo do texto é perceptível identificar uma alteração de base na política externa chinesa. Desde Deng Xiaoping, a partir da década de 1980, a China adotou uma postura internacional de não ingerência. O slogan de Deng, "*Tao Guang Yang Hui*", permaneceu como um princípio guiador da política externa até ao final da presidência de Hu Jintao, que deixou de o ser em 2013. Durante este período o objetivo da política externa da China era o de manter um perfil reservado enquanto, na política doméstica, se fomentava o desenvolvimento económico. No entanto, com Xi Jinping o discurso oficial de "*Tao Guang Yang Hui*" fora abandonado, em detrimento do Sonho Chinês, e verifica-se então uma alteração na posição internacional da China. Passa a estar mais envolvida nos assuntos internacionais e passa a ter objetivos claros: entre os quais, recuperar uma posição central no Sistema Internacional. Para tal, foi procurado, neste trabalho, explorar a importância decisiva que a cultura e as narrativas têm neste contexto.

Assim, ao longo desta dissertação foi procurado responder-se à questão "que relação existe entre a BRI e as narrativas do Sonho Chinês e do sistema de *Tianxia*?". Ora, durante o decorrer deste trabalho, percebemos que, de acordo com Loh (2021), as narrativas revelam-se então fundamentais para as Relações Internacionais, uma vez que sem as narrativas e as histórias, a ação política é impossível, cabendo ao Estado o papel de criar e tecer narrativas para a consciência nacional, através de processos ativos e elaborados que envolvem vários agentes políticos e culturais. No plano doméstico, estas narrativas (como a BRI e o Sonho Chinês) são percebidas como ferramentas de *nation-building* e criadoras de mitos nacionais (Loh, 2021).

A China argumenta o carácter pacífico da sua ascensão no Sistema Internacional e justifica a BRI, primeiro, por bandeiras de promoção, como o desenvolvimento, harmonia e cooperação *win-win* e, segundo, por narrativas históricas, como as referências ao período das antigas Rotas da Seda, que é promovido como um período de paz e prosperidade para todos envolvidos, e ainda através dos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica.

Contudo, ao longo do texto foi explorada a ideia da BRI como uma porta de entrada para a realização do Sonho Chinês e, este, como uma metanarrativa pouco clara que visa o ressurgimento de uma China forte e na condição de líder internacional. Esta maleabilidade da narrativa – nacionalista e histórica, apelando ao lado sentimental do cidadão chinês – do

Sonho Chinês faz com que os avanços positivos possam ser rotulados sob o guarda-chuva do Sonho Chinês e tudo menos positivo possa ser descartado

Da mesma forma, a BRI utiliza a cultura histórica chinesa como o seu sustentáculo e, em concordância com Chang (2019), os princípios da Comunidade de Destino Comum estão associados aos do Sonho Chinês e à proposta da BRI. Pode até ser considerado, argumenta, que a China realizou esforços no sentido de expressar as suas aspirações para uma futura ordem mundial ideal renovada e distante da atual – imaginada, maioritariamente, pelos Estados Unidos. Ou seja, criar uma narrativa distinta com o objetivo de construir uma comunidade inclusiva que estimula a participação externa de forma a minimizar resistência à ascensão chinesa – sugerindo, ainda, o descontentamento com a ordem estabelecida. Reafirma ainda os esforços chineses continuados no sentido de expandir o seu poder e a sua influência, em conformidade com os seus interesses e estatuto. Contudo, a ideia de construir uma comunidade de destino comum fornece substância e bases diplomáticas ao conceito de *Tianxia*, que assume a China como uma grande potência moral, política e económica (Chang, 2019).

Desta forma, em conformidade com Chang (2019), ao observar em conjunto os conceitos de *Tianxia*, o Sonho Chinês e a realização máxima da Comunidade de Destino Comum, a BRI é o exercício que cria um novo modelo de governança global e mune o Sonho Chinês com um caminho concreto a seguir. Ou seja, a BRI é o instrumento-chave de Xi Jinping para fazer cumprir o Sonho Chinês e, eventualmente, tornar a China, novamente, numa superpotência (Chang, 2019).

Bibliografia

Abdullahi, K. T., & Phiri, J. (2019). Study on the Rise of China as a Dangerous Superpower. *International Journal of Multidisciplinary Research and Development*, VI (1), 133-137. [Referência de 7 de fevereiro de 2022]. Disponível na Internet em: <https://www.researchgate.net/publication/330543545_Study_on_the_rise_of_China_as_a_dangerous_superpower>

Ascensão, F., Fahrig, L., Clevenger, A. P., Corlett, R. T., Jaeger, J. A., Laurance, W. F., & Pereira, H. M. (2018). Environmental challenges for the Belt and Road Initiative. *Nature Sustainability*, 1(5), 206-209. [Referência de 18 de junho de 2022]. Disponível na Internet em: <<https://doi.org/10.1038/s41893-018-0059-3>>

Asian Infrastructure Investment Bank. (2022, maio). *Members and Prospective Members of the Bank*. [Referência de 12 de junho de 2022]. Disponível na Internet em: <<https://www.aiib.org/en/about-aiib/governance/members-of-bank/index.html>>

Asif, M., & Ling, Y. B. (2018). Belt and road initiative: A spirit of Chinese cultural thought. *International Journal of Business and Management*, 13(12), 9. [Referência de 14 de junho de 2022]. Disponível na Internet em: <<https://doi.org/10.5539/ijbm.v13n12p9>>

Barbosa, P. (2021). *O pensamento chinês e a teoria de Relações Internacionais: uma Escola Chinesa de RI?* Belo Horizonte, v. 16, n. 2. [Referência de 17 de outubro de 2021]. Disponível na Internet em: <<file:///D:/escola%20chinesa.pdf>>

Bataa, E., Osborn, D. R., & Sensier, M. (2018). China's increasing global influence: Changes in international growth linkages. *Economic modelling*, 74, 194-206. [Referência de 17 de fevereiro de 2022]. Disponível na Internet em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0264999317309835>>

Berger, P. (1966). Identity as a problem in the sociology of knowledge. *European Journal of Sociology/Archives Européennes de Sociologie*, 7(1), 105-115. [Referência de 12 de outubro de 2021]. Disponível na Internet em: <<https://doi.org/10.1017/S0003975600001351>>

Blancher, M. N. R., & Rumbaugh, M. T. (2004). *China: international trade and WTO accession* (No. 4-36). International Monetary Fund: Blancher

Bunskoek, R., & Shih, C. Y. (2021). 'Community of Common Destiny' as Post-Western Regionalism: Rethinking China's Belt and Road Initiative from a Confucian Perspective. *Uluslararası İlişkiler Dergisi*, 18(70), 85-101. [Referência de 15 de maio de 2022]. Disponível na Internet em: <<https://dergipark.org.tr/en/pub/uidergisi/issue/64665/954744>>

Buzan, B. (2010). China in international society: Is 'peaceful rise' possible?. *The Chinese Journal of international politics*, 3(1), 5-36. [Referência de 3 de março de 2022]. Disponível na Internet em: <<https://academic.oup.com/cjip/article-abstract/3/1/5/582228>>

Can, C. M., & Chan, A. (2020). Rethinking the Rise of China and Its Implications on International Order. *Chinese Journal of International Review*, 2(01). [Referência de 8 de fevereiro de 2022]. Disponível na Internet em: <<https://www.worldscientific.com/doi/pdf/10.1142/S2630531320500055>>

Carvalho, F. R. (2020). O poder das ideias: a teoria construtivista como um paradigma alternativo nas Relações Internacionais. [Referência de 27 de setembro de 2021]. Disponível na Internet em: <<http://dx.doi.org/10.15448/2178-5694.2020.2.39115>>

Chan, C. K., & Fung, A. Y. H. (2021). From soft power to sharp power: China's media image in Hong Kong's health crises from 2003 to 2020. *Global Media and China*, 6(1), 62-76. [Referência de 16 de março de 2022]. Disponível na Internet em: <<https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/2059436420980475>>

Chang, Y. Y. (2019). Understanding the Belt and Road Initiative (BRI): An Initiative to Make China Great Again?. *European Journal of East Asian Studies*, 18(1), 7-35. [Referência de 13 de maio de 2022]. Disponível na Internet em: <https://brill.com/view/journals/ejea/18/1/article-p7_3.xml>

Cristóbal, D. M. (2021). The current perspective on sharp power:: China and Russia in the era of (dis) information. *Revista electrónica de estudios internacionales (REEI)*, (42), 13. [Referência de 16 de março de 2022]. Disponível na Internet em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8202335>>

Dadabaev, T. (2018). "Silk Road" as foreign policy discourse: The construction of Chinese, Japanese and Korean engagement strategies in Central Asia. *Journal of Eurasian*

Studies, 9(1), 30-41. [Referência de 13 de maio de 2022]. Disponível na Internet em: <<https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1016/j.euras.2017.12.003>>

Denmark A. (2018) Washington Post: 40 years ago, Deng Xiaoping changed China – and the World. [Referência de 25 de fevereiro de 2022]. Disponível na Internet em: <<https://www.washingtonpost.com/news/monkey-cage/wp/2018/12/19/40-years-ago-deng-xiaoping-changed-china-and-the-world/>>

Duarte, P. (2018). China in the heartland: The challenges and opportunities of OBOR for Central Asia. *China's Belt and Road Initiative and its Impact in Central Asia*. Washington, DC: The George Washington University, 13. [Referência de 20 de junho de 2022]. Disponível na Internet em: <https://centralasiaprogram.org/wp-content/uploads/2017/12/OBOR_Book_.pdf>

Duarte, P. (2019). China's Momentum: The "One Belt One Road" Triple's Securitisation. In *Mapping China's 'One Belt One Road' Initiative* (pp. 143-165). Palgrave Macmillan, Cham. [Referência de 20 de junho de 2022]. Disponível na Internet em: <https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-319-92201-0_6>

Duggan, B., & Muktar, I. (2017). Nairobi to Mombasa high-speed railway opens. *CNN*. [Referência de 19 de maio de 2022]. Disponível na Internet em: <<https://edition.cnn.com/2017/05/31/africa/kenya-nairobi-railway/index.html>>

Dupas, G. (2007). Ideias e cultura nas Relações Internacionais. In Tolentino, C. A., Possas, L. M. V., & Correia, R. A. (Eds.). *Ideias e Cultura nas Relações Internacionais*. Editora Oficina Universitária.

Enright, M. (2021). Chinese foreign policy in the age of Xi Jinping: a "fundamental" shift or staying the course? An analysis of the Xi presidency's foreign policy direction. [Referência de 10 de abril de 2022]. Disponível na Internet em: <<https://ruor.uottawa.ca/handle/10393/42757>>

Ferdinand, P. (2016). Westward ho—the China dream and 'one belt, one road': Chinese foreign policy under Xi Jinping. *International Affairs*, 92(4), 941-957. [Referência de 10 de abril de 2022]. Disponível na Internet em: <<https://academic.oup.com/ia/article/92/4/941/2688105?login=true>>

Freire, M. R. & Vinha, L. (2015). Política Externa: modelos, atores e dinâmicas. In Freire, M. R. (Eds). Política externa: as relações internacionais em mudança, 2ª edição. *Imprensa da Universidade de Coimbra/Coimbra University Press*.

Gao, M. H. (2020). Frames and facilitators by China in promoting the Belt and Road Initiative (BRI). *Thunderbird International Business Review*, 62(2), 125-134. [Referência de 25 de maio de 2022]. Disponível na Internet em: <<https://doi.org/10.1002/tie.22108>>

Gardner, D. K. (2014). *Confucianism. A Very short Introduction*. Oxford University Press

Gibbons, M. T. (1987). *Interpreting politics*. New York University Press.

Glaser, B. S., & Medeiros, E. S. (2007). The changing ecology of foreign policy-making in China: the ascension and demise of the theory of “peaceful rise”. *The China Quarterly*, 190, 291-310. [Referência de 4 de março de 2022]. Disponível na Internet em: <<http://doi:10.1017/S0305741007001208>>

Hayes, A. (2020). Interwoven ‘Destinies’: The significance of Xinjiang to the China dream, the belt and road initiative, and the Xi Jinping Legacy. *Journal of Contemporary China*, 29(121), 31-45. [Referência de 10 de abril de 2022]. Disponível na Internet em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10670564.2019.1621528>>

Hartig, F. (2012). Confucius Institutes and the rise of China. *Journal of Chinese Political Science*, 17(1), 53-76. [Referência de 20 de junho de 2022]. Disponível na Internet em: <<https://doi.org/10.1007/s11366-011-9178-7>>

Heberer, T. (2009). The “great proletarian cultural revolution”: China's modern trauma. *Journal of Modern Chinese History*, 3(2), 165-181. [Referência de 13 de janeiro de 2022]. Disponível na Internet em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17535650903345379>>

Herrero, A. G., & Xu, J. (2017). China's belt and road initiative: Can Europe expect trade gains?. *China & World Economy*, 25(6), 84-99. [Referência de 19 de junho de 2022]. Disponível na Internet em: <https://doi.org/10.1111/cwe.12222>

Hsu, J. Y., & Soong, J. J. (2014). Development of China-Russia Relations (1949-2011) Limits, Opportunities, and Economic Ties. *Chinese economy*, 47(3), 70-87. [Referência de

7 de fevereiro de 2022]. Disponível na Internet em: <<https://doi.org/10.2753/CES1097-1475470305>>

Huang, Y. (2016). Understanding China's Belt & Road initiative: motivation, framework and assessment. *China Economic Review*, 40, 314-321. [Referência de 19 de junho de 2022]. Disponível na Internet em: <https://doi.org/10.1016/j.chieco.2016.07.007>

Hynek, N., & Teti, A. (2010). Saving identity from postmodernism? The normalization of constructivism in International Relations. *Contemporary Political Theory*, 9(2), 171-199. [Referência de 27 de setembro de 2021]. Disponível na Internet em: <<file:///D:/Teti2010HYNEK-TETI.CPT2010.pdf>>

Ikenberry, G. J. (2008). The rise of China and the future of the West-Can the liberal system survive. *Foreign Aff.*, 87, 23. [Referência de 19 de junho de 2022]. Disponível na Internet em: <<https://heinonline.org/HOL/LandingPage?handle=hein.journals/fora87&div=5&id=&page=>>

Jackson, K., & Shepotylo, O. (2021). Belt and road: The China dream?. *China Economic Review*, 67, 101604. [Referência de 2 de maio de 2022]. Disponível na Internet em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1043951X21000225>>

Karkalanov, T. V. (2016). The Intrinsic Explanatory Value of Social Constructivism in International Relations Theory. *Comparative Politics, Russia*. 7(4). p. 5-12 [Referência de 27 de setembro de 2021]. Disponível na Internet em: <[http://dx.doi.org/10.18611/2221-3279-2016-7-4\(25\)-5-12](http://dx.doi.org/10.18611/2221-3279-2016-7-4(25)-5-12)>

Keo, B. Z. (2020). Crossing the River by Feeling the Stones: Deng Xiaoping in the Making of Modern China. *Education About ASIA*, 25(2). [Referência de 22 de janeiro de 2022]. Disponível na Internet em: <<https://www.asianstudies.org/wp-content/uploads/crossing-the-river-by-feeling-the-stones-deng-xiaoping-in-the-making-of-modern-china.pdf>>

Korolev, A. (2016). Systemic balancing and regional hedging: China–Russia relations. *The Chinese Journal of International Politics*, 9(4), 375-397. [Referência de 31 de janeiro de 2022]. Disponível na Internet em: <<https://academic.oup.com/cjip/article/9/4/375/2528288?login=true>>

Korolev, A. (2019). On the verge of an alliance: Contemporary China-Russia military cooperation. *Asian Security*, 15(3), 233-252. [Referência de 16 de fevereiro de 2022]. Disponível na Internet em: <<https://doi.org/10.1080/14799855.2018.1463991>>

Kratochwil, F. (2000). Constructing a new orthodoxy? Wendt's 'Social theory of international politics' and the constructivist challenge. *Millennium*, 29(1), 73-101. [Referência de 26 de setembro de 2021]. Disponível na Internet em: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/030582980002900109?journalCode=mila>>

Lai, H. (2019). Soft Power Determinants in the World and Implications for China. *The Copenhagen Journal of Asian Studies*, 37(1), 8-35. [Referência de 15 de outubro de 2022]. Disponível na Internet em: <<https://rauli.cbs.dk/index.php/cjas/article/view/5904>>

Leandro, F. J. B., & Duarte, P. (Eds.). (2020). *The Belt and Road Initiative: An Old Archetype of a New Development Model*. Springer Nature.

Li, M. (2020). The Belt and Road Initiative: geo-economics and Indo-Pacific security competition. *International Affairs*, 96(1), 169-187. [Referência de 22 de maio de 2022]. Disponível na Internet em: <<https://doi.org/10.1093/ia/iiz240>>

Li, X., & Worm, V. (2011). Building China's soft power for a peaceful rise. *Journal of Chinese Political Science*, 16(1), 69-89. [Referência de 19 de junho de 2022]. Disponível na Internet em: <<https://doi.org/10.1007/s11366-010-9130-2>>

Liu, H. Y., Tang, Y. K., Chen, X. L., & Poznanska, J. (2017). The determinants of Chinese outward FDI in countries along "One Belt One Road". *Emerging Markets Finance and Trade*, 53(6), 1374-1387. . [Referência de 19 junho de 2022]. Disponível na Internet em: <<https://doi.org/10.1080/1540496X.2017.1295843>>

Liu, T. T. T. (2019). Public Diplomacy: China's Newest Charm Offensive. *New Perspectives on China's Relations with the World*, 77. [Referência de 13 de janeiro de 2022]. Disponível na Internet em: <https://www.researchgate.net/profile/Daniel-Johanson/publication/332572281_New_Perspectives_on_China's_Relations_with_the_World_National_Transnational_and_International_EDITED_BY/links/5cbee174a6fdcc1d49a892d5/New-Perspectives-on-Chinas-Relations-with-the-World-National-Transnational-and-International-EDITED-BY.pdf#page=89>

Loh, D. M. (2021). The 'Chinese Dream' and the 'Belt and Road Initiative': narratives, practices, and sub-state actors. *International Relations of the Asia-Pacific*, 21(2), 167-199. [Referência de 13 maio de 2022]. Disponível na Internet em: <https://academic.oup.com/irap/article-abstract/21/2/167/5549877?redirectedFrom=fulltext>

Lukin, A. (2021). The Russia–China entente and its future. *International Politics*, 58(3), 363-380. [Referência de 16 de fevereiro de 2022]. Disponível na Internet em: <https://link.springer.com/article/10.1057/s41311-020-00251-7>>

Ly, B. (2020). China and global governance: Leadership through BRI. *Cogent Social Sciences*, 6(1), 1801371. [Referência de 19 de maio de 2022]. Disponível na Internet em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/23311886.2020.1801371>>

Mayer, M. (2018). China's historical statecraft and the return of history. *International Affairs*, 94(6), 1217-1235. [Referência de 23 de maio de 2022]. Disponível na Internet em: <https://academic.oup.com/ia/article-abstract/94/6/1217/5162435>>

Mearsheimer, J. J. (2014a). Can China rise peacefully?. *The National Interest*, 25(1), 1-40. [Referência de 19 de junho de 2022]. Disponível na Internet em: <https://nationalinterest.org/commentary/can-china-rise-peacefully-10204>

Mearsheimer, J. J. (2014b). China's unpeaceful rise. In *Realism Reader* (pp. 464-467). Routledge. [Referência de 19 de junho de 2022]. Disponível na Internet em: <https://www.mearsheimer.com/wp-content/uploads/2019/07/A0051.pdf>

Medeiros, E. R. (2013). *Economia Internacional: Comércio e Finanças* (9ª edição). Lisboa. Escolar Editora

Mendes, C. A. (2008). Política Externa Chinesa: um jogo em vários tabuleiros. *Zhongguo Yanjiu= Revista portuguesa de estudos chineses*, 2, 231-242. [Referência de 4 de março de 2022]. Disponível na Internet em: https://estudogeral.siuc.pt/bitstream/10316/21191/1/2008_CAM_Pol_Externa_Ch_REVISTA_ESTUDOS_CHINESES_4.pdf>

Mendes, C. A. (2010). A China e a cooperação Sul-Sul. *Relações Internacionais*, (26), 39-46. [Referência de 21 junho de 2022]. Disponível na Internet em: <http://hdl.handle.net/10316/21200>

Mendes, P. E. (2017). Como compreender e estudar a decisão em política externa: reinterpretando os clássicos. [Referência de 7 de outubro de 2021]. Disponível na Internet em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjir/article/view/6563>>

Mendes, P. E. (2019). As teorias principais das Relações Internacionais. Uma avaliação do progresso da disciplina. *Relações Internacionais*, (61). [Referência de 24 de setembro de 2021]. Disponível na Internet em: <<https://www.researchgate.net/publication/334260622>>

Mendes, P. E. (2020). R (r) elações I (i) nternacionais, Realismo e Análise da Política Externa (APE). *Estudos Internacionais*, 8(1), 64-88. [Referência de 27 de outubro de 2021]. Disponível na Internet em: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/97773/1/19122_Texto_do_artigo_82902_4_10_20200514.pdf>

Miskimmon, A., O'loughlin, B., & Roselle, L. (2017). *Forging the world: Strategic narratives and international relations*. University of Michigan Press. [Referência de 9 de maio de 2022]. Disponível na Internet em: <<https://www.jstor.org/stable/10.3998/mpub.6504652>>

Moak, K., & Lee, M. W. (2015). Deng Xiaoping Theory. In *China's Economic Rise and Its Global Impact* (pp. 91-115). Palgrave Macmillan, New York. [Referência de 24 de janeiro de 2022]. Disponível na Internet em: <https://link.springer.com/chapter/10.1057/9781137535580_6>

Montenegro, R. H. (2015). *Debates Teóricos no campo das Relações Internacionais na China*. Mural Internacional v. 6, n. 2. [Referência de 17 de outubro de 2022]. Disponível na Internet em: <<file:///D:/escola%20chinesa%203.pdf>>

Nathan, A. J., & Zhang, B. (2022). 'A Shared Future for Mankind': Rhetoric and Reality in Chinese Foreign Policy under Xi Jinping. *Journal of Contemporary China*, 31(133), 57-71. [Referência de 10 de abril de 2022]. Disponível na Internet em: <<https://doi.org/10.1080/10670564.2021.1926091>>

Naughton, B. (1993). Deng Xiaoping: the economist. *The China Quarterly*, 135, 491-514. [Referência de 19 de janeiro de 2022]. Disponível na Internet em: <<https://doi.org/10.1017/S0305741000013886>>

Niebel, D. (2021). Contemporary Chinese Economic Foreign Policy and its Implications for the Future. *CALL FOR PAPERS*, 1. [Referência de 27 de abril de 2022]. Disponível na Internet em: <<https://cpb-usw2.wpmucdn.com/wp.towson.edu/dist/b/55/files/2018/04/Spring2021FullIssue.pdf#page=9>>

Nye, J. S. (1990). Soft power. *Foreign policy*, (80), 153-171. [Referência de 12 de janeiro de 2022]. Disponível na Internet em: <<http://links.jstor.org/sici?sici=0015-7228%28199023%290%3A80%3C153%3ASP&3E2.0.CO%3B2-2>>

Ohashi, H. (2018). The Belt and Road Initiative (BRI) in the context of China's opening-up policy. *Journal of Contemporary East Asia Studies*, 7(2), 85-103. [Referência de 3 de abril de 2022]. Disponível na Internet em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/24761028.2018.1564615>>

Parepa, L. A. (2020). The Belt and Road Initiative as continuity in Chinese foreign policy. *Journal of Contemporary East Asia Studies*, 9(2), 175-201. [Referência de 29 de abril de 2022]. Disponível na Internet em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/24761028.2020.1848370>>

Peltonen, H. (2017). A tale of two cognitions: The Evolution of Social Constructivism in International Relations. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 60. [Referência de 30 de setembro de 2022]. Disponível na Internet em: <<https://doi.org/10.1590/0034-7329201700105>>

Popper, K. (1978). *Three worlds*. Ann Arbor: University of Michigan.

Pröpper, H. (2020). The “Chinese Dream”: An Analysis of the Belt and Road Initiative. *International Social Science Review*, 96(1), 3. [Referência de 3 de maio de 2022]. Disponível na Internet em: <<https://digitalcommons.northgeorgia.edu/issr/vol96/iss1/3/>>

Qin, Y. (2016). A relational theory of world politics. *International Studies Review*, 18(1), 33-47. [Referência de 20 de junho de 2022]. Disponível na Internet em: <<https://doi.org/10.1093/isr/viv031>>

Rainey, L. D. (2010). *Confucius & Confucianism The Essentials*. Wiley-Blackwell.

Ribeiro, F. (2020). *Geopolítica do Século XXI: A Perspetiva Chinesa do Sistema Internacional*. Geosul, Florianópolis, v. 35, n. 77. [Referência de 17 de outubro de 2021]. Disponível na Internet em: <<file:///D:/escola%20chinesa%20%205.pdf>>

Ross, J. (2010). Deng Xiaoping and John Maynard Keynes. *Soundings* (13626620), (46), 146–159. [Referência de 7 de março de 2022]. Disponível na Internet em: <<https://doi.org/10.3898/136266210793790855>>

Ross, R. S. (2019). On the fungibility of economic power: China's economic rise and the East Asian security order. *European Journal of International Relations*, 25(1), 302-327. [Referência de 23 de fevereiro de 2022]. Disponível na Internet em: <<https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/1354066118757854>>

Sibula, A. (2020). Direction and Principles of Foreign Policy of China: Xi Jinping's Vision. *Revista Moldovenească de Drept Internațional și Relații Internaționale*, (1), 74-82. [Referência de 18 de abril de 2022]. Disponível na Internet em: <https://ibn.idsi.md/vizualizare_articol/107372>

Sidaway, J. D., & Woon, C. Y. (2017). Chinese narratives on “One Belt, One Road”(一帶一路) in geopolitical and imperial contexts. *The Professional Geographer*, 69(4), 591-603. [Referência de 20 de junho de 2022]. Disponível na Internet em: <<https://doi.org/10.1080/00330124.2017.1288576>>

Sousa, F. & Mendes, P. E. (2014). *Dicionário de Relações Internacionais*. Edições Afrontamentos

Stuart, A. M. (2007). O papel dos valores e das ideias nas Relações Internacionais: a contribuição do enfoque construtivista. In Tolentino, C. A., Possas, L. M. V., & Correia, R. A. (Eds.). *Ideias e Cultura nas Relações Internacionais*. Editora Oficina Universitária

Tang, S. (2010). The security dilemma: A conceptual analysis. In *A Theory of Security Strategy for Our Time* (pp. 33-71). Palgrave Macmillan, New York. [Referência de 16 de maio de 2022]. Disponível na Internet em: <https://link.springer.com/chapter/10.1057/9780230106048_3>

Tingyang, Z. (2009). A political world philosophy in terms of all-under-heaven (Tianxia). *Diogenes*, 56(1), 5-18. [Referência de 13 de junho de 2022]. Disponível na Internet em: <<http://www.cssm.org.cn/download/diogenes%20tianxia.pdf>>

Trunkos, J. (2021) Comparing Russian, Chinese and American Soft Power Use: A New Approach, *Global Society*, 35:3, 395-418. [Referência de 13 de março de 2022]. Disponível na Internet em: <<https://doi.org/10.1080/13600826.2020.1848809>>

Tucker, M. (2021). Bretton Woods System. *Salem Press Encyclopedia*. [Referência de 13 de março de 2022]. Disponível na Internet em: <<https://b-on.por.ulusiada.pt/proxy/22d96ed5/https/eds.s.ebscohost.com/eds/detail/detail?vid=3&sid=2f47d796-a335-4cef-86662653a12e2fb9%40redis&bdata=Jmxhbmc9cHQtcHQmc2l0ZT1lZHMtbGl2ZSZzY29wZT1zaXRl#AN=89163549&db=ers>>

Valdevino, S. (2016). A concepção de regimes na política internacional à luz das teorias de relações internacionais. *Universitas. Relacoes Internacionais*, 14(1). [Referência de 29 de setembro de 2021]. Disponível na Internet em: <<https://doi.org/10.5102/uri.v14i1.3638>>

Vaz-Pinto, R. (2012). A China de Deng Xiaoping. *Relações Internacionais (R: I)*, (36), 163-165. [Referência de 13 de janeiro de 2022]. Disponível na Internet em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n36/n36a14.pdf>>

Vaz-Pinto, R. (2014). Peaceful rise and the limits of Chinese exceptionalism. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 57, 210-224. [Referência de 20 de julho de 2022]. Disponível na Internet em: <<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/9W7qpNbNNShhL3NVtwS8QXB/?lang=en>>

Walder, A. G. (2016). Bending the Arc of Chinese History: The Cultural Revolution's Paradoxical Legacy. *The China Quarterly*, 227, 613-631. [Referência de 19 de janeiro de 2022]. Disponível na Internet em: <<http://dx.doi.org/10.1017/S0305741016000709>>

Walker, C. (2018). What Is "Sharp Power"? *Journal of Democracy*, 29(3), 9-23. [Referência de 17 de março de 2022]. Disponível na Internet em: <<https://muse.jhu.edu/article/698914/summary>>

Walker, C. & Kalathil, S. & Ludwig, J. (2020). The cutting edge of sharp power. *Journal of Democracy*, 31(1), 124-137. [Referência de 16 de março de 2022]. Disponível na Internet em: <<https://muse.jhu.edu/article/745959/summary>>

Watson, B. (2007). *The Analects of Confucius*. Columbia University Press

Wendt, A. (1992). Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics. *International organization*, 46(2), 391-425. [Referência de 27 janeiro de 2022]. Disponível na Internet em: <<https://www.jstor.org/stable/2706858>>

Worldometer. (2022, janeiro). *GDP by Country*. [Referência de 7 de março de 2022]. Disponível na Internet em: <<https://www.worldometers.info/gdp/gdp-by-country/>>

Wu, H. (2018). A Confucian Holistic World Order and China's Vision of a Shared Future. *CLCWeb: Comparative Literature and Culture*, 20(2), 3. [Referência de 12 de junho de 2022]. Disponível na Internet em: <<https://docs.lib.purdue.edu/clcweb/vol20/iss2/3/>>

Yan, X. (2013). Ancient Chinese thought, modern Chinese power. In *Ancient Chinese Thought, Modern Chinese Power*. Princeton University Press.

Yu, H. (2017). Motivation behind China's 'One Belt, One Road' initiatives and establishment of the Asian infrastructure investment bank. *Journal of Contemporary China*, 26(105), 353-368. [Referência de 20 de julho de 2022]. Disponível na Internet em: <<https://doi.org/10.1080/10670564.2016.1245894>>

Zhang, J. (2015). China's new foreign policy under Xi Jinping: towards 'Peaceful Rise 2.0'?. *Global Change, Peace & Security*, 27(1), 5-19. [Referência de 18 de março de 2022]. Disponível na Internet em: <<https://doi.org/10.1080/14781158.2015.993958>>

Zhou, T. (2021). An Economic Analysis on the Potential and Steady Growth of China: a Practice Based on the Dualistic System Economics in China. [Referência de 23 de fevereiro de 2022]. Disponível na Internet em: <<https://b-on.por.ulusiada.pt/proxy/7780fbcf/https/arxiv.org/ftp/arxiv/papers/2109/2109.08099.pdf>>